UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
UENF PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA-PPGSP

FABRÍCIA SANTANA BATISTA

JOVENS MULHERES EM CASA DE ACOLHIMENTO DE UMA CIDADE DO NORTE FLUMINENSE

Campos dos Goytacazes – RJ
2025

FABRÍCIA SANTANA BATISTA

JOVENS MULHERES EM CASA DE ACOLHIMENTO DE UMA CIDADE DO NORTE FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

ORIENTADOR:
Prof. Dr. David Maciel de Mello Neto.

Campos dos Goytacazes – RJ
2025

FICHA CATALOGRÁFICA
UENF - Bibliotecas
Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

B333 Batista, Fabricia Santana.

"JOVENS MULHERES EM CASA DE ACOLHIMENTO DE UMA CIDADE DO NORTE FLUMINENSE" / Fabricia Santana Batista. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2025.

136 f.
Bibliografia: 105 - 108.

Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2025.
Orientador: David Maciel de Mello Neto.

1. Família. 2. Sociabilidade. 3. Casa de Acolhimento. 4. Jovens Mulheres. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD - 320

FABRÍCIA SANTANA BATISTA

JOVENS MULHERES EM CASA DE ACOLHIMENTO DE UMA CIDADE DO NORTE FLUMINENSE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientador: Prof. Dr. David Maciel de Mello Neto.

Aprovada em: 26/02/2025.

BANCA EXAMINADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
DAVID MACIEL DE MELLO NETO
Data: 12/08/2025 17:43:29-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Orientador: Prof. Dr. David Maciel de Mello Neto (Presidente) –
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

gov.br Documento assinado digitalmente
FABRICIO BARBOSA MACIEL
Data: 29/07/2025 16:35:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Fabrício Maciel
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCIA REGINA DA SILVA RAMOS CARNEIRO
Data: 12/08/2025 08:31:57-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª. Drª. Marcia Carneiro
Universidade Federal Fluminense –

gov.br Documento assinado digitalmente
GISELE BRAGA BASTOS
Data: 02/08/2025 15:25:24-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª. Drª. Gisele Braga
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF

Campos dos Goytacazes, RJ
2025

Dedico esse trabalho aos meus pais Paulo Antônio (*in memorian*) e Georgina, com todo meu amor e gratidão, por tudo que fizeram por mim ao longo de minha vida. Desejo poder ter sido merecedora do esforço dedicado por vocês em todos os aspectos, especialmente quanto à minha formação.

AGRADECIMENTOS

A realização desta dissertação só foi possível graças ao apoio e à colaboração de muitas pessoas, instituições, professores dedicados e aos momentos significativos que marcaram essa trajetória acadêmica e pessoal.

Minha gratidão especial ao meu orientador, Professor Dr. David Maciel Mello Neto, por sua orientação, críticas construtivas, apoio e por acreditar no potencial desta pesquisa. Suas palavras de encorajamento e sabedoria foram fundamentais para que este trabalho ganhasse forma.

Agradeço à Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Centro de Ciência do Homem (CCH) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP), pela oportunidade de integrar este programa como discente de Mestrado.

Registro também meu agradecimento à Fundação Municipal da Infância e da Juventude (FMIJ), pela confiança em minha pesquisa e pela autorização para sua realização. Agradeço à equipe da Casa de Acolhimento e às jovens que generosamente aceitaram participar deste estudo, compartilhando suas histórias de vida e experiências que enriqueceram profundamente esta Dissertação. Sua confiança e disponibilidade permitiram dar voz a questões tão relevantes para nossa sociedade.

Agradeço à minha família, especialmente à minha mãe, Georgina, e aos meus filhos, Hector e Marco, que, com amor e paciência, estiveram ao meu lado, oferecendo suporte emocional nos momentos mais desafiadores.

Aos meus amigos e colegas de curso, pela troca de conhecimentos, experiências e pelo incentivo ao longo do percurso. Um agradecimento especial ao meu amigo Alexandre Red, pela amizade, pelas conversas construtivas e pelo apoio incondicional.

"Entretanto parece que a diferença exótica é mais útil apenas como um meio de se tomar consciência de suposições de identidade tão completamente satisfeitas que escapam a essa conscientização."

Erving Goffman

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado analisou a sociabilidade de jovens mulheres residentes de uma Casa de Acolhimento localizada em uma cidade do Norte Fluminense. O estudo investigou os impactos das vivências familiares dessas jovens antes do acolhimento, bem como os fatores que as levaram à institucionalização, buscando compreender, nesses contextos, suas trajetórias sociais e educacionais após o acolhimento. Essas jovens transitavam diariamente entre duas instituições, a Casa de Acolhimento e a Escola Formal, vivendo sob vigilância constante e seguindo regras disciplinares que influenciavam diretamente suas experiências e comportamentos. A pesquisa fundamentou-se em referenciais teóricos, como as análises sobre instituições totais e estigma de Erving Goffman, dominação simbólica de Pierre Bourdieu e a sociologia do desvio de Howard Becker. Também abordou aspectos de vulnerabilidade social, com base em autores como Zygmunt Bauman e entre outros. A metodologia empregada foi qualitativa, caracterizando-se como um estudo de caso. Foram utilizados métodos como análise documental de fichas do Conselho Tutelar, observação direta e entrevistas semipadronizadas realizadas com as jovens, além de relatos da equipe técnica da Casa de Acolhimento. A interpretação dos dados seguiu os princípios da teoria fundamentada, conforme abordagens propostas por Laurence Bardin e Uwe Flick, que ofereceram uma base significativa para a realização de uma pesquisa qualitativa. Neste contexto, a pesquisa buscou compreender as trajetórias de vida das jovens antes e durante o acolhimento, destacando as relações familiares e escolares, a construção social da juventude, a concepção dessas jovens como sujeitos de direito e as dinâmicas sociais que permeavam suas vidas dentro da Casa de Acolhimento.

Palavra-chave: Família; Sociabilidade; Casa de Acolhimento; Jovens Mulheres

ABSTRACT

This master's degree research analyzed the sociability of young women living in a shelter located in a city in the North of Rio de Janeiro. The study investigated the impacts of the family experiences of these young women before being placed in care, as well as the factors that led to their institutionalization, seeking to understand, in these contexts, their social and educational trajectories after being placed in care. These young women moved daily between two institutions, the shelter and the formal school, living under constant surveillance and following disciplinary rules that directly influenced their experiences and behaviors. The research was based on theoretical frameworks, such as Erving Goffman's analyses of total institutions and stigma, Pierre Bourdieu's symbolic domination, and Howard Becker's sociology of deviance. It also addressed aspects of social vulnerability, based on authors such as Zygmunt Bauman and others. The methodology used was qualitative, characterized as a case study. Methods such as documentary analysis of Guardianship Council files, direct observation and semi-standardized interviews conducted with the young women, as well as reports from the technical team at the Shelter Home, were used. Data interpretation followed the principles of grounded theory, according to approaches proposed by Laurence Bardin and Uwe Flick, which offered a significant basis for conducting qualitative research. In this context, the research sought to understand the life trajectories of the young women before and during the shelter, highlighting family and school relationships, the social construction of youth, the conception of these young women as subjects of rights and the social dynamics that permeated their lives within the Shelter Home.

Keywords: Family; Sociability; Shelter Home; Young Women

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 11
CAPÍTULO 1 **– CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS** 16
1.1 Contexto Histórico da Criança Abandonada 16
1.2 Institucionalização e a Casa de Acolhimento: Uma Visão Geral 20
1.3 Caracterização da Casa de Acolhimento: Estrutura, Dinâmica e Propósito 22
1.4 Dinâmicas Internas: Observação no Cotidiano da Casa de Acolhimento 24
1.5 Identificação e Papel da Equipe Técnica na Casa de Acolhimento 26
1.6 Contextos de Vulnerabilidade das Jovens na Casa de Acolhimento e Trajetórias de Vida 27
1.7 Controle Social e Estruturas de Dominação: Um debate Teórico 32

CAPÍTULO 2 – **ANÁLISE DOCUMENTAL: HISTÓRIAS DE VIDA E PROCESSOS DE ACOLHIMENTO** 44
2.1 Histórico de Acompanhamento pelo Conselho Tutelar 44
2.2 Motivações para o Acolhimento: Uma Análise Contextual 45
2.3 Contexto Familiar das Jovens: Trajetória de Fragmentação e Vulnerabilidade 60
2.4 Tabela – 1 Perfil Institucional e Dinâmica de Acolhimento 62
2.5 Tabela – 2 Educação Formal e Desafios Escolares nas Fichas Documentais 65

CAPÍTULO 3 – **VIVÊNCIAS, CONFLITOS E VULNERABILIDADES: UM OLHAR SOBRE AS JOVENS ACOLHIDAS** 66
3.1 PERCURSOS METODOLÓGICOS E APRESENTAÇÃO ANÁLISES DAS ENTREVISTAS 66
3.2 CONTEXTO FAMILIAR E TRAJETÓRIAS ANTES DO ACOLHIMENTO 68
3.2.1 Estrutura Familiar: entre a fragmentação e a estabilidade 68
3.2.2 Alienação Parental e o Afastamento Materno no Acolhimento 70
3.2.3 O Abandono: rupturas familiares e suas consequências 71
3.2.4 Rejeição Familiar: rompimento afetivo e suas consequências 72
3.2.5 Negligência Familiar e Suas Implicações na Trajetória das Jovens Acolhidas 74
3.2.6 Vulnerabilidade: entre a instabilidade e a ausência de proteção 76

3.2.7 Condições Socioeconômicas e o Caminho para o Acolhimento 78
3.2.8 Estratificação Social 79
3.3 DINÂMICAS DE CONFLITO E DE CONFLITO E RISCO 80
3.3.1 Controle Materno e Conflitos na Autonomia Juvenil 80
3.3.2 Comportamento Autodestrutivo: expressões de sofrimento e risco entre as jovens acolhidas 81
3.3.3 Envolvimento com o Tráfico: trajetória marcada pelo risco e exclusão 83
3.4 INTERVENÇÃO E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL 84
3.4.1 Intervenção: Atuação do Conselho Tutelar na proteção de crianças e adolescentes 84
3.4.2 Acolhimento por Conduta: medidas protetivas e ausência de Instituição Socioeducativa para jovens mulheres 85
3.4.3 Acolhimento Emergencial: proteção imediata e as Diretrizes do ECA 86
3.5 VIDA NO ACOLHIMENTO E CONSTRUÇÃO DE NOVAS PERSPECTIVAS 87
3.5.1 A Rotina e os Desafios do Acolhimento Institucional 87
3.5.2 Desejo da Maternidade: sonho ou realidade 89
3.5.3 Desafios e Estigmas na Escolarização das Jovens 90
3.5.4 Sociabilidade: dinâmicas de interação no Acolhimento e na Escola Formal 92
CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 105
ANEXO: Transcrições Integrais das Entrevistas com as Jovens Acolhidas 109

INTRODUÇÃO

A pesquisa de mestrado teve como objetivo analisar a sociabilidade de jovens mulheres residentes em uma Casa de Acolhimento que, em alguns casos, também frequentavam a Escola Formal, situada em uma cidade do Norte Fluminense. Com o objetivo de compreender como essa dinâmica afetava suas trajetórias sociais e educacionais.

Para isso, propus adentrar esse universo, dando continuidade a um trabalho desenvolvido durante a graduação, em 2018, e aprofundando reflexões complementares motivadas pelas inquietações observadas no trabalho de campo. É importante destacar a ausência de uma unidade feminina do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) na cidade, o que evidenciava a relevância das instituições de acolhimento.

Essas instituições desempenhavam um papel fundamental ao acolher crianças e jovens menores de dezoito anos que enfrentavam diversas situações de vulnerabilidade familiar. Em alguns casos, as próprias jovens optavam por buscar abrigo como uma forma de proteção. As situações que levavam ao acolhimento variavam desde questões relacionadas ao abandono até circunstâncias mais complexas, como envolvimento em delitos leves, atividades criminosas, furtos, uso de arma branca e supostos vínculos com o tráfico.

Essas jovens não permaneciam todo o tempo confinadas em uma única instituição, mas dividiam suas vidas entre dois espaços: a Casa de Acolhimento e a Escola Formal, estando sempre sob a supervisão de quadros administrativos. Durante o trabalho de campo, não foi possível observar a realização de passeios recreativos, além das idas à central das unidades de acolhimento. Essas visitas ocorriam por motivos variados, como atendimentos relacionados à estadia na casa, avaliações sobre o bem-estar das jovens, verificações quanto ao desempenho escolar ou sobre a convivência entre elas e a equipe técnica da instituição. Assim, elas transitavam constantemente entre três ambientes que, embora distintos, compartilhavam características disciplinares e normativas.

Nesse contexto, surgiram questões centrais: de que maneira essas jovens interagiam com o corpo administrativo da Casa de Acolhimento e da Escola? Até que ponto a institucionalização moldava suas vidas e como elas resistiam, ou se adaptavam, às normas impostas?

Entre os fatores analisados, destacavam-se os traumas decorrentes de violência familiar, abandono e abuso, além dos estigmas associados à condição de viverem em uma Casa de Acolhimento.

Dessa maneira, tornou-se fundamental compreender o impacto da institucionalização contínua na vida dessas jovens, considerando que as regras e normas eram aplicadas de forma

constante. A compreensão das experiências, dos desafios e das influências sociais vividas por essas jovens mulheres tornou-se ainda mais relevante devido à sua condição de institucionalizadas e à ausência de referências familiares.

Nesse contexto, busquei entender como essas jovens lidavam com as estruturas institucionais que as cercavam. Pretendendo, com isso, identificar as influências que essas estruturas exerciam sobre suas vidas, suas perspectivas e suas formas de interação social.

A Casa de Acolhimento e a Escola Formal, embora possuíssem finalidades distintas, compartilhavam elementos de controle e disciplina. Nesse contexto, as jovens eram submetidas a regras que moldavam seu comportamento, identidade e, consequentemente, suas relações sociais. Os fatores que as levaram ao acolhimento por decisão do Conselho Tutelar não se limitavam apenas à proteção imediata, mas também impactavam o desenvolvimento socioemocional e educacional dessas jovens.

Nesse sentido, a educação formal despontava como uma das principais ferramentas de trabalho dentro da instituição, evidenciando tanto os desafios quanto as possibilidades que o acolhimento institucional apresentava para a vida dessas jovens mulheres. Além disso, o estigma associado ao fato de serem oriundas de uma instituição de acolhimento podia contribuir para processos de segregação social no ambiente escolar.

Era amplamente reconhecido que a escola desempenhava um papel essencial no desenvolvimento infantil e juvenil, sendo um dos pilares fundamentais na construção do indivíduo social para a fase adulta. Assim, o engajamento contínuo nesta pesquisa buscou compreender as complexidades dessas trajetórias e a diversidade de problemáticas que as envolviam, proporcionando uma visão mais aprofundada sobre as necessidades dessas jovens institucionalizadas em seu desenvolvimento.

A Casa de Acolhimento escolhida para este estudo era uma entre várias unidades existentes na cidade, sob responsabilidade financeira da Prefeitura Municipal e administrada pela central das unidades de acolhimento.

Antes de iniciar o trabalho de campo, ressalto que esta dissertação é uma continuidade da minha pesquisa de graduação. Na graduação, o objetivo foi apresentar uma Casa de Acolhimento e traçar o perfil do público acolhido, limitando-se a uma descrição geral. Agora, nesta pesquisa de mestrado, o objetivo avança para uma análise mais aprofundada e crítica.

Optei por esta Casa de Acolhimento por lidar principalmente com jovens mulheres com um índice mais elevado de falta de disciplina e má conduta, cujos pais ou responsáveis, na

maioria, procuravam o Conselho Tutelar para abrir mão da responsabilidade sobre elas[1] a idade das jovens variavam entre doze a quase dezoito anos.

Antes do período de campo, foi necessário obter autorizações dos órgãos responsáveis por esse setor. Essa autorização foi concedida pela central das unidades de acolhimento. Tive que explicar minuciosamente como seria minha pesquisa, dado que lidaria com jovens com históricos diversos de conflitos. O processo total para obter essas autorizações durou três meses, mas uma vez resolvido, a pesquisa transcorreu normalmente.

A investigação buscou compreender não apenas as dinâmicas internas da casa, mas também como essas interações eram moldadas pelas vivências anteriores ao acolhimento. Pretendi analisar as influências das regras e da estrutura institucional, utilizando um embasamento teórico mais sólido e uma abordagem analítica detalhada. Além disso, a pesquisa visou compreender como as relações sociais eram construídas no cotidiano dessas jovens e como se dava a convivência diária entre elas e a equipe técnica.

Durante o período da pesquisa de campo, que teve duração de quatro meses, a Casa de Acolhimento abrigava vinte e três jovens mulheres, com idades entre doze e quase dezoito anos. No decorrer da observação participante, tive contato direto com dezoito acolhidas. Cinco delas, no entanto, estavam afastadas em decorrência do uso de medicação controlada, o que impossibilitou um contato mais próximo, como a realização de entrevistas. Ainda assim, busquei me aproximar na medida do possível, além de realizar a coleta de dados documentais disponibilizados pela instituição.

No campo, acompanhei o cotidiano dessas jovens. Para além da sociabilidade, propus analisar suas vivências anteriores ao acolhimento, a partir da documentação de acompanhamento do Conselho Tutelar, com o objetivo de compreender as motivações que levaram à institucionalização. Também examinei os relatos das jovens e da equipe técnica, investigando o conceito de "lar e família" ou o que mais se aproxima de uma estrutura familiar na perspectiva dessas jovens.

Com base no conceito de instituição total, proposto por Erving Goffman (2015), busquei compreender se a Casa de Acolhimento, em seu cotidiano, refletia tais características e quais eram as implicações da ausência familiar nesse contexto. Segundo Goffman, "uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável

[1] Informação obtida através de analise documental das fixas de entrada realizada pelo Conselho Tutelar e assistentes sociais que realizam o acompanhamento dessas jovens institucionalizadas.

período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada" (Goffman, 2015, p. 11).

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, configurando-se como um "estudo de caso" das jovens residentes na Casa de Acolhimento. A coleta de dados foi realizada por meio de observação direta, entrevistas semipadronizadas e análise documental. A interpretação dos dados seguiu a metodologia de construção de teoria fundamentada.

O estudo buscou explorar o contexto da Escola Formal, investigando os impactos que essas jovens enfrentavam no ambiente escolar. Foram analisadas suas interações sociais, desempenho escolar e os desafios vivenciados no processo de sociabilidade e aprendizagem. Entre as questões abordadas estavam: como se dava a sociabilidade entre as jovens na Casa de Acolhimento? Quais eram as interações delas com o corpo administrativo da Casa e da escola? Como se relacionavam com os demais alunos e professores no ambiente escolar? Além disso, o estudo procurou responder: quem eram e de onde vinham essas jovens?

Essa investigação pretendeu oferecer uma compreensão mais aprofundada sobre as trajetórias de vida dessas jovens mulheres, considerando os múltiplos fatores que influenciavam suas experiências tanto na Casa de Acolhimento quanto na Escola Formal.

A abordagem qualitativa, aliada ao método de estudo de caso, proporcionou uma compreensão aprofundada das experiências, desafios e influências sociais vivenciadas por jovens institucionalizadas. Além disso, a revisão bibliográfica enriqueceu a pesquisa com uma base teórica sólida. Essa combinação de métodos buscou garantir uma investigação abrangente e fundamentada sobre o tema proposto.

> Na pesquisa qualitativa, o social é visto como um mundo de significados passível de investigação e a linguagem dos atores sociais e suas práticas as matérias-primas dessa abordagem. É o nível dos significados, motivos, aspirações, atitudes, crenças e valores, que se expressa pela linguagem comum e na vida cotidiana, o objeto da abordagem qualitativa. (Teixeira, 2005, p. 140).

Para alcançar os objetivos desta pesquisa, busquei identificar a rede de proteção social e compreender seu funcionamento no atendimento às necessidades específicas das jovens acolhidas.

Dessa forma, esta pesquisa foi estruturada em três capítulos principais, além da introdução, que abordou as temáticas centrais relacionadas ao estudo, seguidos pelas considerações finais, onde foram apresentadas reflexões sobre os resultados obtidos e possíveis desdobramentos.

No primeiro capítulo, foi realizado breve levantamento histórico sobre a criança abandonada, posteriormente foi descrita a Casa de Acolhimento, destacando seu espaço físico,

equipe técnica e o perfil das jovens acolhidas. Adicionalmente foi realizado uma revisão teórica, explorando conceitos fundamentais que sustentaram esta pesquisa, como institucionalização, sociabilidade e estigma, com base nas contribuições de autores como Erving Goffman, Pierre Bourdieu e outros estudiosos relevantes ao tema. Essa fundamentação teórica deu suporte às discussões e análises desenvolvidas ao longo da pesquisa.

O segundo capítulo foi dedicado à contextualização do campo de estudo e à apresentação dos dados documentais analisados. Foram descritos os históricos de acompanhamento pelo Conselho Tutelar, com foco nos motivos que levaram ao acolhimento das jovens, suas trajetórias de vida e as condições socioeconômicas de suas famílias. Essa seção permitiu compreender os fatores que culminaram na institucionalização e como esses elementos moldaram a experiência das jovens no acolhimento.

No terceiro capítulo, foi realizada a análise de conteúdo das entrevistas conduzidas com as jovens acolhidas, dialogando com as informações obtidas por meio das conversas com a equipe técnica da Casa de Acolhimento. Este capítulo abordou temas como os conflitos familiares, o impacto da institucionalização na sociabilidade das jovens e suas perspectivas em relação à Escola Formal e ao mercado de trabalho. A análise foi fundamentada nos referenciais teóricos apresentados no primeiro capítulo, entre outros estudiosos que se relacionam ao tema, destacando as intersecções entre as vivências individuais e os contextos sociais mais amplos.

Por fim, nas considerações finais, foram apresentados os principais achados da pesquisa, discutindo suas implicações teóricas e práticas no âmbito de uma abordagem etnográfica. Foram também analisadas as limitações do estudo e apresentadas sugestões para futuras pesquisas, buscando aprofundar as questões tratadas e refletir sobre a institucionalização e suas consequências sociais.

CAPÍTULO 1 – **CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

1.1 – Contexto Histórico da Criança Abandonada

Essa luta por direitos assistidos não teve início apenas com políticas públicas recentes, mas o atendimento a crianças e adolescentes percorreu diversas etapas históricas. Desde o início do acolhimento promovido pela igreja, passando por organizações filantrópicas, até o momento em que a responsabilidade recai sobre o Estado, a família e a sociedade.

A violência contra crianças e adolescentes é uma prática que atravessa séculos e culturas, estando historicamente associada tanto à arbitrariedade dos pais sobre a vida de seus filhos quanto aos processos de socialização. De acordo com Minayo (2001), a violência infantil pode ser definida como qualquer ato ou omissão cometido por pais, parentes, instituições ou terceiros que resulte em dano físico, psicológico ou sexual às vítimas. Esse tipo de violência não apenas viola os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, mas também reforça um ciclo de negligência e desproteção, comprometendo seu desenvolvimento e sua inserção social.

A trajetória histórica da violência infantil revela como, durante séculos, crianças foram tratadas como propriedade de seus responsáveis, sujeitas a práticas que iam desde infanticídio até punições severas para garantir a obediência. A própria Bíblia menciona situações extremas de violência contra crianças em períodos de escassez e guerra, e registros históricos apontam que, em diversas sociedades, o infanticídio era uma prática comum e socialmente aceita (Minayo, 2001). Com o tempo, no entanto, começaram a surgir leis que buscavam regular e coibir essas práticas, ainda que a violência permanecesse enraizada nos métodos educativos e disciplinares.

> A violência contra esses grupos etários, (...) acompanha a trajetória humana desde os acontecimentos mais primitivos de que se têm registro. E são também inumeráveis as modalidades pelas quais se expressa, dentro das diferentes culturas. Por exemplo, a eliminação de crianças e adolescentes é dos temas mais citados na história, abrangendo o infanticídio (crianças pequenas mortas pelos pais) e os homicídios (Minayo, 2001, p. 92).

Segundo Marcílio (1997), o acolhimento de crianças e adolescentes começou com a igreja, que era a única responsável por cuidar de crianças consideradas desprotegidas ou abandonadas, com a Roda dos Expostos. Essa instituição surgiu no Brasil durante o período Colonial e se manteve por mais de dois séculos.

> A antiguidade e a evolução da prática de abandonar seus filhos vêm aqui associadas às formas de proteção e de assistência a essas criaturas, construídas ao longo dos séculos, primeiramente no Velho Mundo, e, depois, transplantadas e estabelecidas no Brasil, desde os primórdios da colonização. (Marcílio, 1997, p.11).

A Roda dos Expostos foi uma instituição destinada ao acolhimento de crianças abandonadas, presente em diversas localidades do Brasil. Funcionava por meio de um dispositivo giratório instalado em edifícios como as Santas Casas de Misericórdia, que permitia que os bebês fossem deixados anonimamente pelos responsáveis. Esse mecanismo buscava oferecer uma alternativa à prática de abandono em vias públicas, sendo considerado, à época, uma solução para minimizar as altas taxas de mortalidade infantil e dar assistência aos chamados "inocentes abandonados".

> A Roda ocupa o lugar de uma janela dando face para a rua e gira num eixo perpendicular. É dividido em quatro setores, um dos quais se abre para o lado de fora, convidando assim a que dela se aproxime toda mãe que tem tão pouco coração que é capaz de separar-se de seu filho recém-nascido. Para tanto tem apenas de depositar a criança na caixa e, por uma volta da Roda, fazê-lo passar para dentro, depois seguindo seu caminho, sem ser vista (Marcílio, 1998, p.145).

Marcílio (1998), destaca o funcionamento e a importância das Rodas dos Expostos, enfatizando que essa prática, embora destinada à proteção das crianças, era também marcada por limitações estruturais e sociais. No Brasil, a Roda dos Expostos se manteve até o século XVIII, refletindo a precariedade das políticas públicas de assistência e o abandono de crianças como um problema crônico, muitas vezes associado à pobreza extrema e à falta de suporte familiar.

> A roda dos expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu-se manter durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950! Sendo o Brasil o último a acabar com o triste sistema da roda dos enjeitados (Marcílio, 1997, p.51).

Posteriormente, podemos dizer que, as organizações filantrópicas ocuparam espaço em diversos segmentos assistenciais, destacando-se os orfanatos. Conforme Marcílio:

> A filantropia surgiu como modelo assistencial, fundamentada na ciência, para substituir o modelo de caridade. Nesses termos, à filantropia atribuiu-se a tarefa de organizar a assistência dentro das novas exigências sociais, políticas econômicas e morais que nascem com o início do século XX no Brasil. (Marcílio, 1997, p. 75).

Devemos aprofundar, ainda, as questões relacionadas a como as crianças e adolescentes se tornaram sujeitos de direitos. Isso se deve ao fato de que, até algumas décadas atrás, crianças e adolescentes não eram considerados indivíduos com direitos a serem garantidos.

O abandono de filhos não era uma prática exclusiva do Brasil. Segundo Marcílio (1997), parte da história e trajetória dessas crianças abandonadas pode ser compreendida a partir da análise da situação em países europeus, que, de acordo com a autora, foram pioneiros no enfrentamento dessa problemática. Esses países implementaram medidas governamentais bem-sucedidas para lidar com o abandono infantil, destacando-se o apoio social direcionado às mães

dessas crianças rejeitadas. Essas medidas buscavam ampará-las para que não tivessem a necessidade de abandonar seus filhos, promovendo, assim, maior proteção à infância.

Segundo a autora, somente a partir desse período iniciaram-se mudanças. Questões sociais ganharam destaque, atraindo a atenção do Estado e dos políticos, como evidenciado na Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Isso ocorreu por motivos de ordem política, mais precisamente por meio do código de menores de 1927, que determinou o encerramento das atividades realizadas pela sociedade cristã em relação a essas crianças rejeitadas.

> O discurso da assistência e da proteção aos menores desvalidos e o Código de Melo Matos, de 1927, definiam um novo projeto jurídico e institucional, voltados para os menores – não punitivo, recuperador, disciplinar, tutelar e paternal – e articulado a uma tentativa de reorganização da assistência prestada tornando-a mais ampla, sistemática e organizada de forma mais científica. Gradualmente, o Estado ia assumindo a assistência à infância desvalida e criando um aparato governamental para atender a essa nova função e, também, controlá–la. (Marcílio, 1997, p.222).

A autora realizou uma pesquisa, baseada em registros documentais, entre outros, delineando o perfil dessas crianças abandonadas. Marcílio (1997) não se limitava a questões óbvias relacionadas ao abandono infantil, como pais irresponsáveis, entre outros. A autora destacava como principal marco a questão socioeconômica desses indivíduos, argumentando que a desestruturação das famílias e a falta de alternativas levavam à rejeição e ao abandono de seus filhos.

De acordo com Minayo (2001), diferentes formas de violência contra crianças e jovens têm sido registradas, remontando aos tempos primitivos. “(...) “no transcorrer da civilização, além do caráter arbitrário dos pais de decidirem sobre sua vida, sempre esteve muito vinculada ao processo educativo” (Minayo, 2001, p. 93)”.

> Implica, de um lado, numa transgressão no poder/dever de proteção do adulto e da sociedade em geral; e de outro, numa coisificação da infância. Isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições especiais de crescimento e desenvolvimento. (Minayo, 2001, p. 92).

Argumenta a autora que o papel dos pais vai além de repreender, envolvendo a responsabilidade de socializar os filhos em ajuste com as normas da vida em sociedade. Em relação a violência: “Ela tem sido considerada, em todos os tempos, como um instrumento de socialização e, portanto, como resposta automática a desobediências e rebeldias” (Minayo, 2001, p. 93), algo que ficou no passado, tendo em vista principalmente as Leis brasileiras de proteção à criança e ao adolescente.

Quando nos referimos ao cuidado e proteção, Minayo (2001) mostra questões contrárias, que ficam difícil de imaginar que ainda sejam exercidas pela sociedade, tendo em vista a

evolução da educação de modo geral e a transformação das crianças e jovens em sujeitos de direito. Ela afirma que: “embora muito se tenha caminhado na sociedade ocidental, do ponto de vista ideológico, há estudiosos que divergem da ideia de que sejamos hoje mais respeitosos com as crianças do que nos séculos passados” (2001, p. 94).

> A sua superação é uma condição que se constrói ao mesmo tempo que a “pacificação da sociedade” e seu grau de civilização, porém necessita ser desnaturalizada e retirada do âmbito que a legitima, o processo pedagógico. O respeito a esses sujeitos sociais hoje é fundamental para que a sociedade adulta, em todas as instâncias e instituições, amadureça seu código de direitos humanos e direitos sociais (Minayo,2001, p. 93).

Ao analisarmos a institucionalização, podemos considerar o abandono de incapaz como a perda da autonomia desse indivíduo, que necessita de atenção e cuidados. Nesse contexto, o Estado atua como o “provedor” de políticas sociais para a população vulnerável, no caso, crianças e jovens menores de dezoito anos, promovendo o acolhimento. Além disso, Marcílio argumenta que “o ser humano se torna um produto precioso para o Estado. Por consequência, toda perda humana passa a ser considerada uma perda para o Estado” (Marcílio, 1997, p. 76). “Esta é a acepção precisa da ideia — frequentemente preconizada em projetos sociais — de ajudar a família a se ajudar” (Sarti, 1999, p. 105).

Complementando, a partir de 1924, iniciou-se a fase Assistencial, marcada pela aprovação do primeiro Código de Menores em 1927. Nesse período, o Estado passou a assumir a responsabilidade legal pela tutela de crianças órfãs e abandonadas, ampliando a idade dessa proteção para até 18 anos (Scarabel, 2001, p. 14).

Nesse contexto de proteção absoluta, destaca-se a dimensão da relevância dessas leis. As normas multiplicaram-se para assegurar os direitos essenciais das crianças e dos adolescentes. Argumenta Souza (2006);

> A provisoriedade da medida de abrigo é outra questão que vem desafiando a implementação do Estatuto. Em geral, quando ocorre a institucionalização da criança, ou quando as famílias passam a merecer atenção do Estado, a vulnerabilização da família, pelo acúmulo de carências e problemas, é de tal ordem que o retorno da criança ao lar, apresenta-se como uma perspectiva distante (Souza, 2000 apud Souza, 2006, p. 140).

Conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em sua Lei n°. 12.010/09, destaca-se o princípio do atendimento personalizado e em pequenos grupos. A Casa de Acolhimento analisada corresponde a essas exigências legais.

Dessa forma, a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual enfatiza a proteção da criança e do adolescente em âmbito nacional, foi elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente – (ECA) em 13 de julho de 1990, garantindo assim o artigo 227 de nossa constituição. Os artigos iniciais dessas legislações afirmam que:

> Art. 1°. Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

> Art. 2°. Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
> Art. 3°. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, as segurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
> Art. 4°. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
> Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:
> a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
> b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
> c) precedência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
> d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
> Art. 5°. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
> Art. 6°. Na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. (Estatuto da Criança e do Adolescente; ECA, p.11 apud Batista, 2018, P. 17).

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, houve um avanço significativo na garantia de direitos, estabelecendo que crianças e adolescentes devem ser protegidos de forma integral, com prioridade absoluta e em conformidade com sua condição de pessoas em desenvolvimento. No entanto, apesar dos marcos legais que buscam assegurar um ambiente de cuidado e proteção, muitos desafios ainda persistem. É nesse contexto que emerge o problema central desta pesquisa: compreender como as jovens acolhidas em uma Casa de Acolhimento vivenciavam esse processo de institucionalização e quais foram os impactos em suas trajetórias sociais, educacionais e afetivas, porque suas vivências rompiam com o modelo convencional de serem criadas e educadas por suas famílias. A investigação buscou entender melhor sobre as lacunas entre o ideal proposto pelas legislações e a realidade enfrentada por essas jovens, refletindo sobre as implicações da ausência de vínculos familiares e a convivência em um espaço institucional.

1.2 – Institucionalização e a Casa de Acolhimento: Uma Visão Geral

A Casa de acolhimento escolhida para compor este trabalho foi uma entre várias existentes na cidade, localizadas em diferentes bairros do município. No entanto, não foi possível confirmar o número exato das unidades de acolhimento, pois, no momento da pesquisa, no ano de 2018, a central das unidades de acolhimento informou que havia aproximadamente dezesseis unidades em funcionamento, além da previsão de abertura de mais uma, devido ao

aumento da demanda local. Essa ampliação também se justificava pela ausência de uma instituição específica para o acolhimento do sexo feminino pelo DEGASE[2]. O intuito dessas unidades de acolhimento era abrigar e prover os cuidados necessários, conforme a lei, de acordo com o ECA.

É importante lembrar que as jovens não eram prisioneiras das Casas de Acolhimento, mas estavam sujeitas às regras do programa, sendo uma delas não evadir, porém muitas delas desejavam desafiar constantemente essas regras sem medo das consequências.

As Casas de Acolhimento da cidade recebiam jovens independentemente das circunstâncias que levaram ao acolhimento. No entanto, no caso dos meninos, para serem assistidos nessas unidades municipais, era necessário que não tivessem cometido delitos ou infrações judiciais que resultassem em acompanhamento institucional direcionado a outra modalidade de atendimento. Para esses casos específicos, existe na cidade o DEGASE masculino, para onde eram encaminhados meninos e jovens em conflito com a lei.

Na unidade de acolhimento selecionada para esta pesquisa, o atendimento era voltado exclusivamente para meninas e jovens menores de dezoito anos. Durante o período da pesquisa, constatei que o número de acolhidas em cada unidade variava conforme a estrutura física dos imóveis. Embora as Casas de Acolhimento da cidade atendessem a demandas distintas por diversos motivos, elas compartilhavam semelhanças no que diz respeito à garantia de proteção. Assim, este estudo se concentrou na unidade institucional escolhida, buscando descrever de forma detalhada seu funcionamento.

A entrada dessas jovens na casa se dava por uma triagem antes do acolhimento pelo Conselho Tutelar, os motivos envolviam desde denúncias de maus-tratos por parte dos responsáveis até a entrega voluntária dessas crianças ou jovens, quando os responsáveis alegavam incapacidade para cuidar delas ou quando essas crianças e jovens eram afastadas de suas famílias por ordem expedida judicialmente.

A partir da observação direta, pude identificar que não havia uma duração específica para a permanência das jovens na Casa de Acolhimento. Durante todo esse período de estadia, a equipe técnica, em conjunto com o Conselho Tutelar, buscava promover a reaproximação dessas jovens com suas famílias. Essa reaproximação podia incluir não apenas os pais, mas também outros parentes, como uma avó, tios, ou outros responsáveis que pudessem assumir os cuidados das jovens. Caso o retorno ao convívio familiar não fosse viável, as jovens

[2] DEGASE- Departamento Geral de Ações Sócio Educativas: O Departamento Geral de Ações Socioeducativas é um órgão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que executa as medidas judiciais aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei.

permaneciam na Casa de Acolhimento até completarem dezoito anos, prazo máximo permitido para a estadia.

Posteriormente ocorria a identificação das demandas, um processo era aberto e a equipe central os subdividiam em grupos e os alocavam nas unidades de acolhimento de acordo com as necessidades, por exemplo, crianças ou jovens – PCD[3], também pela idade e perfil comportamental. O processo era então encaminhado ao Juiz, que determinava o destino futuro dessas crianças e jovens, enquanto isso não acontecia, temporariamente ficavam nas Casas de Acolhimento.

1.3 – Caracterização da Casa de Acolhimento: Estrutura, Dinâmicas e Propósitos

Ao chegar ao endereço da Casa de Acolhimento, observei todo o espaço. Notei que, na entrada, não havia nenhuma identificação que a relacione a uma Casa de Acolhimento. Os muros eram altos, e havia três portões, dois de garagem e um de pedestre. Tratava-se de uma residência do tipo sobrado, construída em um terreno de 14 x 28,30 metros, com apenas um corredor lateral que se estendia até os fundos, com largura suficiente para um carro de passeio, ou até um pouco maior. A residência possuía três pavimentos.

Nesse percurso de conhecimento da estrutura da casa, não pude deixar de observar, logo na entrada, uma movimentação peculiar. Havia três funcionários transitando: um homem e duas mulheres. Notei uma tensão entre eles em relação a uma porta localizada à frente da casa, no canto esquerdo, ao lado de uma pequena garagem coberta. Do outro lado, situava-se a varanda que dava acesso ao primeiro pavimento. Naquele momento, eu ainda não sabia para onde a porta levava. Também percebi uma cadeira posicionada à frente da escada, como se fosse um posto fixo de um dos funcionários, que se apresentou como segurança da casa – o mesmo que abriu o portão e me recebeu. O segurança se posicionava em uma espécie de divisão entre o pavimento térreo e o segundo andar da casa. Posteriormente, ao entrar, descobri que essa porta precisava permanecer sempre fechada, conforme fui advertida. Após me identificar como estudante pesquisadora e apresentar o documento de autorização, fui direcionada à sala da coordenação para compreender melhor a dinâmica da casa.

No primeiro pavimento, ao lado de uma porta que dava acesso à escada para o segundo andar, encontrava-se uma pequena varanda com uma entrada para a sala de televisão. Ao lado, havia uma outra sala onde estava o computador de uso das jovens, cujo acesso é sempre supervisionado e ocorria em horários específicos. No corredor ao lado dessa sala, estavam três

[3]Pessoa com Deficiência – PCD.

quartos equipados com beliches e camas. Os quartos eram compostos por beliches e camas de solteiro convencionais, onde dormiam entre cinco e sete jovens. As roupas eram compartilhadas por todas.

Em cada quarto, havia uma cômoda com seis gavetas, sendo que cada gaveta pertencia a uma jovem, onde guardavam objetos pessoais e de uso contínuo, como materiais de higiene pessoal e beleza, incluindo desodorante, shampoo, creme para cabelo, sabonete e pente, entre outros itens.

Retornando à sala do computador, ao seguir em direção aos fundos da casa, havia uma antessala destinada às refeições diárias e cada jovem tinha seu próprio copo plástico e prato com seu nome no fundo. Essa sala era pequena, comportando apenas uma mesa com seis cadeiras e um armário simples de cozinha que abrigava utensílios, como filtro de água, porta-copos, pratos e talheres, todos de plástico, para evitar possíveis tentativas de automutilação ou brigas com agressões físicas, algo que ocorria ocasionalmente, mesmo sob supervisão. Ao lado da antessala, ficava a cozinha, onde eram preparados os alimentos. A cozinha era composta por dois fogões, uma geladeira, um freezer, uma bancada de mármore e uma pia.

No final do espaço, encontrava-se a lavanderia e uma varanda coberta que contornava as janelas dos quartos até o final do terreno. A varanda possuía uma mesa de uso diverso e dava acesso a uma pequena área descoberta, que se conectava ao corredor lateral, que seguia até a frente da casa.

No segundo pavimento, acessei o espaço por meio de uma escada externa, que também era mantida sempre fechada e sob supervisão. Ao subir, cheguei a uma sala. À esquerda, havia um mural na parede e uma escada que levava ao terceiro pavimento. O terceiro andar era reservado exclusivamente aos funcionários e funcionava como almoxarifado, onde eram armazenadas roupas de cama, toalhas de banho, vestimentas de uso coletivo das jovens e outros itens. À frente dessa sala, havia um corredor que dava acesso à enfermaria. Próximo a ela, havia uma varanda com uma pia, um filtro de água e copos plásticos – uma espécie de mini cozinha para atender as jovens que permaneciam no segundo pavimento.

Retornando à sala de entrada, localizei, à direita, a sala administrativa da casa, onde eram guardados os documentos de toda a unidade. Essa sala continha um telefone fixo, quatro computadores, quatro cadeiras, três armários e uma impressora. O uso do telefone era restrito e só ocorria com autorização da administração, as jovens não tinham celulares.

Suas duas janelas davam para a frente da casa, com vista para a rua. Ao lado dessa sala, havia outra menor, utilizada pelo restante da equipe. Essa sala possuía uma mesa grande ao

centro, dois computadores e dois armários destinados à documentação e outros materiais. Ela contava com uma janela para a rua e outra para o corredor da casa.

Seguindo adiante, um corredor conduzia a um banheiro e, em seguida, a dois quartos e mais um banheiro, ambos com janelas voltadas para a varanda. A varanda, por sua vez, conecta-se à pequena área externa do térreo e era completamente gradeada até o teto. Esse espaço era monitorado de perto pelas educadoras, pois frequentemente ocorriam conflitos entre as jovens do segundo pavimento e as do térreo. Por exemplo, as jovens de cima costumavam gritar, xingar, debochar e até cuspir nas que estavam embaixo. Quando esses eventos aconteciam, as jovens eram imediatamente repreendidas e punidas – como, por exemplo, com a proibição do uso do computador, algo que elas valorizavam muito e aguardavam ansiosas.

É importante destacar que o acesso à internet, com uso limitado a aplicativos de redes sociais e sempre sob supervisão, representava o único meio de comunicação das jovens com o mundo externo e seus pares.

1.3 – Dinâmicas Internas: Observação no Cotidiano da Casa de Acolhimento

Quando entrei no segundo pavimento, algo me chamou a atenção: uma parede que formava um mural feito de cartolina como uma espécie de quadro, com vários recortes de revistas e pequenos trechos em escrita cursiva. Perguntei à primeira funcionária que passou por mim, e ela informou com muita naturalidade que foram as jovens acolhidas quem montaram aquele quadro em uma atividade relacionada a felicidade e futuro, realizada pelo psicólogo que as acompanhavam. Ele continha muitos recortes de revistas, com fotos similares de mulheres grávidas sorrindo, outras segurando bebê e aparentando felicidade, muitas vezes acompanhadas pelo marido das gestantes, sempre abraçados e sorridentes. A escrita era das jovens, relatando o desejo de ser mãe e de ter uma família[4]. As jovens por estarem no acolhimento vinham de lares fragilizados e desestruturados, ao mesmo tempo, idealizavam uma suposta felicidade de uma mãe grávida ou carregando seu bebê nos braços e se sentindo feliz.

Na vida pessoal, nessa dinâmica, era mencionado o desejo de se casar e ser mãe. No entanto, o que mais se destacou em todos os relatos do mural foi o desejo das jovens de ter uma casa e uma família estável.

Segundo as assistentes sociais, a hipótese para esse comportamento estaria relacionada ao desejo por estabilidade de afeto familiar. Já que as jovens demonstravam insegurança

[4] Trecho relatado a partir da minha observação participante durante a pesquisa de campo ao entrar na Casa de Acolhimento para compor nossa análise.

emocional, carência e o sentimento de não pertencimento, devido à incerteza sobre qual direção seguir e para onde ir.

Também relatado pelas assistentes sociais, essa problemática refletia em seu comportamento social dentro da Casa de Acolhimento, dificultando as relações sociais entre as jovens institucionalizadas expondo a fragilidade nos vínculos criados no ambiente de acolhimento.

Nas conversas e entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo, as jovens que não estavam matriculadas na Escola Formal demonstraram interesse em voltar a estudar. No entanto, era relatado pelas jovens que estavam estudando regularmente que não gostavam de ser transportadas no veículo da casa (Kombi), pois ele possuía identificação nas laterais, e elas não queriam que os outros alunos soubessem que moravam em uma Casa de Acolhimento. As razões para essa insatisfação incluíam evitar o constrangimento diante dos outros alunos e facilitar possíveis fugas. Contudo, essas solicitações não foram atendidas, uma vez que o transporte parava na porta da escola, e as educadoras acompanhavam as jovens até o portão, não permitindo oportunidade para eventuais fugas.

A Casa de Acolhimento não atendia a quaisquer pedidos das jovens em relação ao transporte, sendo deixadas no portão da escola como mencionado e recolhidas no horário de saída. No entanto, observei falhas no monitoramento desses horários e na comunicação com a escola. Por exemplo, quando havia falta de professores e as aulas terminavam mais cedo, a Casa de Acolhimento nem sempre era informada, o que facilitava possíveis fugas devido à segurança precária nas instituições de ensino. A movimentação intensa nesses momentos fazia com que as jovens passassem despercebidas pelo portão, aumentando as oportunidades de fuga.

No início do ano letivo, durante o processo de renovação de matrículas e matrículas de novas alunas acolhidas, algumas escolas pareciam relutantes em expressar suas reais intenções em não realizar tais matriculas, alegando indisponibilidade de vagas. Havia muitos casos de repetência e expulsões, motivadas por brigas com outros alunos e mau comportamento em relação aos professores, funcionários e direção.

Também havia escolas que até se recusavam a aceitar algumas jovens da instituição, alegando que era impossível lidar com elas devido à total indisciplina. No entanto, é importante destacar que nem todas as jovens acolhidas eram indesejadas na Escola Formal. Em alguns casos, elas eram aceitas, mas enfrentavam dificuldades de adaptação. Relatavam dificuldades com as disciplinas e também com os colegas de sala a sociabilidade se restringia a pouco contato, ou até nenhum.

As jovens recebiam assistência na área educacional, com aulas de reforço realizadas na central das unidades de acolhimento, especialmente quando apresentavam dificuldades significativas no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, na Casa de Acolhimento, elas contavam com o apoio das educadoras e outros membros da equipe, que ofereciam orientação durante as atividades diárias. A intenção era nítida de mostrar a importância do aprendizado, incentivando as jovens a acreditar em seu potencial e a se dedicarem, com a perspectiva de que, com esforço e empenho, poderiam alcançar seus objetivos no futuro.

1.5 – Identificação e Papel da Equipe Técnica na Casa de Acolhimento

A equipe da Casa de Acolhimento era composta por quinze educadoras do sexo feminino, que monitoravam as jovens em tempo integral. Além disso, contavam com doze auxiliares de educadoras que forneciam suporte às educadoras no acompanhamento das jovens em atividades externas, como idas à escola, consultas médicas, atendimentos psiquiátricos na central e outros compromissos. Essas auxiliares desempenhavam tanto funções internas quanto externas, conforme necessário. Três educadoras possuíam funções adicionais, como apoio administrativo e reforço escolar.

Além das educadoras, a equipe técnica incluía uma pedagoga, uma estagiária em pedagogia, duas assistentes sociais, um psicólogo que realizava visita uma vez na semana e emergenciais, uma enfermeira, seis técnicas de enfermagem e um professor de educação física, (que nunca vi nos quase quatro meses de pesquisa). Havia também um coordenador e um adjunto de coordenação, agentes de serviços gerais, cinco motoristas e quatro seguranças. Por fim, a equipe contava com duas cozinheiras, responsáveis pela preparação das refeições com base no cardápio enviado pela nutricionista, que, assim como o professor de educação física, não esteve presente durante o período da pesquisa de campo. É importante destacar que a equipe trabalhava em escalas variadas, de duas a quatro vezes por semana, com turnos organizados de acordo com os setores e funções exercidas.

Segundo as assistentes sociais, a maioria dessas jovens vinham das áreas mais desfavorecidas do subdistrito do município. Também vindas de várias localidades, incluindo outros Estados, mas no momento do acolhimento residiam na cidade.

As razões que levavam essas jovens ao acolhimento teriam padrões comuns, segundo as assistentes sociais, geralmente relacionados a questões socioeconômicas, pois vinham de famílias em situação de pobreza. Em suas trajetórias, todas enfrentavam algum tipo de negligência familiar que gerava uma série de problemas influenciando comportamentos negativos. Por exemplo, algumas mães faziam uso de drogas e se ausentavam de casa por

períodos prolongados – variando de dois dias a semanas –, deixando as jovens responsáveis pelos cuidados dos irmãos menores, muitas vezes sob a supervisão de vizinhos. Relatavam mães que mantinham relacionamentos com parceiros que não aceitavam os filhos, levando-as a rejeitar suas próprias crianças. Outros fatores identificados incluíam problemas psicológicos das mães, ausência significativa da figura paterna, abuso sexual cometido pelo pai ou parentes próximos, agressões físicas por parte das mães ou responsáveis e casos em que as mães estavam presas.

Essas jovens, em sua maioria, pertenciam a famílias com composições familiares instáveis, caracterizadas pela presença de diferentes parceiros maternos ao longo do tempo. Havia relatos de mortes de irmãos decorrentes do envolvimento com o tráfico de drogas, além de casos em que as próprias jovens se envolviam em furtos e atividades relacionadas ao tráfico em companhia de seus namorados. Mudanças frequentes de endereço também eram uma característica comum.

Também foi relatado que todas as jovens acolhidas nessa casa já estavam sendo acompanhadas pelo Conselho Tutelar antes de ingressarem na instituição, incluindo aquelas que não residiam no município. Em seus locais de origem, já havia registros de acompanhamento devido às problemáticas que também as afetavam antes da mudança para a cidade.

1.6 – Contextos de Vulnerabilidade das Jovens na Casa de Acolhimento e Trajetórias de Vida

Depois de identificar todas as pessoas que iriam me auxiliar em minha pesquisa, fui conhecer as jovens residentes. Confesso que foi bastante complexa a minha aproximação com as jovens, porque eram acometidas em graus diferentes de comportamento destrutivo. Tive muita cautela e orientação da equipe técnica que as acompanhavam, pois as jovens, a princípio, não estavam dispostas a conversar. Levei semanas para começar a trocar algumas conversas consistentes que não fossem apenas perguntas que as mesmas faziam para mim.

O que me chamou a atenção foi o fato de que cinco adolescentes estavam no segundo pavimento, enquanto as demais permaneciam no térreo da casa. As jovens do térreo só podiam subir com autorização, para as visitas familiares que ocorriam no segundo andar, na varanda, por ser um local mais calmo. Ou então se tivessem algo a pedir, ou durante o horário das ligações. Elas tinham autorização para fazer uma ligação por dia no horário estabelecido ou quando necessário. As que não recebiam visitas de familiares, poderiam substituir pela ligação. Essas visitas eram marcadas previamente e realizadas de forma individual: somente o membro da família e a respectiva adolescente acolhida estavam presentes, sem a participação das demais jovens.

As visitas eram permitidas diariamente com o objetivo de restabelecer os vínculos familiares, que na maioria dos casos estavam rompidos ou quase inexistentes, apesar dessa liberdade para visitação nem sempre os familiares das jovens que estavam disponíveis vinham para essas visitas.

É importante destacar que muitas das jovens tinha alguma associação com o tráfico, seja por meio de namoro, uso de drogas ou amizade com integrantes do tráfico na cidade. No entanto, esses contatos com facções não se misturavam com as atividades na Casa de Acolhimento.

Ainda no segundo pavimento, apresentei-me às cinco jovens e, imediatamente, fui abordada por elas, que me chamaram de "tia" com muita curiosidade. Senti um certo estranhamento diante de suas falas eufóricas, pois todas falavam ao mesmo tempo, perguntando: "O que você está fazendo aqui, tia?" Procurei ser discreta sobre minhas intenções, evitando dizer algo que pudesse comprometer minha pesquisa ou influenciar o comportamento delas diante da minha presença. Logo deduziram que meu trabalho seria similar ao dos outros funcionários, posteriormente, depois de certo tempo, quando as conversas ficaram melhores pude me identificar como pesquisadora.

Percebi que uma das jovens estava com um curativo no nariz e outra no braço. No momento, preferi não perguntar o que havia ocorrido e esperei que elas se acalmassem. Mais tarde, perguntei à jovem com o nariz machucado o que tinha acontecido. Ela respondeu que havia fraturado o nariz durante uma briga com outra acolhida que ficava no térreo. Já a jovem com o braço ferido relatou que tinha sido atacada com um garfo enquanto fazia uma refeição. Ela explicou que, em um momento de distração – dela, das educadoras e auxiliares –, outra jovem a atingiu no ombro esquerdo com o utensílio.

Vale destacar que as acolhidas não tinham acesso a utensílios cortantes, como facas ou garfos de metal, nem a objetos de vidro. Apenas os funcionários podiam manusear esses itens. Os talheres utilizados pelas jovens eram todos de plástico, justamente para evitar situações de automutilação ou agressões físicas, porém, essa jovem agressora conseguiu pegar um garfo de metal na cozinha em momento de distração da equipe técnica.

Os relatos das jovens sobre esses desentendimentos foram marcados por falas em tom alto e muita revolta. Ambas estavam insatisfeitas e demonstravam grande raiva com os acontecimentos, chegando a afirmar que planejavam fugir da casa. Segundo elas, acreditavam que as jovens do térreo, por serem mais antigas na casa, tentavam impor regras às recém-chegadas, o que consideravam inaceitável.

De acordo com as jovens do segundo pavimento, as regras impostas pelas mais antigas incluíam desde rejeições motivadas por razões banais, como gosto musical ou o bairro de origem: tentativas de iniciar relações sexuais com as novas acolhidas. Além disso, havia constantes discordâncias sobre a programação da televisão e outros pequenos atritos que, frequentemente, levavam a discussões e brigas físicas, resultando em ferimentos.

Intrigada com o desfecho da briga que resultou na fratura do nariz de uma das jovens, perguntei a ela, de forma sutil, qual havia sido o motivo. A jovem explicou que a discussão ocorreu logo após sua chegada à casa, pelo fato de ela não se envolver em relações sexuais com outras garotas. A jovem agressora, apontada como a mais "problemática" da Casa de Acolhimento, era a única acolhida com histórico de estadia no DEGASE feminino, no Rio de Janeiro.

Segundo a equipe técnica, a jovem agressora tinha um diferencial em sua trajetória: seus pais estavam presos no Rio de Janeiro, e ela demonstrava um comportamento altamente instável. Ela gritava constantemente, era agressiva em suas falas e não conseguia permanecer em um mesmo ambiente por muito tempo, demandando muita atenção por parte da equipe. Seu comportamento, marcado por oscilações intensas de humor, fazia com que fosse considerada a mais indesejável na Escola Formal, de acordo com a pedagoga.

Uma das acolhidas que residia no segundo pavimento também tinha um histórico escolar semelhante, por ter sido expulsa da escola devido a brigas com outras alunas. Segundo ela, durante uma briga, foi agredida fisicamente e utilizou um canivete para se defender.

Em conversa com a assistente social e a pedagoga, foram relatados muitos conflitos entre as jovens, a maioria envolvendo agressões físicas, que muitas vezes exigiam a intervenção do segurança para apartar as brigas e separar as mesmas. Posteriormente, elas costumavam ser ouvidas, e ambas as partes tinham a oportunidade de se explicar, recebendo consequências por seus atos, por exemplo a restrição do uso do computador, como já mencionado dentre outras punições como não socializar na sala de televisão nos horários estabelecidos.

No entanto, ao relatar tais conflitos, às funcionárias, demonstravam nitidamente desesperança de que essas brigas terminassem, pois muitas delas começavam com uma brincadeira que se estendia para agressões verbais e, posteriormente, agressões físicas. Percebi que grande parte dos relatos demonstrava toda essa instabilidade comportamental de algumas das jovens, que muitas vezes se exaltavam, gritavam, não respeitavam as opiniões das outras e o momento de fala de cada uma, tudo era motivo para iniciar algum tipo de conflito.

A pedagoga e a assistente social explicaram que as medidas de separação entre os pavimentos das jovens foram adotadas de forma emergencial, com o intuito de acalmar os

ânimos e garantir a integridade física das acolhidas envolvidas em tais brigas, dada a gravidade das situações. No entanto, a equipe técnica ressaltava que essas ações possuíam caráter temporário e não eram consideradas soluções permanentes. Entretanto, durante todo período da pesquisa de campo, essa divisão permaneceu da mesma forma.

Durante esse período, observei diariamente as saídas, evasões e entradas das jovens acolhidas, algumas por liberação da própria instituição por conciliação com algum familiar, outras por evasão.

Conforme os dias fosse passando e as jovens se acostumavam com minha presença diária, deixavam de fazer perguntas e começavam a relatar suas vidas e rotina. De acordo com elas, suas trajetórias eram marcadas por históricos familiares complicados e deprimentes. A maioria das jovens mencionou que o familiar responsável por elas, geralmente a mãe, não demonstrava afeto suficiente. Algumas expressavam que, mesmo cometendo "erros", seus responsáveis não deveriam desistir delas e permitir que fossem encaminhadas para o acolhimento. Além disso, relatavam dificuldades financeiras recorrentes.

Em relação à convivência na Casa de Acolhimento, algumas afirmavam que, se não fosse pelas regras rigorosas e pela convivência com certas "meninas", o ambiente seria mais agradável. Destacavam o fato de estarem sob um regime restritivo, no qual não podiam sair da casa livremente. Todas as jovens só podiam sair acompanhadas pela equipe responsável, e essas saídas aconteciam em situações específicas e sob monitoramento constante. Esse contexto gerava um descontentamento crônico entre as acolhidas, algo que contrastava com a expectativa de que a Casa de Acolhimento funcionasse como um "lar" temporário.

Percebi que não era apenas o espaço físico que separava os grupos. Durante a pesquisa de campo, observei que, mesmo estando no mesmo andar e, às vezes, até no mesmo quarto, algumas jovens não se relacionavam bem entre si. Até mesmo em conversas, ocorriam conflitos entre elas, porém de menor intensidade.

Todos os funcionários da casa tinham contato com as jovens, mas as educadoras, auxiliares de educadora e o pessoal da cozinha eram mais próximos delas. Isso se dava ao contato mais direto e quase diário, talvez pela liberdade que esses funcionários davam para as jovens ao conversar, escuta-las e até mesmo brincar na medida do possível. Percebi que a orientação sexual de algumas jovens também influenciava nesses distanciamentos, pois algumas se identificavam como bissexuais ou homossexuais e outras heterossexuais.

É evidente a tensão constante na Casa de Acolhimento, devido a vigilância exercida pelas educadoras e auxiliares, principalmente pelas evasões e aos conflitos entre as jovens. Mesmo com a divisão interna, havia momentos em que as jovens dividiam o mesmo espaço,

embora isso ocorresse por períodos limitados, como na hora das refeições, sempre sob supervisão rigorosa.

Observei uma inquietação constante entre as jovens e falta de interesse em realizar tarefas. A única obrigação diária consistia em arrumar a cama ao acordar e dedicar-se às atividades escolares. Percebi que elas demonstravam interesse em assistir filmes e dançar ao som de clipes musicais exibidos na televisão.

Mesmo com a escola, as jovens passavam por um período de ociosidade dentro da Casa de Acolhimento, especialmente durante as férias escolares.

Além da Escola Formal, algumas faziam cursos técnicos disponibilizado pela Prefeitura: de corte de cabelo, manicure e entre outros. Outras jovens participavam de programas governamentais, como o jovem aprendiz[5]. As jovens eram levadas para essas atividades com acompanhamento de funcionários e transporte fornecido pela Casa de Acolhimento (uma – Kombi – com identificação da Prefeitura Municipal). Segundo as assistentes sociais e pedagoga: "Essas atividades externas proporcionavam uma rotina mais dinâmica e oportunidades de desenvolvimento para as jovens".

Quando perguntei sobre suas opiniões em relação aos cursos, as jovens expressaram que gostavam da oportunidade, embora desejassem cursos que correspondessem mais aos seus interesses pessoais e que não faziam parte dos cursos ofertados. No entanto, quando pedi para identificar um curso específico que gostariam que tivesse, muitas não conseguiram fornecer uma resposta clara, o que sugeriu um interesse em adquirir conhecimento, mas uma falta de direção ou orientação quanto aos seus anseios profissionais.

Entre elas tinha uma jovem, diferentemente das demais, não tinha planos específicos para o futuro profissional. Ela era muito instável, não queria voltar a estudar e se julgava uma pessoa doente. No entanto, durante o tempo em que estive próxima dessa jovem, apenas expressou o desejo de livrar-se das vozes em sua mente que a levava a fazer coisas, que a perturbavam constantemente. Ela relatava ter fé e acreditava que um dia se livraria disso.

Durante a conversa com outras jovens da casa, continuei o tema relacionado ao trabalho, e as expectativas para o futuro após deixarem a Casa de Acolhimento. As jovens mencionavam uma variedade de opções, como as profissões de enfermagem, estudar para se tornarem advogadas, também trabalhar como educadoras em Casa de Acolhimento e entre outros.

---

[5] O Jovem Aprendiz é um programa do Governo Federal que visa inserir jovens no mercado de trabalho. O programa oferece formação técnica-profissional e vinculo empregatício. O objetivo é ampliar a inserção de adolescentes e jovens de 14 a 24 anos nas micro e pequenas empresas, na qualidade de aprendizes. (https://www.mds.gov.br).

Ao longo da pesquisa de campo, observei tentativas de suicídio, automutilação, brigas constantes entre as jovens e evasões da casa, tanto pela escola, quanto pulando o muro em oportunidade de distração da equipe técnica. O monitoramento em tempo integral mostrou-se essencial para evitar que elas se machucassem ou fugissem, mas, mesmo assim, algumas encontravam maneiras de ferir a si mesmas e a outras.

Com tudo, era importante que houvesse a conscientização e um cuidado mais abrangente com a saúde das jovens, principalmente promovendo, a educação e os recursos necessários para prevenir doenças e promover o bem-estar físico e mental.

Muitos desses problemas ocorriam após a volta de uma evasão da Casa de Acolhimento. O fato de planejarem essas fugas com certa animação sugeria que, para elas, esses momentos representavam uma forma de escape, uma maneira de buscar prazer em meio às adversidades de suas vidas ou, em alguns casos, simplesmente diversão, sem considerar as possíveis consequências[6].

Era realmente complexo compreender as motivações que levavam as ações das jovens assistidas institucionalmente pela Casa de Acolhimento. Parecia que havia uma dicotomia entre suas experiências de vida e seu entendimento das consequências de suas escolhas. Enquanto algumas demonstravam inteligência e astúcia em certas situações, em outros momentos pareciam agir de forma impulsiva e sem considerar os riscos envolvidos.

1.7 – Controle Social e Estruturas de Dominação: Um debate Teórico

A princípio, foram apresentados os métodos de pesquisa e como a vivência do pesquisador pode indiretamente influenciar em suas interpretações sobre a rotina estabelecida em uma instituição, algo que às vezes não era plenamente compreendido pelas pessoas internadas, devido às dificuldades que enfrentavam anteriormente ao acolhimento. É crucial ressaltar que, ao realizar uma pesquisa de campo, o pesquisador deve evitar fazer avaliações subjetivas.

Para melhor compreender o "mundo social" de jovens mulheres que residiam em uma casa de acolhimento, podemos destacar que Erving Goffman, (2015, p.8) refere-se a uma experiência singular ao mundo vivido anteriormente ao acolhimento institucional, pois a partir do acolhimento, sua convivência social é restringida. "(...) uma boa forma de conhecer qualquer

[6] Segundo relatos das educadoras que as acompanhavam em tempo integral, durante o momento em que usavam o computador, as jovens combinavam as fugas com mensagens enviadas sob forma de códigos. Algo que foi descoberto após a última fuga, ocasionando a suspensão do uso temporariamente do computador como forma de punição ao ato.

desses mundos é submeter-se à companhia de seus participantes, de acordo com as pequenas conjunturas a que estão sujeitos" (Goffman, 2015, p. 8).

De acordo com Goffman, é conceituado como "instituições totais" diversas situações institucionais, podendo ser considerado com essa definição que se aplica a diversas instituições. Instituições totalitárias podem ser encontradas em ambientes diversos, como "escolas internas, campos de refugiados, comunidades religiosas fechadas" e até mesmo em casas de acolhimento institucional. Em cada um desses contextos, um grande número de indivíduos compartilha uma situação semelhante, muitas vezes separados da sociedade mais ampla por longos períodos de tempo, resultando em "(...) uma vida fechada e formalmente administrada". Em suma, seu trabalho "(...) trata de instituições totais de modo geral (...)" (Goffman, 2015, p. 11).

Essas instituições totais podem influenciar profundamente a vida dos indivíduos que nelas residem, e em parte na vida de quem trabalha na equipe técnica, pelo fato de sua posição dentro da instituição, posição essa de dirigente e não de dirigido.

Para os que residem, segundo Goffman, podemos dizer que elas moldam suas interações sociais, suas percepções de si mesmos e do mundo ao seu redor e até mesmo suas oportunidades de crescimento pessoal e desenvolvimento, ou seja, interfere na "(...) estrutura do eu" (Goffman,2015, p. 11).

A rotina rígida, as normas rigorosas e a supervisão constante de alguns membros que compõe a equipe técnica caracterizam a vida nessas instituições, o que pode levar à perda de autonomia e à sensação de alienação, mesmo que as vezes seja de forma imperceptível pelas pessoas que residem, mesmo que temporariamente.

Além disso, Goffman destaca a natureza formalmente administrada dessas instituições. "Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de fechamento" (2015, p. 16).

Essa restrição ao mundo social externo é conceituada pelo autor de instituições totais. "Seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico" (Goffman, 2015, p. 16). Isso implica que as regras e procedimentos são estabelecidos e mantidos por uma autoridade central, muitas vezes distante das necessidades e experiências individuais dos residentes. Essa falta de flexibilidade pode levar à falta de adaptação às necessidades individuais.

Goffman destaca a complexidade das instituições totais em suas diferenças de rotina interna e suas semelhanças, que podem variar de acordo com a proposta da instituição.

Elas são caracterizadas por uma série de elementos que não são exclusivos delas, mas os apresentam de forma intensificada e interligadas dentro de seus ambientes. Ou seja, o autor identifica certos traços que podem ser considerados comuns a muitas delas. "(...) o que distingue as instituições totais é o fato de cada uma delas apresentar, em grau intenso, muitos itens dessa família de atributos" (Goffman, 2015, p. 17).

Para o autor algumas das características descritas não são únicas das instituições totais e nem todas as instituições totais compartilham todos esses elementos. No entanto, o que as distingue é a intensidade com que esses elementos estão presentes em cada uma delas. "Ao mesmo tempo, isso permite usar o método de tipos ideais, através do estabelecimento de aspectos comuns, (...)" (Goffman, 2015, p. 17). Esses elementos formam uma "família de atributos", que segundo Goffman, tais atributos buscam estabelecer padrões ou modelos conceituais que ajudam a compreender as estruturas internas, ou seja, o entendimento e funcionamento formal da administração das instituições totais.

Goffman observa que, na sociedade moderna, as atividades são realizadas em diferentes lugares, com diferentes pessoas envolvidas, sob diferentes autoridades, desde a infância a fase adulta e sem um plano racional geral que possa unir toda sociedade.

Isso reflete que a sociabilidade se dá separadamente, com grupos de pessoas distintas e em muitos casos voluntários, tanto na vida particular, quanto no trabalho, tendo em vista que tendemos a escolher ambas esferas.

Para aqueles que residem em uma instituição, mesmo que por determinado tempo, observa-se uma "ruptura" desse ciclo social mais amplo, que é construído ao longo da vida humana. Segundo Goffman, ocorre uma redução na diversidade de autoridades e autonomia em suas escolhas, com as quais nos deparamos ao longo da vida. Ou seja, o indivíduo que é institucionalizado perde sua autonomia em relação a sua vida para seguir regras da instituição que está inserido.

> Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 2015, p. 17/18).

Segundo Goffman, parte dessas regras estabelecidas em uma instituição não está isenta de influência sobre o meio social externo. Por exemplo, em um local de trabalho ou em uma escola, também existem regras e horários pré-estabelecidos. Até mesmo na vida em sociedade,

há regras que são estabelecidas pelos órgãos públicos, como o Governo, Estados e Municípios. No entanto, a diferença fundamental está no fato de que o indivíduo tende a seguir tais regras voluntariamente e não compulsoriamente. Além disso, sua sociabilidade e a diversidade de ambientes que transita ficam a cargo desse indivíduo e não sob regras institucionais.

Em contra partida, a vida em uma instituição tende a ter um controle sob a vida dos internados. “Nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, que podemos denominar o grupo dos internados, e uma pequena equipe de supervisão” (2015, p. 18). Para ser mais específico, podemos dizer que, “(...) os internados vivem na instituição e têm contato restrito com o mundo existente fora de suas paredes, (...)” (Goffman, 2015, p. 18).

O autor sugere que esse mecanismo imposto tem a intensão de controlar essa “comunicação entre os internados e os níveis mais elevados da equipe dirigente” (Goffman, 2015, p. 19). Isso indica uma hierarquia de poder dentro da instituição, onde o acesso à informação e à comunicação é estritamente regulada.

Essa dinâmica de controle da comunicação pode ter várias implicações. Por um lado, ela pode ser vista como uma forma de manter a ordem e a segurança dentro da instituição, garantindo que informações sensíveis sejam filtradas, para não causar conflitos entre os internados. Por outro lado, pode também ser interpretada como um mecanismo de controle e dominação por parte da administração sobre os internados, limitando sua capacidade de expressar suas necessidades, preocupações ou críticas, tendo em vista que suas reinvindicações supostamente não são merecedoras de muita atenção, e que as regras estão expostas e basta seu cumprimento.

Podemos pressupor que, segundo Goffman, dentro dos muros de uma instituição, o mundo segue um ritmo próprio regido por regras absolutas e impostas, o mundo externo, ao contrário, oferece opções de escolha e de expressão de opiniões sobre o cotidiano.

> Assim como há restrição para conversa entre fronteiras, há também restrições à transmissão de informações, sobretudo informação quanto aos planos dos dirigentes para os internados. Geralmente, estes não têm conhecimento das decisões quanto ao seu destino (Goffman, 2015, p. 20).

O autor destaca que a ruptura em relação aos hábitos cotidianos ao entrar em uma instituição total torna-se significativa, e que essa dinâmica é ainda mais acentuada favorecendo a ociosidade, do internado. Tanto em relação ao trabalho quanto na questão cultural, essa mudança influencia na criação de novos “significados estruturais” em relação à valores e perspectivas perante os internados.

> O trabalho exigido pode ser realizado em ritmo muito lento e pode estar ligado a um sistema de pagamentos secundários, frequentemente cerimoniais (...) (2015, p. 21). Sendo assim, "(...) o sentido de eu e de posse do internado pode tornar-se alienado em sua capacidade de trabalho (Goffman, 2015, p. 21).

Independentemente do tipo de trabalho desempenhado pelos internados dentro de uma instituição, ele não carrega o mesmo peso e valor que o trabalho realizado socialmente fora dos limites das instituições totais. Isso se deve ao valor atribuído pelo próprio sistema institucional, o que muitas vezes resulta na quebra dos sentimentos de satisfação e recompensa associados ao trabalho. "Haja muito ou pouco trabalho, o indivíduo que o mundo externo estava orientado para o trabalho tende a tornar-se desmoralizado pelo sistema de trabalho da instituição total" (Goffman, 2015, p. 22).

Nas instituições totais, a vida familiar também é afetada, com dias e horários estipulados para visitação. Esse impacto pode ocasionar para o internado um distanciamento familiar e consequentemente, uma desconexão emocional com seus entes queridos.

O ambiente controlado e as restrições de contato podem gerar sentimentos de solidão, isolamento e até mesmo dificuldades de comunicação entre o internado e sua família. Essa ruptura nas relações familiares pode contribuir para um desequilíbrio emocional e dificultar o processo de reintegração social após a saída da instituição. "A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; (...) Em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu" (Goffman, 2015, p. 22).

Nesse contexto, segundo Pierre Bourdieu (2002), o poder simbólico atua como um mecanismo de poder de uns perante outros, ele não é compulsório, mas funciona por meio de mecanismos que naturalizam e legitimam essas relações de dominação.

> Contra todas as formas de erro -interaccionista- o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulados pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como dom ou o *potlatch,* podem permitir acumular poder simbólico (Bourdieu, 2002, p. 11).

No contexto da Casa de Acolhimento, esse poder era manifestado na forma de regras impostas no cotidiano das jovens mulheres e pelas normas que, embora sejam impostas, eram internalizadas pelas mesmas como parte de uma ordem legitimada, pela posição que ocupavam na estrutura social dentro da casa, concordando ou não, aceitando ou não.

> É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os -sistemas simbólicos- cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua

> própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a -domesticação dos dominados (Bourdieu, 2002, p. 11).

Sendo assim, Bourdieu (2002) afirma que o poder simbólico é ao mesmo tempo estruturante na medida que são estruturados, ou seja, são estruturantes porque moldam os comportamentos, atitudes e percepções dentro do espaço da unidade institucional, e estruturado porque representam as dinâmicas sociais mais amplas como modelos que sustentam e reproduzem a legitimidade da instituição, como proposto, um espaço de controle e proteção.

"O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, (...)" (Bourdieu, 2002, p. 14). Assim, a Casa de Acolhimento, como instituição, não apenas direcionava a vida cotidiana das jovens acolhidas, mas também exercia influência sobre suas formas de sociabilidade e percepção de si mesmas e do mundo ao seu redor.

Para ampliarmos as perspectivas sobre as relações sociais e fatores que moldam a vida em sociedade, podemos destacar a obra de Pierre Bourdieu (2007), o qual direciona suas análises não para o ator individual, mas sim para as relações entre os atores ou as posições dentro de um sistema que está inserido, denominado por Bourdieu (2007) como "campo".

> Considerando a impossibilidade de justificar as práticas a não ser pela revelação sucessiva da série dos efeitos que se encontram na sua origem, a análise faz desaparecer, em primeiro lugar, a estrutura do estilo de vida característico de um agente ou de uma classe de agentes, ou seja, a unidade que se dissimula sob a diversidade e a multiplicidade do conjunto das práticas realizadas em campos dotados de lógicas diferentes, portanto, capazes de impor formas diferentes de realização, segundo a formula: "(habitus) (capital) + campo = prática. (Bourdieu, 2007, p. 97).

A definição de "campos" por Bourdieu (2007) é fundamental para compreender a sua abordagem. Esses campos são espaços estruturados de posições cujas propriedades dependem das posições internas que esses atores ocupam, independentemente das características dos ocupantes. Essa visão destaca a importância das relações e das estruturas sociais na compreensão dos fenômenos sociais. "campos" oferecem opções para a ação, mas somete algumas opções, o que simplesmente significa que outras opções de ação são excluídas, que os atores estão submetidos a restrições" (Bourdieu, 2007). Ou seja, para Bourdieu nessa interação social ocorre a perda de autonomia inconscientemente dos atores envolvidos em determinados campos.

A ideia de que existem regras gerais dos campos, independentemente do campo específico, revela uma busca por leis invariáveis de funcionamento que ultrapassam contextos particulares. Ao estudar diferentes campos, Bourdieu (2007) identifica propriedades específicas, ao mesmo tempo em que avança no entendimento dos mecanismos universais dos campos sociais. "Assim, ao invés de 'sujeitos', as pessoas são atores em um campo pelo qual

são profundamente moldados". Com isso, é evidenciado a importância do contexto social e das relações estruturadas, sendo analisadas as ações individuais quando inseridas no contexto do campo em que ocorrem.

Ao destacar a existência de restrições sobre os atores, quer dizer que as ações individuais não são completamente livres, mas sim influenciadas pelas estruturas e regras do campo em que ocorrem. Bourdieu (2007) argumenta que as opções disponíveis para os indivíduos são moldadas pelo contexto social em que estão inseridos.

Isso implica que, ao tomar decisões ou agir, os indivíduos não o fazem livremente, mas são guiados pelas oportunidades e limitações que o contexto social impõe. A ênfase nas propriedades específicas dos campos e nas leis universais de funcionamento proporciona uma abordagem que busca uma compreensão mais abrangente e contextualizada da sociedade.

Ao analisar essa suposta trajetória no campo, devemos destacar a importância da vivência familiar, podendo refletir que os hábitos nessa convivência direcionam os filhos nos comportamentos e hábitos que desenvolverão ao longo da vida. Pierre Bourdieu (2007) identifica que a sociedade consegue reproduzir, no agente individual, estruturas políticas, econômicas, modelos de pensamentos e valores.

O autor aborda as estruturas em que somos inseridos e destaca que essas estruturas são superiores à nossa vontade e desejos. Muitas vezes, agimos inconscientemente com comportamentos repetitivos, às vezes contra nossa vontade.

Prosseguindo com as reflexões, para Bourdieu (2007), as estruturas não são tão autônomas para o indivíduo, proporcionando-lhe poucas possibilidades de escolha em igualdade. De acordo com o autor, a hierarquia social, ao explicar as desigualdades sociais, influencia o comportamento do indivíduo, beneficiando-o ou prejudicando-o, dependendo do lugar que ocupa, sua cultura, entre outros dispositivos.

O que o autor conceitua como 'habitus', campo e capital cultural", formam o conjunto dessas estruturas. "(...) a estrutura do espaço simbólico delineado pelo conjunto dessas práticas estruturadas, de todos esses estilos de vida distintos e distintivos que se definem sempre objetivamente – e, às vezes, subjetivamente – nas e pelas relações mútuas" (Bourdieu, 2007, p. 97). Em outras palavras, para Bourdieu, o 'habitus' envolve as interações nas questões familiares, educacionais, culturais e tudo que envolve as instituições sociais, pontuando que o "habitus são estruturas estruturadas e estruturantes" (2007, p. 97) e que as mesmas se retroalimentam, ou seja, criam mecanismos para dificultar seu rompimento;

> (...) portanto, construir a classe objetiva, como conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas

> semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades objetivadas, às vezes, garantidas juridicamente – por exemplo, a posse de bens ou poderes – ou incorporadas, tais como os habitus de classe – e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios. (Bourdieu, 2007, p. 97)

Na obra de Bourdieu (2007), é central a ideia de que as sociedades e seus sistemas são complexos, indo além das categorias econômicas na classificação social. O autor argumenta que o gosto pessoal está fortemente vinculado ao 'habitus'. Por exemplo, se um indivíduo possui preferências específicas, essas não são singularidades puramente individuais, subjetivas, mas sim uma "objetividade interiorizada". Essa interiorização está relacionada ao 'habitus' e reflete o contexto social do indivíduo, incluindo sua posição na sociedade, classe social, experiência educacional, e outros fatores culturais.

A concepção da identidade social, conforme apresentada por Bourdieu, destaca um condicionamento social que influencia as preferências individuais. O autor argumenta que esse conjunto de elementos, incluindo classe social, experiências educacionais e outros fatores culturais, está interconectado. Bourdieu sugere que nem a sociedade, por si só, nem o indivíduo isoladamente, têm a capacidade de modificar completamente essa construção. Essas estruturas são naturalizadas em um contexto mais amplo, reproduzindo-se ao longo do tempo e sendo interiorizadas pelos indivíduos desde a primeira infância, o que evidencia a dificuldade em romper com tais estruturas.

> Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido ás práticas engendradas dessa forma, o 'habitus', em quanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, entendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente – ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes – são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos – ou mutualmente convertidos – e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida. (Bourdieu, 2007, p.163).

Bourdieu (2007) argumenta que a sociedade é estruturada hierarquicamente pelos sistemas de disposições duráveis e transferíveis, sob estruturas estruturadas que atuam como estruturas estruturantes geradas pelos condicionamentos em posições de existência. Em outras palavras, o lugar de nascimento de um indivíduo tende a influenciar sua vida de maneira semelhante à de seus pais e avós, formando o que Bourdieu chama de "sistema de posições duráveis e transferíveis". É crucial compreender o caráter sistemático do habitus e a matéria-prima que o envolve, ou seja, os dispositivos.

Esses dispositivos têm significado de existência, estão expostos a algo e têm importância nas relações sociais. Bourdieu destaca que nada é neutro para o corpo; objetos, pessoas do convívio social ou não têm significados específicos perante as relações sociais. Sob a

perspectiva da sociologia, essa dinâmica ocorre de maneira sofisticada e muitas vezes imperceptível.

Esse envolvimento ativo do corpo com o mundo possui suas limitações, ou seja, ao mesmo tempo, essa avaliação surge de uma sociologia prévia do próprio mundo. Em outras palavras, nosso corpo é moldado por disposições, e essa relação não é neutra; ela interfere nas escolhas diárias, nos objetos utilizados, nos campos sociais frequentados e nos espaços sociais ocupados. Essa dinâmica ocorre de forma natural, atraindo de maneira positiva pelo caráter de conforto corporal e psíquico.

Isso significa que passar o tempo em determinados lugares e conviver com certas pessoas se torna confortável, facilitando a prática. Por outro lado, a mesma dinâmica pode levar a ocorrências opostas. Existem indivíduos, segundo Bourdieu (2007), que não se encaixam em determinados lugares, objetos, campos sociais e espaços sociais. Essas pessoas percebem que esses ambientes não são para elas, não fazem parte de seu mundo, o que Bourdieu também denomina como fazer parte do habitus.

Para que essas dinâmicas ocorram, o "campo" é o lugar onde o habitus se expressa, sendo que cada "campo" possui um conjunto de regras estabelecidas. Para o indivíduo (agente), essa dinâmica não é percebida; pelo contrário, é naturalizada. Nesse "campo", o cotidiano é expressado pelos agentes. Segundo Bourdieu (2007), isso inclui influências musicais, preferências alimentares, estilo de roupa, entre outros. Em resumo, o "campo" é o espaço de atuação do indivíduo na sociedade em que ele está inserido.

> As disposições constitutivas do "habitus" culto formam-se, funcionam e são válidas apenas em um campo e na relação com um campo, que segundo a expressão de Bachelard [7]a propósito do campo físico, é, por sua vez, um 'campo de forças possíveis', uma 'situação dinâmica' em que algumas forças se manifestam apenas na relação com determinadas disposições: é assim que as mesmas práticas podem receber sentidos e valores opostos em campos diferentes, em estados diferentes ou em setores opostos do mesmo campo. (Bourdieu, 2007, p. 90).

Ao introduzir o conceito de "habitus", o autor deixa claro que é nele que tudo é posto. O habitus é construído para alimentar essa estrutura e ser colocado em prática pelos indivíduos em sua vida social, moldando-se de acordo com sua posição social, sua educação e socialização. Entende-se, então, que a cultura, o gosto por certas coisas e os costumes estão intimamente ligados às normas e valores do espaço que o indivíduo ocupa, ou seja, à sua classe social.

> De fato, a posição de diferentes frações hierarquizadas segundo o interesse que elas atribuem aos diferentes tipos de leitura tende a aproximar-se da posição ocupada por elas na hierarquia estabelecida segundo o volume do capital cultural possuído à medida que se avança em direção a leituras mais raras (...), mais relacionadas com o

[7] Gaston Bachelard (1884-1962) – Foi um filósofo, químico e poeta francês. Seu pensamento está focado principalmente em questões referentes à filosofia da Ciência. Citado por Pierre Boudieu (2007, p. 544).

> nível de instrução, além de estarem situadas em posição mais elevada na hierarquia dos graus da legitimidade cultural. (Bourdieu, 2007, p. 111)

Isso nos deixa claro que, para Bourdieu (2007), o capital econômico e o capital cultural, que seria o status do indivíduo, vão direcioná-lo para classes sociais mais sofisticadas ou populares. Essas classes se legitimam através dos valores atribuídos a coisas, do acesso a lugares, roupas, etc., adquiridos por meio de dinheiro, redes de contatos e questões familiares, como o sobrenome e o status representado naquela classe dominante. Os membros dessas classes se julgam merecedores dessas posições devido ao capital cultural trazido de famílias nobres e às escolas escolhidas por suas famílias, sendo esses alguns dos aparatos para legitimar tais posições de superioridade perante outras classes sociais.

> Ou dito em outras palavras, a distância social real de um grupo a determinados bens deve integrar a distância geográfica que, por sua vez, depende da distribuição do grupo no espaço, mais precisamente, de sua distribuição em relação ao 'núcleo' dos valores econômicos e culturais, ou seja, em relação a Paris ou as grandes metrópoles regionais (...) (Bourdieu, 2007, p. 114).

Para Bourdieu (2007), a cultura de uma sociedade constituiria um campo de disputas simbólicas, onde as classes sociais competem para legitimar suas distinções. Nesse campo, as competições e o reconhecimento das práticas culturais emergem para estabelecer legitimidade perante as outras classes sociais, com base no capital econômico, capital social, capital cultural e capital simbólico.

Esses mecanismos criam um ciclo de reprodução social, no qual as classes mais altas se mantêm em suas posições confortáveis através do status, enquanto as classes mais baixas lutam constantemente por espaço para melhorar sua qualidade de vida. Nesse processo, as classes mais baixas frequentemente se sentem estigmatizadas pelas classes mais altas, sendo consideradas como indivíduos inferiores devido à desvalorização de sua cultura e modo de vida mais simples. O uso indevido da cultura como um meio distintivo que delimita as classes sociais é a base dos conflitos sociais.

Bourdieu (2007) argumenta que a formação do habitus, essencial na estruturação social, é influenciada por diversos capitais que também contribuem para as disparidades sociais. Estes capitais são: Capital Econômico: Representa dinheiro, posses e propriedades. Capital Social: inclui relações sociais e redes de contatos. Capital Cultural: envolve a educação, tanto aquela transmitida pela família quanto a adquirida na escola, e envolve bagagem cultural, acesso a questões artísticas, leitura, viagens e outras experiências culturais. Capital Simbólico: relaciona-se às posições ocupadas pelos indivíduos, especialmente no contexto de suas profissões ou trabalhos. Esses capitais contribuem para as diferenças e desigualdades sociais, tornando-se elementos-chave na compreensão das estruturas sociais e suas reproduções.

Na perspectiva de Bourdieu, a posição do indivíduo na estrutura social, influenciada pelos diversos capitais que ele possui (econômico, social, cultural e simbólico), é crucial na formação do habitus. Esse habitus, por sua vez, molda as preferências, comportamentos e gostos do indivíduo, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais. O campo de disputas simbólicas, onde as classes sociais competem pela legitimação de suas práticas culturais, desempenha um papel essencial na compreensão das relações de poder e na estruturação da cultura nas sociedades.

> É evidente que nem todos os fatores constitutivos da classe construída dependem, no mesmo grau, uns dos outros e que a estrutura do sistema que eles constituem é determinada por aqueles que tem o peso funcional mais importante: é assim que o volume e a estrutura do capital conferem sua forma e seu valor específicos às determinações que os outros fatores (...) (Bourdieu, 2007, p. 101, 102).

Consequentemente, é notável que, para Bourdieu (2007), a teoria dos "capitais sociais" e os conceitos de "habitus", "campo" e, por fim, o "capital cultural" destacam-se. O autor ressalta a importância do habitus na vida do indivíduo na sociedade, e esse habitus não é flexível a ponto de permitir que o indivíduo o contradiga. Para Bourdieu, o habitus realiza a socialização do indivíduo, orientando suas escolhas e práticas, resultando em pouca ou nenhuma autonomia para esse indivíduo buscar mudanças em sua vida, o que condiciona a perpetuação de sua origem social.

Quando o autor menciona o conceito de "campo", refere-se ao local de "combate", onde todas as interações e, consequentemente, as disputas simbólicas ocorrem. Ao perceberem as condições que são irreversíveis para o indivíduo, aqueles insatisfeitos iniciam essas disputas simbólicas. Por fim, o capital cultural fortalece ou não as relações sociais, dependendo da cultura e posição ocupada pelo indivíduo.

Para Bourdieu, seria algo pré-determinado; o indivíduo não teria força para modificar seu destino devido à cultura, ao meio social em que vive, ao seu trabalho e, principalmente, devido a uma escolarização que os deixa em desvantagem em relação às classes dominantes, as quais detêm o conhecimento e, por outro lado, menosprezam o habitus e a cultura que não são os deles.

Segundo Jessé Souza (2003), o habitus apresenta como uma forma de superar a aparente oposição entre a realidade externa e as experiências individuais, permitindo compreender o diálogo constante entre o mundo objetivo e a subjetividade das pessoas. "O conceito de habitus permite sair da prisão do realismo da estrutura na medida em que se apresenta como a forma pela qual a "necessidade" interior pode ser introjetada, mais que isso, "encarnada" "incorporada" pelos agentes" (Souza, 2003, p. 47).

O habitus é entendido como um sistema de esquemas individuais, constituídos socialmente, que refletem disposições estruturadas pela sociedade e estruturantes na mente dos indivíduos. Essas disposições são adquiridas por meio de experiências práticas vividas em condições sociais específicas, orientando as ações e decisões do cotidiano.

> O habitus seria um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância que pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas. Nesse sentido, as disposições do habitus são em certa medida "pré-adaptadas" as suas demandas (Souza, 2003, p. 47).

Pensar a relação entre o indivíduo e a sociedade a partir do habitus implica reconhecer que aspectos individuais, pessoais e subjetivos são, ao mesmo tempo, sociais e coletivamente organizados. "O habitus, nesse sentido, torna a questão da "intenção" supérflua já que as práticas cotidianas são automáticas e impessoais" (Souza, 2003, p. 49).

Assim, o habitus pode ser descrito como uma subjetividade socializada, formada por esquemas de percepção, apropriação e ação que se manifestam e são aplicados de acordo com as dinâmicas de um campo social.

Muitas das jovens podiam ter passado por adversidades desde cedo, pelas dificuldades enfrentadas no convívio familiar que acarretou o afastamento das mesmas perante sua família e consequentemente as levaram ao acolhimento.

Ao mesmo tempo, os históricos das jovens acolhidas na Casa de Acolhimento eram semelhantes no que diz respeito a família, neles demonstravam certa distância em relação ao comportamento: havia jovens que não aceitavam qualquer ajuda, o que tornava o trabalho muito difícil. Algumas jovens apresentavam problemas psicológicos severos, chegando ao ponto de desejar matar alguém ou cometer suicídio.

Quando questionadas sobre a sala de aula e os conteúdos ensinados, elas relatavam dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Além disso, mencionavam que, devido às repetências, os outros alunos da sala eram muito mais jovens e menores fisicamente, visto que a maioria das acolhidas tinha histórico de uma ou mais reprovação escolar.

Essas jovens acolhidas enfrentavam estigma, conforme relatado por elas mesmas. Em vários momentos, elas se sentiam excluídas e distantes dos funcionários da escola.

> O sujeito passa a ser o diferente dentro de uma sociedade que exige a semelhança dos seus pares, não reconhece, na semelhança, as diferenças. Sem espaço, sem papéis e sem função, dentro do grupo a que pertence, não pode ser nomeado; e, sem nome, por não conseguir relativizar as diferenças, passa a ser um 'ninguém', 'um nada' nas relações com o outro (Melo, 2000, p. 20).

CAPÍTULO 2 – **ANÁLISE DOCUMENTAL: HISTÓRIAS DE VIDA E PROCESSO DE ACOLHIMENTO**

2.1 – Histórico de Acompanhamento pelo Conselho Tutelar

A análise documental realizada nesta pesquisa desempenhou um papel fundamental para compreender o contexto de vida das jovens antes e durante o acolhimento institucional. É importante destacar que os documentos analisados foram elaborados pelo corpo administrativo do Conselho Tutelar e da Casa de Acolhimento e interpretados por mim, extraindo as informações pertinentes à aproximação de suas vivências, refletindo a perspectiva dessas instituições sobre as trajetórias das jovens. Assim, os registros ofereceram um panorama detalhado das razões que justificaram a institucionalização, mas não necessariamente traduziram a vivência das próprias jovens, tornando essencial a complementação dessa análise com seus relatos diretos.

Os documentos disponibilizados permitiram identificar os fatores que levaram ao afastamento do convívio familiar e à necessidade de intervenção protetiva. Geralmente, essas medidas foram tomadas diante de indícios concretos de que as jovens, público-alvo desta pesquisa, enfrentavam situações de risco físico, psicológico ou social no ambiente familiar. A partir dessa documentação, foi possível reconstruir e interpretar, sob um olhar analítico, os eventos que antecederam a institucionalização, considerando os critérios e justificativas adotados pelo Conselho Tutelar e demais agentes institucionais envolvidos.

Neste capítulo, foram apresentados e analisados dezesseis históricos de acompanhamento realizados pelo Conselho Tutelar. Cada ficha documental não apenas traçou o histórico das intervenções feitas pelos órgãos de proteção como o Conselho Tutelar, mas também forneceu subsídios valiosos para uma compreensão mais ampla e aprofundada sobre como as experiências vividas no seio familiar podiam impactar diretamente a sociabilidade dessas jovens.

A partir da análise de todas as fichas que foram disponibilizadas para compor a pesquisa, foi possível identificar os padrões de vulnerabilidade e quais foram as negligências que as acometeram antes do acolhimento.

Sendo assim, essa apresentação e análise dos documentos, para tanto, não se limitou aos fatos que levaram ao acolhimento das jovens, e sim buscou, sobretudo, a interpretação das consequências tanto sociais quanto emocionais dessas vivências. A compreensão desses processos foi essencial para identificar os impactos na criança e atualmente jovem que teve a

vida construída de forma não convencional, sendo orientada por um responsável da família em sua trajetória de vida, mas sim por uma instituição.

Com tudo, foi realizada a interpretação das fichas de acompanhamento disponibilizadas pela Casa de Acolhimento e elaboradas pelo Conselho Tutelar, totalizando dezesseis casos. A análise documentou os motivos que levaram à transferência das jovens para a unidade institucional. Nessa interpretação foram usados nomes fictícios, para preservar a identidade das adolescentes e manter-se em conformidade com as exigências da instituição.

2.2 – Motivações para o Acolhimento: Uma Análise Contextual

- Lorena, com treze anos residia na cidade. Motivo do acolhimento relatado pelo Conselho Tutelar: negligência do responsável e abandono. Composição familiar cinco filhos. Mãe viva e pai falecido por tuberculose, porém nos registros dos filhos somente consta a mãe.

De acordo com os documentos a família em questão teria vários atendimentos desde 2005 pelo Conselho Tutelar, por denúncias de vulnerabilidade social, abandono e negligência. Foi relatado que a mãe por enumeras vezes, era advertida. Dentre assistências pelo Conselho Tutelar recebidas, também recebeu auxilio para construção, por se tratar de família sem moradia adequada.

A descrição dos fatos, incluindo o motivo da denúncia: recentemente a mãe teria ido para Duque de Caxias no Rio de Janeiro na companhia de seu companheiro – usuário de drogas – onde passou a residir com traficantes, levando apenas o filho mais novo de quatro anos. Retirou todos os pertences – móveis, utensílios, etc. – da casa, na qual residia de aluguel, abandonando os demais filhos – de doze, quatorze, oito e, Lorena então com treze anos. Posteriormente a mãe retornou à cidade e levou mais três dos cinco filhos, totalizando quatro filhos sob sua responsabilidade, deixando apenas um dos cinco filhos.

Em Duque de Caxias os quatro filhos levados pela mãe segundo a documentação sofreram agressões físicas por parte de seu companheiro. A adolescente acolhida, Lorena, afirmou que o companheiro de sua mãe não a aceitava e nem os irmãos. Por isso a mãe deixou seus filhos aos cuidados de uma – vizinha – após as agressões e, na sequência, se mudou para outra comunidade, sem seus quatro filhos que havia levado para o Rio de janeiro.

Os filhos abandonados, totalizando quatro, ficavam na casa sozinhos com apenas auxílio desta vizinha. Um deles, portador de diabetes, estava sem medicamentos, e passou mal e pediu ajuda a vizinhos. Posteriormente, a partir de denúncias seus filhos foram encaminhados de volta para a cidade do Norte Fluminense. Eles foram divididos entre avó paterna, a um vizinho próximo. A única acolhida é a Lorena, por não ter com quem ficasse com a mesma. A

adolescente estava matriculada em Escola Formal. Cursava o oitavo ano do fundamental no turno da manhã, relatava gostar de estudar.

- Fernanda, com quatorze anos residia na cidade. O motivo do acolhimento foi por ameaça de morte, envenenamento intencional por ingestão de substâncias pela própria jovem. A composição familiar, quatro irmãos, porém um é falecido – assassinado. Mãe viva residente na cidade. Pai vivo também residente na cidade. Fernanda não vive com a mãe, morava com a avó. Fernanda mantinha um relacionamento afetivo com uma pessoa do sexo feminino.

Fernanda, foi encaminhada pelo Conselho Tutelar em função de ameaça de morte, pelo envolvimento afetivo com um rapaz – envolvido com o tráfico. A adolescente e sua família vinham sendo acompanhadas pelo Conselho Tutelar por denúncias de negligência e situação de risco pela conduta da adolescente. A mesma tinha mais duas irmãs que já foram acompanhadas pelo mesmo motivo e seu irmão mais velho foi assassinado por envolvimento com o tráfico de drogas. A mãe foi considerada negligente por não realizar os encaminhamentos ofertados. O Conselho Tutelar ofertou à mãe da jovem encaminhamentos para auxílios financeiros destinados a suprir necessidades básicas, como moradia e alimentação. No entanto, esses auxílios estavam condicionados a compromissos específicos, como permitir visitas regulares dos conselheiros tutelares à residência para monitorar a situação da família e garantir que seus filhos estivessem em um ambiente seguro. Além disso, a mãe precisava manter a responsabilidade sobre seus filhos, assegurando a permanência na escola e seu acompanhamento em serviços de assistência social, sempre em articulação com os órgãos responsáveis. E estava em lugar incerto no momento da pesquisa, e não sabido morava em Cabo Frio, Travessão, Espirito Santo. Suspeitava-se do uso de drogas (cocaína). Há relatos das assistentes sociais da Casa de Acolhimento, que a mãe foi incentivadora para a filha “casar” para não ter mais responsabilidade com a adolescente, porém não se concretizou.

Atualmente o pai relatou morar em uma residência de quatro comados. Diz que não teria como acolher a filha, e a adolescente não obedecia ao mesmo. O pai relatou que não teria controle sobre Fernanda. Com isso, a adolescente foi viver com a avó materna que, em função da idade avançada (setenta e sete anos) não conseguia impor limites. Desde então, a adolescente passou a residir alternadamente na casa de sua companheira, com quem mantinha um relacionamento afetivo, e na casa da avó.

Posteriormente, após o término deste relacionamento, Fernanda passou a residir com outro namorado de vinte e um anos, usuário de drogas e com envolvimento com o tráfico de drogas – com o consentimento e apoio de sua mãe. A jovem e o rapaz tiveram muitos problemas em função da droga, ocasionando a separação. Posteriormente a adolescente acabou se

envolvendo com um outro rapaz, também do tráfico, que era casado. A esposa deste terceiro relacionamento ao descobrir o envolvimento da jovem com seu esposo, começou a ameaçar a adolescente de morte. A avó, em relato, desconfiava de envolvimento da adolescente com prostituição. A adolescente estava evadida da Escola Municipal, há mais de um ano. A adolescente negava a suspeita da avó em relação a prostituição e admitia o uso leve de maconha, a cerca de um ano, relatando que ocorreria em função das companhias. Também mencionou ter sido vítima de violência doméstica em seu último relacionamento e acrescentou que não queria voltar para a escola, porque se sentia constrangida por causa da distorção idade-série. Considerando o perfil da adolescente, segundo documentação do Conselho Tutelar, optaram por encaminha- lá para Casa de Acolhimento. Era a segunda vez que Fernanda era acolhida, pois evadiu durante o período que estava na instituição.

- Laura, quatorze anos residia em um município vizinho. Motivo do acolhimento: maus tratos e abuso sexual. Composição familiar, um irmão, mãe viva, pai vivo, madrasta viva, avô vivo e uma tia. Laura não tinha contato com a mãe desde que era bebê.

A adolescente Laura foi acolhida nesta unidade de Acolhimento Institucional em virtude de maus tratos e suposto abuso sexual praticado pelo pai.

Em Audiência na Vara da Infância e da Juventude, ficou decidido a visitação da adolescente com pernoite a senhora Vilma, pessoa responsável pela mãe da adolescente, tia por parte da mãe. A mãe de Laura necessitava de cuidados especiais. Após a evasão da adolescente do Acolhimento, a senhora Vilma recusou a continuidade das visitas, justificando não possuir condições para mais responsabilidade, pois a mãe da adolescente possuía problemas psiquiátricos e já estava sob seus cuidados. Durante o período de visitação, pouco havia interação entre a adolescente e sua mãe. Posteriormente a senhora Vilma aceitou receber a adolescente para visita sem pernoite, mas a adolescente não demonstrou interesse.

No momento da pesquisa, Laura estava matriculada e frequentando a turma de AAP[8] na escola municipal, onde cursava o 4°/5° ano do fundamental. Também realizava o curso de gastronomia no Projeto Qualifica Jovens. A jovem não possuía visitas de familiares regulares, na Casa de Acolhimento devido a medida protetiva de Acolhimento Institucional. Somente durante um período foram estabelecidas visitas à mãe. Como sua tia não autorizava que a jovem

[8] AAP é a sigla para Avaliação de Aprendizagem em Processo, uma prova realizada bimestralmente para alunos do ensino fundamental e médio. A APP é uma avaliação diagnóstica que serve para diagnosticar o aluno e para que ele seja contabilizado na presença do ano letivo. Link de acesso: https://avaliacaoemonitoramentoriodejaneiro.caeddigital.

pernoitasse em sua casa, ela não demonstrou interesse em continuar com as visitas, preferindo permanecer na Casa de Acolhimento.

Em relato anexado na ficha documental de Laura, o pai demonstrava mágoa e revolta a respeito de ter sido acusado de abusar da adolescente. Familiares e conhecidos da localidade relatavam desconhecer tal ocorrido.

A adolescente relatou que o ocorrido com o pai não aconteceu de fato. Teria sido influenciada por uma antiga patroa de sua madrasta a falar que houve o abuso. A mesma a acompanhou na delegacia para fazer o registro de ocorrência. Ao tentar contato com essa pessoa os funcionários da Casa de Acolhimento foram informados que ela não residia mais na cidade e ninguém sabia onde se encontra atualmente. A adolescente informou que teria muita vontade de retornar ao convívio familiar, pois sentia muita falta do irmão e a situação de acolhimento lhe causava muita angustia, principalmente pelo fato que estava acolhida havia um longo tempo.

Em visita domiciliar a equipe constatou que o avô agora residia com o pai e a madrasta da adolescente, fato que proporcionou mais segurança para Laura em estar ao lado de outro membro da família na residência. Foi observado que a madrasta possuía muito afeto e dedicação à criação da adolescente. Mas o vínculo maior era com o irmão, o qual visitava Laura esporadicamente na Casa de Acolhimento junto ao namorado desta. Foi observado pela equipe do Concelho Tutelar ao realizar visita na residência do pai que havia um quarto sendo construído para o uso exclusivamente da adolescente.

A família apresentava dificuldades para realizar visitas ao acolhimento, visto que não possuíam recursos financeiros para o transporte.

- Kátia, com treze anos, residia no município. Motivo do acolhimento, em razão de sua conduta, não frequentava a escola e sumia por longos períodos, composição familiar um irmão, mãe viva e pai vivo, porém o irmão não residia com os pais.

A adolescente foi encaminhada pelo Conselho Tutelar I ao CRCA[9], para acolhimento mediante em razão de sua conduta. Segundo tais documentos, a adolescente começou a ser atendida por ser “rebelde”. Certo dia, Kátia foi para a escola, porém não entrou para as aulas. A família buscou a ajuda da delegacia, que orientou que acionassem o Conselho Tutelar. A adolescente estaria em risco social, pois estaria andando com pessoas do tráfico. Resistia em voltar para casa, porque se sentia presa e, por este motivo fugia de casa. A mãe de Kátia, disse que seu filho já foi acolhido em uma instituição por motivo de envolvimento com o tráfico. Hoje aos seus vinte e um anos, ele se diz arrependido das coisas erradas que fazia. Sua mãe

[9] Centro de Referência da Criança e do Adolescente - CRCA. Vale ressaltar que essa instituição administrativa era usada no contexto do período da pesquisa, 2018/2019.

relatou que seu esposo estava desempregado, não faltava comida, porém não sobrava um dinheiro extra para o laser. A única saída de casa é para a igreja, mas Kátia não a acompanhava mais.

A mãe também relatou que "perderam" a casa para o tráfico na localidade que moravam, motivo pelo qual não poderem ir buscar a filha quando ela fugiu. No momento da pesquisa a família morava com a sogra, em outra localidade.

- Michele, com quatorze anos residia no município. O motivo do acolhimento: "má" conduta, composição familiar pai e mãe vivos e avó paterna viva.

A Michele foi encaminhada para acolhimento (em caráter emergencial) pelo Conselho Tutelar, em razão de sua conduta. O caso foi acompanhado pelo Conselho Tutelar anteriormente em função de conflitos familiares, maus tratos por parte da mãe e automutilação da adolescente.

No dia do acolhimento ocorreu um novo conflito familiar em razão da conduta da adolescente e sua mãe declarou que não desejava mais a guarda da filha. Como o Conselho Tutelar fizera tentativas de "colocação" familiar[10] sem sucesso, – com a tia avó e a avó paterna. A adolescente não tinha vínculos afetivos com o pai. Michele foi para a Casa de Acolhimento porque não teria um familiar disposto a assumir a responsabilidade por ela, tendo em vista, que a mesma é menor que dezoito anos.

Michele relatava que sua mãe nunca lhe aceitou como filha, daí os conflitos constantes. A adolescente cursava o nono ano do fundamental, em uma escola estadual do município, no período da pesquisa Michele estava em acompanhamento psiquiátrico e psicológico.

- Nicole, com quinze anos. No momento da pesquisa aguardava decisão judicial para sua transferência para Belo Horizonte, onde residia. Composição familiar: mãe e avós maternos vivos e residentes em Belo Horizonte.

A Nicole, veio encaminhada do CRCA[11] do município, através de Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Conselho Tutelar. A adolescente informou que residia na cidade havia oito meses. Disse ser oriunda do município de Belo Horizonte, onde estavam suas referências. A adolescente mencionada morava com os avós maternos, em casa própria em endereço mencionado.

---

[10] Colocação familiar, no âmbito do Concelho Tutelar, é uma medida que consiste na transferência de uma criança ou adolescente para uma família substituta – A colocação em família substituta deve ser precedida de estudos e outras providências que viabilizem a adaptação das crianças e adolescentes em ambiente familiar adequado, compatível com a natureza da medida e que traga reais vantagens para os seus desenvolvimentos. https://www.tjrj.jus.br

[11] Centro de Referência da Criança e do Adolescente – CRCA. Vale ressaltar que essa instituição administrativa era usada no contexto do período da pesquisa, 2018/2019.

A adolescente acrescentou que a sua mãe a “obrigou” morar com ela, e não com os avós em tempo integral. No entanto, quase sempre dormia na casa dos avós, amigos ou do namorado em Belo Horizonte – a pedido da própria mãe que não gostava que a filha dormisse em casa quando seu companheiro ia dormi lá. Nesta época a mãe residia em casa alugada.

Ao término do relacionamento com o namorado de Belo Horizonte, a adolescente passou a sair para os pagodes e a fumar cigarros, intensificando os conflitos com a mãe. Então, a adolescente teria ido a uma festa e passados três dias fora de casa. Ao retornar foi agredida pela mãe que a mandou ir embora de sua casa.

Nicole passou alguns dias na casa de amigos. Quando não mais possível, foi morar nas ruas de Belo Horizonte: Praça da Liberdade, Centro. Questionada o porquê de não procurar os avós, disse que ficou com medo deles a devolverem para sua mãe. A adolescente ficou nessa situação por cerca de um mês, quando namorou um rapaz, que também estava em situação de rua. Nicole disse que o namorado fazia uso de substância psicoativas e não a “protegia” da forma que esperava. Ainda em situação de rua, conheceu outro homem, de trinta e dois anos que passava férias em Belo Horizonte. A adolescente veio para a cidade da pesquisa na companhia do mesmo.

O atual companheiro da adolescente – o mesmo que trouxe Nicole para a cidade – era residente do município. Informou em documentos ser malabarista e funcionário de uma cerâmica da cidade, pertencente ao seu pai.

A adolescente estava residindo na cidade há oito meses, com o companheiro, com quem mantinha afeto e carinho recíproco, após denúncias ela foi para a Casa de acolhimento. O companheiro por sua vez, disse que desejava casar com a adolescente legalmente, estando disposto a seguir os trâmites necessários. Nicole disse não querer contato com sua mãe. Possuía grande afeto pelos avós, principalmente com o avô, tendo - o como referência de “pai”. Em relação ao pai biológico, disse que nunca teve qualquer contato.

A Casa de Acolhimento realizou contato telefônico com a mãe, o que foi possível após contato com amigos da adolescente através das redes sociais. A mãe informou que na semana anterior teria feito contato para saber notícias de sua filha. Alegou que foi informada que Nicole estaria residindo com uma pessoa na cidade. A mãe não soube informar o nome dessa pessoa que teria feito tal ligação e teria dado tal informação a respeito do paradeiro de Nicole.

A adolescente estava ciente das intervenções e que somente demonstrou preocupação quanto a retornar a residir com a mãe. Dizia que caso isso aconteça iria fugir novamente. Contudo, ficou tranquila ao saber que seria transferida para o acolhimento de Belo Horizonte e que o companheiro seria informado quanto aos procedimentos para visita-la.

Diante o exposto, a equipe técnica era favorável à transferência da adolescente para o Acolhimento Institucional, na cidade de Belo Horizonte para que seja possível um trabalho de fortalecimento dos vínculos com a mãe, avó e tios, visando uma reintegração futura se possível. Sobre a idade "trinta e dois anos" do namorado a equipe técnica não se pronunciou a respeito, no entanto tal namorado fazia visitas a Nicole na unidade de acolhimento durante a pesquisa.

- Maria, com quinze anos residia no município. O motivo do acolhimento: "má" conduta, não respeitava sua mãe e vivia na rua. A mãe relatou que o pai da Maria é falecido, porém não a registrou.

A adolescente se encontrava-se no sexto mês de gestação, sendo acompanhada pelo obstetra e comparecendo ao pré-natal regularmente com diagnóstico de boa saúde gestacional. A família da adolescente realizava visitas regularmente, onde a mãe, em atendimento com a equipe técnica da casa – assistentes sociais – relatou que desejava que sua filha tivesse o bebê em sua casa e junto à família.

Em abordagem técnica, a adolescente demonstrou o desejo de estar de volta à família e colocou que no acolhimento foi o momento que ela teve para pensar melhor sobre seu comportamento e sobre tudo que havia feito. Relatou também que no início, não queria a gravidez, mas que agora pode ver que esse momento estava sendo bom para sua reflexão. Além de ter certeza de que seus familiares a querem de volta, juntamente com o bebê.

Em visita domiciliar realizada pelos conselheiros tutelares que acompanhavam o caso, foi observado que à família residia em casa própria com sete cômodos que estão ainda sem terminar, mas em condições de moradia, onde já tem um quarto (em reforma) reservado para a adolescente e seu bebê. A família era beneficiada pelo Bolsa Família e pelo Benefício de Transferência de Renda o Renda Mínima. A mãe de Maria demonstrou grande desejo de receber a filha de volta em casa e que também queria auxiliar a filha e o bebê.

Maria estava matriculada em rede de Educação de Jovens e Adultos (EJA), cursando o sexto ano, pela manhã, e nos fins de semanas e feriados recebia visitas da mãe com pernoite a sua casa em finais de semanas quando possível para ambas e com o consentimento da instituição.

- Luana, com dezesseis anos residia no município. O motivo do acolhimento: situação de ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente. A adolescente teria sido espancada pela mãe e estaria com marcas pelo corpo. Composição familiar: mãe da adolescente e o padrasto, o pai é vivo, porém residia em São Gonçalo, Rio de Janeiro.

Segundo a mãe de Luana, afirmou ter sido obrigada a bater na filha para que a adolescente retornasse para casa, pois ela havia saído da escola e se dirigido para a casa de seu

namorado. A mãe ainda afirmou que segurou sua filha pelos cabelos e pelos braços e a empurrou para dentro do carro aplicando uns tapas na filha. A mesma apresentava marcas pelo corpo (pernas e ombro esquerdo) a mãe ainda destacou que a adolescente a agrediu dentro do carro, queria fugir. Quando chegaram em casa, demonstrou um descontrole emocional extremo, o que gerou continuidade as agressões. A mãe também acrescentou que notou um sumiço de uma cartela de Rivotril de 2 mg referente a uma caixa com 30 comprimidos da qual fazia uso.

O Conselho Tutelar tomou conhecimento, através de denúncia da possível ocorrência dos fatos que configurou situação de ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A fim de averiguar a denúncia o representante do Conselho Tutelar foi recebido pela Luana – ficou assustada com a presença dos conselheiros. Naquele momento a mesma estava deitada com sua mãe vendo televisão. Pediram que chamasse sua mãe, a qual também veio até ao portão.

A mãe de Luana relatou "que estaria muito chateada com aquela situação, que no momento estaria assistindo televisão com sua filha em seu quarto, que desconfiava de quem teria feito a denúncia, que seria uma vizinha, pois no dia anterior essa pessoa teria dito para a adolescente fugir de casa, pois não teria autorização à mesma para namorar: que os pais do garoto teriam ido a sua casa e ambos achavam melhor esperar mais um pouco, pois achavam os filhos muito jovens para namorar".

A mãe relatou ao conselheiro que sempre cuidou de sua filha sozinha, não deixando que nada faltasse a adolescente; acreditava que ocorria um ciúme muito grande entre sua filha e seu atual companheiro, para com sua pessoa; Que atualmente não estava trabalhando: que o companheiro arca com todas as despesas da casa e com a da adolescente, não deixando que nada faltasse. O mesmo era policial reformado e trabalhava em uma empresa privada. Que o pai da adolescente mandava todos os meses a quantia de R$ 250.00 reais, para uso exclusivo da Luana.

A mãe afirmou a denúncia – era improcedente; que nunca espancou sua filha; que já deu "uns tapas", o que ocorreu no dia em questão. Relatou que tirou celular, computador, não deixava sair como forma de castigo, pois teria que educar sua filha. Que sua filha estudava em uma Escola Estadual do município cursando o segundo ano do ensino médio.

A mãe também relatou que faz tratamento para depressão, pois ficou assim quando sua sogra veio a falecer, ao qual cuidou durante um ano. O conselheiro, ao conversar com a adolescente, sem a presença da mãe, perguntou sobre o problema de saúde da mãe. Luana relatou que sua mãe ficou doente por causa do seu padrasto e que o mesmo batia na sua mãe,

inclusive já levou a mãe a emergência de um hospital por conta de uma das agressões com um corte na testa que gerou vários pontos.

- Tatiana, com doze anos residia com a mãe em Cabo Frio, porém veio para a cidade com sua avó materna, porque furtou uma quantia em dinheiro do tráfico de Cabo Frio. O motivo do acolhimento: emergencial em razão de sua conduta, pelo envolvimento com o tráfico de Cabo frio. Na cidade seus familiares são avó materna viva e tia, com quem Tatiana morou até o dia do acolhimento.

Tatiana não recebia visitas familiares. A equipe técnica interviu, de forma que familiares viessem para o atendimento, contudo não obtive sucesso. Ninguém quis vir visitá-la na instituição. A equipe técnica é favorável a transferência da adolescente para acolhimento na cidade de Rio das Ostras, visando maior possibilidade de contato com os familiares. A adolescente mostrou-se inicialmente resistente em realizar um acompanhamento psicológico. Porém, com o tempo demonstrou ter interesse em fazer, os procedimentos posteriormente foram providenciados para o acompanhamento.

A avó materna foi quem procurou o Conselho Tutelar solicitando acolhimento para a adolescente, a avó relatou que a adolescente não respeitava limites e cometia pequenos furtos, onde a avó, mãe e outros parentes tinham que arcar com tal ônus. Segundo relatos da mãe, a filha cometeu furtos no período em que residia com ela e permaneceu realizando os furtos na casa da avó.

Segundo relatos da mãe, o pai atuava como traficante na comunidade local. A adolescente chegou a residir com o mesmo. Entretanto houve atritos entre pai e filha: a partir disso a adolescente fugiu de tal comunidade. Tatiana relatou que tinha conflitos familiares, nos quais reclamava a falta de amor materno. Tem dois irmãos que residiam com a mãe.

A avó expôs que a adolescente teria problemas de rebeldia além dos furtos, comprometendo seu trabalho como líder religiosa. Recusava a guarda da neta. Assim, a equipe da casa constatou dificuldade de implementação de reintegração da família, a adolescente não aceitava regras de convívio na Casa de Acolhimento o que dificultava a sociabilidade dentro da casa, possuía dificuldade em assumir erros assim como relacionados à auto aceitação. Atualmente a adolescente frequentava a Escola Municipal – no 2° turno numa turma de AAP (refere-se a 4°/5° ano do fundamental). Também estava inserida em atividades esportivas duas vezes por semana e participava de curso na associação Bem Faz Bem, que tem parceria com a Prefeitura Municipal.

- Lívia, com quatorze anos residia no município. O motivo do acolhimento foi abandono e negligência, com suspeita de abuso sexual, violência doméstica, furtos e infrequência escolar.

A adolescente vivia com um jovem de vinte e sete anos. Composição familiar: anteriormente Lívia residia com a mãe, que por motivos financeiros, teve que se mudar de município, deixando a adolescente com a companheira do avô. O pai é vivo e residia em Macaé.

Lívia encontrava-se no oitavo mês de gestação participando do pré-natal regularmente. A adolescente realizava visitas nos fins de semana à casa de sua avó materna onde tinha a possibilidade de estar com a mãe, pois a mesma morava no mesmo quintal da avó.

Em atendimento, a mãe de Lívia, apresentava interesse de assumir a guarda da filha e da neta no momento em questão, podia-se observar que com as visitas da adolescente a família tinham surtido efeitos positivos no que tange ao fortalecimento dos vínculos familiares. Além de que a adolescente expressava vontade de retornar para casa e também de ter o bebê junto a família. Cabe ressaltar que a família estava muito contente com a chegada do bebê e as mudanças que surtiram no comportamento de Lívia, revelando a intenção da mãe e da avó da adolescente de que ela tivesse o bebê em casa para receber todos os cuidados e afeto da família.

Em visita domiciliar foi constatado que residiam nesta casa, sua mãe, avó de Livia, com seu marido e seu filho mais novo. A casa contava com um espaço de uma sala, uma cozinha, um banheiro e dois quartos, sendo um do casal, também dormia o filho em uma cama menor, e o outro quarto com uma cama de solteiro seria para a adolescente acolhida, onde também ficaria o bebê. Na oportunidade da visita, foi conversado com o padrasto da adolescente sobre a relação que o mesmo mantinha com a enteada. Foi dito por ele que, às vezes, brigava com a adolescente quando a via fazendo coisas erradas, por exemplo, quando esteve envolvida em meio a uma troca de tiros junto com o namorado, onde residia antes do acolhimento.

Também foi conversado sobre um possível uso abusivo pela mãe de álcool e outras drogas. A adolescente em conversa com a equipe técnica, disse que não tinha conhecimento de que sua mãe fizesse uso de qualquer substância a não ser cervejas que bebia aos finais de semana, a mãe trabalhava como diarista. Fazia faxina fixa duas vezes na semana. Deixava seu filho mais novo com a avó materna, que residia no mesmo quintal.

- Fabiola, com quinze anos residia antes do acolhimento em Rio das Ostras com a mãe. O motivo do acolhimento foi por ameaça de morte, maus tratos e abuso sexual. A composição familiar de Fabiola, a mãe, padrasto – mudou de padrasto duas vezes – e irmã.

De acordo com documentos, a adolescente Fabiola, não tinha registro do pai apenas a mãe. Fabiola foi para o município devido a suspeita de abuso sexual, maus tratos ocorridos quando residia em Rio das Ostras com a mãe, a partir desse cenário realizou a fuga. Ao chegar na cidade a adolescente compareceu ao Conselho Tutelar, acompanhada da companheira do tio paterno.

Na entrevista com a equipe técnica a companheira do tio da adolescente, de vinte e dois anos cabelereira, informou que estavam dois anos em um relacionamento afetivo (vivem juntos como casal) com o tio paterno da adolescente. O tio tinha dois filhos de um relacionamento anterior, a companheira demonstrou muito afeto pela adolescente e expressou interesse que ela ficasse sobre seus cuidados e do tio. A adolescente relatou ter sofrido maus tratos, agressões físicas, psicológicas, ameaças, suspeita de abuso sexual, gravidez e aborto afirmando, que ocorreram no período de convívio na casa da mãe e o padrasto. Os abusos duraram dois anos, a adolescente em decorrência aos fatos, fugiu de casa e veio para a cidade. Estava sem documentos e sem estudar. Chegou somente com a roupa do corpo. A adolescente verbalizou que sua mãe retirou seu aparelho de celular, criando dificuldade para que ela entrasse em contato com a família.

A adolescente relatou que fugiu porque seu padrasto abusou sexualmente dela anteriormente a fuga. A mãe compareceu ao Conselho Tutelar de Rio das Ostras para "passar a guarda" de sua filha para um jovem, suposto namorado. A mãe de Fabiola permitiu que a adolescente se relacionasse conjugalmente com o jovem. Sua mãe depois arrumou outro companheiro para a adolescente, que trabalhava na Petrobrás. A Mãe levou a polícia a residência do jovem e buscou Fabiola para que residisse em sua casa e coagiu a adolescente que ficasse com esse outro companheiro por dinheiro. Houve relatos que a mãe obrigou a adolescente a presenciar ela e o padrasto durante relação sexual. Foi realizado o Boletim de Ocorrência – B.O.[12] de ameaça, no entanto em relação ao abuso sexual pelo fato de ter ocorrido em Rio das Ostras, esse só pode ser realizado na delegacia do local.

Em entrevista com a adolescente ao chegar à Casa de Acolhimento, a mesma se apresentava tranquila. Foi observado baixa autoestima e medo da possibilidade de retornar ao convívio com a mãe. A adolescente possuía uma verbalização rápida, às vezes incompreensível. Apresentava a falta de um dente frontal, que segundo ela foi decorrente de uma queda na escola.

Ela relatou que estudava na parte da manhã e à tarde realizava atividades domésticas. Segundo a adolescente, o padrasto ficava elogiando-a, certa vez, colocou a irmã da adolescente para o lado de fora – externo da casa – e praticou o abuso. Ela contou para a mãe e essa não acreditou, e ainda bateu nela. Segundo a adolescente, as agressões frequentes, "por implicância", - com uso de barra de ferro - mostrando uma cicatriz perto do joelho, proveniente dessas agressões.

[12] Boletim de Ocorrência – B.O.; é o documento utilizado pelos órgãos da Polícia Civil, Polícia federal, Polícia Militar, Bombeiros, Guarda Municipal para o registro da notícia de um crime. (https: //www.jusbrasil.com.br)

Fabiola acusava a mãe de vende- lá e “casá-la” com um rapaz de vinte anos. Ainda de acordo com seus relatos, ela engravidou, mas não sabia se era consequência do abuso do padrasto ou do relacionamento com o rapaz, posteriormente sofrendo um aborto. Após o aborto a mãe a buscou com a polícia, sem contar as reais intenções, justificou que iria cuidar da filha por causa do aborto. Mas a intenção real era que a adolescente se relaciona- se com outra pessoa, que trabalhava na Petrobrás. A adolescente se recusou a ter relação sexual com esse. Sua mãe teve relações sexuais com tal homem e também obrigou que Fabiola ficasse no quarto durante o ato sexual. Fabiola também acrescentou que a mãe a obrigava constantemente a ficar no quarto para que a visse com o padrasto também durante o ato sexual. Há relatos de envolvimento com o tráfico, guarda de armas e drogas na residência da mãe em Rio das Ostras.

Anteriormente a todos esses eventos havia relatos de conflitos entre a mãe e pai de Fabiola, com suposta violência doméstica e falta de provisão de alimentos que supostamente levaram a mãe a abandonar o lar e ir para outro município. Nesse período, Fabiola ficou aos cuidados do pai e outros familiares, o que também ocasionou supostos abusos sexuais. Havia denúncias, anteriores, que a Fabiola e sua irmã eram abusadas pelo pai e por dois tios paterno. Um dos agressores cumpria pena no Presídio de Itaperuna/RJ.

- Natália, com treze anos residia na cidade. O motivo do acolhimento, em razão de sua conduta, não respeitava sua mãe. Composição familiar mãe e padrasto, o pai é vivo.

A adolescente foi encaminhada ao Conselho Tutelar em razão da sua falta de obediência em relação aos seus responsáveis, o que ocasionou o acolhimento institucional. Sua mãe procurou auxílio e orientações devido ao fato de sua filha sair de casa para lugares incertos, sem horário para voltar.

De acordo com as informações da mãe, ela autorizou sua filha a visitar sua avó materna, posteriormente ao retornar para sua casa, a mãe foi comunicada por ligação anônima que sua filha era mantida em cárcere privado e exigido a quantia de R$ 20.000,00 para libera-la.

A mãe informou que foi até a delegacia de polícia para registrar o desaparecimento da filha. Na delegacia, os policiais acessaram a rede social da adolescente e observaram que ela havia declarado estar em um relacionamento sério com um traficante.

Posteriormente, a mãe relatou que sua filha foi encontrada em um bairro periférico da cidade pelos policiais, tendo descoberto que não se tratava de um sequestro. Pontuou ainda que, ao saírem da Delegacia deixou sua filha em responsabilidade do pai. Ela fugiu novamente, chegando a verbalizar que havia usado drogas, somente, após cinco dias do ocorrido, a adolescente retornou à residência da mãe.

A adolescente externou que se sentia revoltada após o falecimento de seu irmão – vinte e seis anos – pois era quem lhe dava atenção, carinho e afeto. Atualmente mantinha um relacionamento conflituoso com os pais, pois os mesmos, segundo Natália, não davam a atenção que os pais deveriam dar aos seus filhos.

No atendimento à Natália, foi observado arranhões e hematomas em seu pescoço. Contudo a conselheira tutelar relatou que obteve relatos da família segundo os quais na tentativa de fuga da residência do pai, houve uma luta corporal com o mesmo e agressões, deixando marcas em seu pescoço e pernas.

Também foi indagado sobre o contato com outros membros da família externa que, por ventura, apresentassem o interesse de se responsabilizarem pela adolescente, no entanto foi pontuado sobre a fragilidade das relações de convivência materna. Foi acrescentado pela mãe que sua filha, frente ao histórico de fugas, não permanecia com seus familiares. Diante do contexto, foi indicado seu encaminhamento para a Casa de Acolhimento, tendo em vista que todos os familiares presentes nesse relato não queriam mais se responsabilizar pela adolescente, transferindo-a para a unidade.

- Elisa, quatorze anos, e Vivian, com quinze. As irmãs residiam na cidade. O acolhimento de ambas ocorreu devido ao comportamento na Escola Formal. Ambas se envolviam em brigas físicas com outras alunas, havendo diversos episódios de conflitos dentro da unidade escolar. Em um desses episódios, Vivian feriu uma colega de classe com um canivete em frente à escola, na saída. A equipe técnica da escola relatou esses incidentes aos familiares. Quanto à composição familiar, as irmãs moravam com a tia, o tio e três primos. O nome do pai não constava na certidão de nascimento de ambas. O pai encontrava-se no Presídio de Bangu, após ter sido transferido do presídio do município.

As irmãs adolescentes primeiro foram encaminhadas para o Conselho Tutelar e posteriormente para a Casa de Acolhimento, em função de conflitos familiares e pelo fato das adolescentes se colocarem em risco em razão de suas próprias condutas.

A mãe foi encaminhada para o sistema prisional havia cerca de sete anos e, devido a este fato, suas filhas foram residir com a tia materna quando tinham aproximadamente quatro e cinco anos de idade.

A tia das adolescentes compareceu ao Conselho Tutelar relatando não mais possuir condições de assumir os cuidados das suas sobrinhas devido ao comportamento agressivo, a falta de obediência e que Vivian mantinha um relacionamento com um rapaz que tinha envolvimento com o tráfico. Relatou ainda que esse suposto namorado chegou a sua residência

com uma faca. Ameaçando matar o seu marido e desferiu um golpe em direção ao pescoço do mesmo. A tia das adolescentes segurado a faca onde atingiu seu braço em luta.

Em relação a escola, a adolescente Vivian cursava o nível AAP, correspondente ao atual, 4°/5°. Após fraco desempenho, passou para o 6°/7° A.E. com dependência. No ano seguinte, foi reprovada em todas as disciplinas. Tudo isso foi devido, naquele momento, ao seu comportamento inadequado e rebelde, segundo o parecer da equipe técnica do Conselho Tutelar que a acompanha. Foi narrado que a adolescente ficava fora da sala de aula, não aceitava as ordens para entrar e também provocava tumultos praticamente todo o tempo, comprometendo não propriamente a sua capacidade de aprendizagem e sim a dinâmica e rotina da turma e consequentemente da escola.

O comportamento e o desinteresse de Vivian teriam chegado a níveis insuportáveis. Provocava desarmonia no ambiente escolar e tomava atitudes desrespeitosas com professores e funcionários; desobediência, deboches, provocações, xingamentos, gritarias, uso de mentiras, além de recusar-se a realizar quaisquer atividades. Ausentava-se das aulas, como já era seu costume, para reunir-se no banheiro feminino com outras colegas para furar orelhas e nariz, ou cortar-se com lâminas. Esteve envolvida no desaparecimento de um celular de uma aluna. Também teriam ocorrido outros eventos negativos cometidos por Vivian sendo não descritos, pois os professores, diante da falta de solução, tinham desanimado de fazer os registros.

Embora Elisa não tivesse um papel de protagonismo nos eventos relatados, era frequentemente mencionado que a adolescente acompanhava a irmã (Vivian) em várias situações, como os problemas relatados pela tia. Elisa após o acolhimento não estava mais matriculada em uma Escola Formal.

- Gabriele, com dezesseis anos, residia no município. O motivo do acolhimento por conflitos familiares e dificuldade em respeitar regras. Posteriormente foi reintegrada a casa da tia materna, mas por motivos de conflitos familiares foi morar com uma prima, com a qual também não houve êxito, pelo mesmo motivo. Desta forma a mãe procurou o Conselho Tutelar a fim de buscar acolhimento para Gabriele.

A Gabriele, possuía longo período de institucionalização desde a infância em razão de sua situação de negligência familiar e não respeitava os responsáveis. Possuía vínculo afetivo com seus irmãos, e mantinha contato com os mesmos. A adolescente relatou que não possuía contato com a mãe, pois a mesma possuía problemas psiquiátricos e não desejava retornar ao convívio familiar. A mãe de Gabriele também não residia com os outros filhos.

A adolescente desejava um dia retornar ao convívio familiar com os irmãos, que viviam com uma tia. Contudo seu entendimento era que a institucionalização traria mais benefícios

para os seus projetos de vida e para auxiliar na sua vida autônoma, em razão das dificuldades que poderia enfrentar, seja financeira, seja de oportunidades para sua futura inserção no mercado de trabalho. A adolescente projetava um futuro de conquistas e qualificações a fim de alcançar metas que propiciasse melhor qualidade de vida para si. Ela era centrada nos estudos e nas atividades em que se encontrava inserida.

A adolescente visitou a família poucas vezes, assim como recebeu a visita de seus irmãos, tia e de sua mãe. Foi possível observar que no momento da visita, a adolescente permaneceu introspectiva e desconfortável com a presença de sua mãe.

Posteriormente foi realizado intervenções junto a adolescente para verificar os efeitos e as sensações ocasionadas após o reencontro com a mãe, tendo sido pontuado pela adolescente que não havia mais a constituição de uma relação afetiva intensa e estabelecida, tendo em vista o longo tempo de institucionalização, embora pontuasse querer bem a mãe e gostasse da mesma. Gabriele não demonstrava interesse de estreitar esses laços com sua mãe e não demonstrou vontade de futuramente morar com a mesma.

Diante de tal contexto, a adolescente pedia pela destituição do poder familiar[13], quanto ao processo de destituição que, segundo informações da equipe técnica da vara da infância e da juventude, seria brevemente julgado, e a adolescente, após todas as pontuações e explicações quanto aos desdobramentos desta ação, se mantinha certa de que seu desejo era que a destituição ocorreria.

É importante destacar o papel da equipe técnica nesse processo, que atuava tanto como mediadora, no processo emocional, quanto como facilitadora da compreensão dos desdobramentos jurídicos. Ao assegurar que a adolescente entendesse as implicações da destituição, a equipe buscava respeitar sua autonomia e proporcionar uma base para que a adolescente tomasse decisões conscientes sobre seu futuro.

- Kelly, com dezessete anos, residia na cidade. O motivo do acolhimento conflitos familiares.

A adolescente apresentava longo histórico de conflitos familiares, não possuía bom relacionamento com os pais biológicos. Anteriormente ao acolhimento residia com a avó materna. Em decorrência do relacionamento marcado por brigas, rebeldia e desrespeito, a avó de Kelly procurou o Conselho Tutelar alegando não possuir condições em permanecer com a responsabilidade da neta. A adolescente mantinha as visitações à avó materna aos finais de

[13] A destituição do poder familiar é uma medida judicial que retira dos pais o direito de guarda e responsabilidade sobre os filhos. É uma medida extrema, aplicada quando os pais não cumprem os seus deveres e colocam em risco a segurança das crianças. https://www.jusbrasil.com.br

semana. Em conversas com a equipe técnica da casa durante seu acompanhamento psicológico, Kelly pontuava frequentemente sua preferência por estar no acolhimento institucional, visto que as condições socioeconômicas da família não se equiparavam as oferecidas na Casa de Acolhimento: várias refeições ao dia, roupas limpas e produtos de higiene. Atualmente a adolescente estava matriculada e frequentando a Escola Formal. Também realizava curso de informática, duas vezes na semana sendo disponibilizado pela Instituição, estava fazendo curso de Design de Sobrancelhas, uma vez na semana e participava do Projeto Jovem Alerta com preparação para o mercado de trabalho.

2.3 – Contexto Familiar das Jovens: Trajetória de Fragmentação e Vulnerabilidade

A partir dessas histórias de vida podemos analisar que as jovens acolhidas na Casa de Acolhimento da cidade eram provenientes de diversas localidades, incluindo até mesmo oriunda de outros Estados. No entanto, no momento do acolhimento, todas residiam na cidade, com grande parte delas nascidas de regiões do interior do município e do subdistrito. Para melhor compreensão e análise dos dados da documentação, para identificar padrões e significados, foi utilizado a metodologia de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (1977). A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que permite interpretar mensagens de forma objetiva e sistemática, identificando estruturas ocultas ou explícitas nos dados.

Embora os motivos que levaram ao acolhimento possam, à primeira vista, parecer semelhantes, a análise aprofundada da documentação que relatava parte de suas histórias de vida revelou que cada caso possuía particularidades próprias. Por esse motivo, foram expostos individualmente neste trabalho, pois, a partir das peculiaridades apresentadas, foi possível inferir influências significativas na sociabilidade das jovens dentro da instituição.

O que une essas trajetórias, no entanto, era a presença de algum grau de negligência familiar. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, a negligência configura-se como a omissão dos responsáveis legais em prover condições adequadas para o desenvolvimento da criança e do adolescente, abrangendo aspectos essenciais como alimentação, moradia, educação, saúde e afeto. Essa forma de violação pode ocorrer por meio da falta de cuidados básicos, abandono material e afetivo, exposição a situações de risco ou mesmo pela ausência de suporte emocional e proteção diante de contextos de vulnerabilidade.

Na maioria dos casos analisados, essa negligência estava relacionada à figura de referência, geralmente a mãe. A ausência dessa figura ocorria de maneira abrupta e sem

justificativas claras, resultando no abandono das jovens acolhidas. Segundo os relatos coletados, tanto das próprias jovens quanto nos documentos do Conselho Tutelar, o retorno dessa responsável ao convívio familiar só ocorria mediante intervenção judicial e quando isso ocorria.

Ao analisarmos as fichas de acompanhamento pelo Conselho Tutelar das jovens acolhidas, podemos observar que a faixa etária das mesmas que residiam na Casa de Acolhimento correspondiam entre doze e dezesseis anos, tendo destaque com maioria quatorze anos.

Em alguns casos, era exposto o uso de drogas por parte da mãe e companheiro da mesma, sendo analisado que essa condição gerava ausência da mãe por longos períodos de suas casas, deixando os filhos sozinhos, sob a responsabilidade dos irmãos mais velhos e também sob supervisão dos vizinhos. Essa situação recorrente motivava os vizinhos e membros da família a denúncias para o Conselho Tutelar, resultando, muitas vezes, no recolhimento dessas crianças e adolescentes, sendo consideradas “abandonadas”.

Além disso, foram identificados casos em que a mãe, ao iniciar novos relacionamentos, enfrentava situações em que o parceiro não aceitava seus filhos, levando-as a rejeitá-los ou encaminhavam essas jovens a morar com outro membro da família. Em outros casos, os problemas psicológicos da mãe também se mostraram fatores decisivos para o acolhimento institucional dessas jovens. Vale ressaltar que, ainda, a ausência paterna era significativa, constatada em doze dos dezesseis históricos analisados, sendo que cinco dessas jovens não possuíam sequer o nome do pai biológico em seus registros de nascimento.

Os documentos revelaram que quatro das dezesseis jovens sofreram episódios de abuso sexual por parte do pai ou outros parentes de convívio familiar, além de agressões físicas cometidas pela mãe ou por responsáveis, e até mesmo casos em que a mãe estava presa. Segundo os históricos de acompanhamento analisados da Casa de Acolhimento, cinco dessas jovens acolhidas tiveram destaque o uso de drogas por parte de suas mães. Outro dado relevante foi que treze dessas jovens acolhidas apresentavam algum tipo de envolvimento com o tráfico de drogas, sendo que quatro delas chegaram a sofrer agressão física e ameaças de morte de seus próprios namorados, que estavam supostamente envolvidos diretamente com traficantes.

De acordo com os dados analisados, podemos refletir um contexto de vulnerabilidade[14] que antecedia o acolhimento institucional, evidenciando o impacto das dinâmicas familiares

[14] A vulnerabilidade infantil é um conceito que se refere à condição de criança que estão em situações de risco social, econômico ou emocional. Essa vulnerabilidade pode ser causada por diversos fatores, como a pobreza, a falta de acesso a serviços básicos, a violência doméstica, a negligência e a exclusão social. https://www.unicef.org

precárias na vida dessas jovens antes do acolhimento. Foi identificado dez jovens que enfrentaram agressões físicas no ambiente familiar, ao invés de proporcionar segurança e apoio, tornou-se uma fonte de sofrimento e trauma. O sofrimento dessas jovens ultrapassa o limite do abandono físico, trata-se, muitas vezes, de uma quebra de vínculos afetivos essenciais, nos quais a agressão e o desamparo apareciam como experiências do seu cotidiano.

Segundo as fixas documentais de acolhimento, seis jovens foram acometidas por negligência e abandono, demonstrando ausência de suporte básico, incluindo questões como alimentação, saúde e orientação moral e emocional. Como mencionado anteriormente a responsabilidade, que deveria ser dos pais, foi assumida por parentes próximos, como avós e tias maternas, em um total de treze casos. Essas situações revelaram que, em algum momento, os pais abriram mão de suas responsabilidades, transferindo o cuidado a terceiros, em alguns casos, deixando as jovens sem uma estrutura familiar estável.

O acolhimento institucional configurava-se como uma medida prevista pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que estabelece a responsabilidade do Estado, do Município e da comunidade[15] na proteção e assistência a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, o acompanhamento profissional e o ambiente estruturado da instituição teriam o objetivo de oferecer suporte para que as jovens acolhidas pudessem lidar com os desafios de suas trajetórias. A Tabela 1 apresenta um panorama dos históricos de acompanhamento pelo Concelho Tutelar das dezesseis jovens que residiam na Casa de Acolhimento.

2.4 – Tabela 1- Perfil Institucional e Dinâmica de Acolhimento

Categoria	Descrição/Informação
Origem	Jovens provenientes de diversas localidades, incluindo outros Estados, mas no momento do acolhimento residia na cidade.
Faixa Etária	Entre doze e dezessete anos, com maior prevalência de jovens com quatorze anos. Distribuição: um com doze anos, três com treze anos, cinco com quatorze anos, quatro com quinze anos e duas com dezesseis anos, uma com dezessete anos.

[15] **Art. 4°.** É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 13 de julho de 1990. Art. 227 da Constituição Brasileira.

Motivos para o Acolhimento	Predominância de negligência familiar, abandono, ausência materna, uso de drogas pela mãe, problemas psicológicos pela mãe, problemas psicológicos dos responsáveis, exclusão por novos parceiros da mãe, ausência paterna e situações de violência física ou sexual no ambiente familiar.
Histórico de Abusos	Quatro jovens sofreram abuso sexual por familiares; dez enfrentaram agressões físicas no ambiente familiar.
Situação de Negligência	Seis jovens foram negligenciadas, sofrendo com falta de suporte básico (alimentação, saúde, orientação, proteção e emocional).
Rejeição Familiar	Dezesseis jovens foram abandonadas ou tiveram os cuidados transferidos para parentes próximos (avós, tias). Em cinco casos, as mães estavam presas.
Problemas relacionados ao Tráfico	Treze jovens tiveram envolvimento direto ou indireto com o tráfico, com quatro delas relataram ameaças de morte ou agressões de seus parceiros envolvidos com o tráfico.
Situação socioeconômica	As dezesseis jovens eram vindas de famílias pobres com vulnerabilidade social.
Intervenção Institucional	O acolhimento institucional buscava minimizar os danos causados pela negligência e abandono, com suporte técnico para a formação pessoal e social das jovens, sendo a única alternativa para essas jovens mulheres.

Fonte: Fabrícia Santana Batista, 2025.

A análise realizada pela equipe multidisciplinar do Conselho Tutelar e posteriormente a Casa de Acolhimento, que acompanhava essas jovens acolhidas evidenciava que a negligência[16] sofrida no ambiente familiar gerou uma série de consequências prejudiciais, tanto no aspecto comportamental quanto emocional. As dificuldades enfrentadas pelas jovens acolhidas no âmbito social, tanto na instituição quanto na Escola Formal, eram frequentemente vistas como resultado direto da falta de um ambiente familiar estável e protetor[17], o que contribuiu para o

[16] A negligência familiar é a omissão dos responsáveis em prover condições básicas para o desenvolvimento da criança ou adolescente, incluindo alimentação, moradia, educação, saúde e afeto. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), essa violação pode ocorrer por abandono material e emocional, falta de cuidados essenciais ou exposição a situações de risco.

[17] Um ambiente familiar estável e protetor é aquele que garante segurança, suporte emocional e condições adequadas para o desenvolvimento da criança ou adolescente. Caracteriza-se por vínculos afetivos saudáveis, presença de cuidadores responsáveis, acesso a direitos básicos, como educação e saúde, e a ausência de violência, negligência ou situações de risco que possam comprometer o bem-estar e a formação social do indivíduo.

surgimento de padrões comportamentais desafiadores e problemáticos necessitando de acompanhamento e restrições.

De acordo com os registros documentais, a trajetória escolar das jovens acolhidas pela Casa de Acolhimento apresentava desafios significativos, que variavam desde a evasão escolar até a defasagem idade-série. A análise, identificou casos de jovens que estavam fora da escola no momento do acolhimento ou que haviam sido transferidas de outras localidades. Nesses casos, os trâmites legais para uma nova matrícula seriam mais complexos, especialmente devido ao período do ano e à resistência observada por parte das escolas do município em recebê-las, frequentemente baseada nos históricos escolares apresentados.

Muitas dessas jovens enfrentaram expulsões das escolas onde estudavam anteriormente, e algumas foram excluídas até mesmo após o acolhimento. Relatos da equipe técnica apontavam problemas como desrespeito a professores e funcionários, evasão durante as aulas e comportamentos inadequados, como esconder-se em banheiros. Casos de agressão física também foram registrados, incluindo um episódio em que uma jovem feriu outra colega com um canivete. Apesar das dificuldades, a equipe técnica da unidade realizava tentativas constantes na realização das matrículas na medida do possível.

Nos registros, constavam quinze jovens com histórico de desrespeito ou agressão, tanto na escola quanto na Casa de Acolhimento, refletindo nas questões de disciplina, na maioria em obedecer às regras estabelecidas, tanto na Casa de Acolhimento, quanto na Escola Formal. Essas jovens relataram falta de interesse pela escola, frequentemente atribuída a dificuldades no processo de ensino-aprendizagem. Tais dificuldades geravam constrangimentos, agravados pelo fato de compartilharem a sala de aula com colegas significativamente mais jovens. Além disso, a localização das escolas e o contexto social de origem das jovens também contribuía para o problema. Vindas de bairros dominados pelo tráfico, elas relatavam temor e frustração ao serem transferidas para escolas em áreas controladas por facções rivais.

Entre as jovens atendidas, uma de doze anos e três de quatorze anos cursavam o 4°/5° ano do Ensino Fundamental na modalidade AAP[18] em uma escola municipal. Uma jovem de treze anos cursava o 8° ano em uma escola estadual, enquanto outra, da mesma idade, estava fora da escola, tendo concluído até o 7° ano em uma escola estadual no município. Outra jovem de treze anos não estava matriculada e havia estudado até o 6° ano. Entre as jovens de quatorze

[18] AAP é a sigla para Avaliação de Aprendizagem em Processo, uma prova realizada bimestralmente para alunos do ensino fundamental e médio. A APP é uma avaliação diagnóstica que serve para diagnosticar o aluno e para que ele seja contabilizado na presença do ano letivo. Link de acesso: https://avaliacaoemonitoramentoriodejaneiro.caeddigital.

anos, uma cursava o 9° ano em uma escola estadual, e outra estava fora da escola, grávida, tendo interrompido os estudos no 4° ano do Fundamental.

Entre as jovens de quinze anos, uma havia cursado a modalidade AAP foi aprovada para o 6°/7° ano na modalidade AE[19], mas foi reprovada em todas as disciplinas. Outras duas jovens cursavam o 6° ano em uma escola estadual, enquanto uma estava grávida e três estavam fora da escola. Essas três últimas haviam concluído, respectivamente, o 5°, 7° e 8° anos em escolas estaduais no município. Além disso, outra jovem de quinze anos, vinda de Belo Horizonte, porém no momento do acolhimento residia na cidade, também estava fora da escola, tendo estudado até o 6° ano. Por fim, atualmente a adolescente de dezessete anos estava matriculada e frequentando a escola estadual. Figura 2 apresenta-se os resultados da situação escolar das dezesseis jovens após o acolhimento.

2.5 – Tabela 2 – Educação Formal e Desafios Escolares nas Fichas Documentais

Idade	Série Cursada no Momento do Acolhimento	Localidade da Escola	Situação Escolar
Doze anos	4°/5° ano (Modalidade AAP)	Escola Municipal	Regular
Treze anos	8° ano	Escola Estadual	Regular
Treze anos	Não estava matriculada	Concluiu até o 7° ano – Escola Municipal	Fora da escola no momento do acolhimento
Treze anos	Não estava matriculada	Concluiu até o 6° ano – Escola Municipal	Fora da escola no momento do acolhimento
Quatorze anos	4°/5° ano (Modalidade AAP)	Escola Municipal	Regular
Quatorze anos	9° ano	Escola Estadual	Regular
Quatorze anos	Não estava matriculada	Concluiu até o 4° ano – Escola Municipal	Fora da escola, grávida no momento do acolhimento
Quatorze anos	4°/5° ano (Modalidade AAP)	Escola Municipal	Regular
Quatorze anos	4°/5° ano (Modalidade AAP)	Escola Municipal	Regular
Quinze anos	6°/7° ano (Modalidade AE)	Escola Estadual	Regular
Quinze anos	6° ano	Escola Estadual	Regular

[19] AE na educação é a sigla para Atendimento Educacional Especializado (AEE), um serviço de apoio pedagógico que visa ajudar os alunos a aprenderem de forma efetiva. Link de acesso: https://www.gov.br.

Quinze anos	Não estava matriculada	Concluiu até os 8° ano – Escola Municipal	Fora da escola no momento do acolhimento
Quinze anos	Não estava matriculada	Concluiu até o 6° ano – Belo Horizonte	Fora da escola, residente de outro Estado, porém estavam na cidade no momento do acolhimento
Dezesseis anos	2° ano do ensino médio	Escola Municipal	Regular
Dezesseis anos	Matriculada	Não Informada	Regular
Dezessete anos	Matriculada	Escola Municipal	Regular

Fonte: Fabrícia Santana Batista, 2025.

CAPÍTULO 3 – **VIVÊNCIAS, CONFLITOS E VULNERABILIDADES: UM OLHAR SOBRE AS JOVENS ACOLHIDAS**

3.1 – PERCURSOS METODOLÓGICOS E APRESENTAÇÃO ANÁLISES DAS ENTREVISTAS

Neste capítulo, busquei compreender os fatores que levaram as jovens à institucionalização e os impactos dessa experiência em suas trajetórias. Para isso, articulei os dados obtidos nas entrevistas com o referencial teórico que sustenta esta dissertação, estabelecendo um diálogo com autores como Goffman, Bourdieu e outros estudiosos que analisam as dinâmicas de poder, controle e resistência que atravessavam a sociabilidade no acolhimento e na escola. Essa abordagem possibilitou uma reflexão crítica e contextualizada sobre as realidades vividas pelas jovens, evidenciando os desafios enfrentados dentro e fora da instituição.

Além disso, a pesquisa se alinhou a estudos como o de Fonseca (2015), que analisa a institucionalização e as políticas sociais voltadas para esse público, destacando a importância de compreender esse fenômeno em suas especificidades. Embora esta dissertação abordou diversas questões relacionadas à institucionalização, ela também ressaltou a necessidade de reflexões nas ações direcionadas a esse público, voltadas à proteção, inclusão e sociabilidade dessas jovens.

Na análise das entrevistas realizadas com as jovens acolhidas, busquei compreender suas percepções sobre a institucionalização, seus vínculos sociais e suas perspectivas de futuro. A coleta de dados foi conduzida por meio de entrevistas semipadronizadas, permitindo um

diálogo mais aberto e espontâneo, no qual algumas questões surgiram ao longo das conversas. As transcrições foram mantidas fiéis às falas originais, garantindo a preservação das expressões e sentidos atribuídos pelas participantes.

A análise das entrevistas foi realizada com base na teoria fundamentada, conforme proposta por Flick (2004), que permitiu a construção de interpretações a partir dos dados coletados. Dessa forma, os significados surgiram diretamente das narrativas das jovens, possibilitando a identificação de padrões e contradições, além de revelar elementos centrais que caracterizaram suas experiências no acolhimento.

Com base nessa abordagem, este capítulo foi estruturado em torno das categorias nas falas das jovens para compreender os significados atribuídos às suas experiências.

Nesta perspectiva mais ampla, a observação e a participação se uniram aos outros procedimentos, a exemplo, a análise das entrevistas como um todo, incluindo a observação na fala, nos gestos e nas expressões faciais quando mencionado assuntos impactantes para as jovens que eram entrevistadas. Algo mencionado pelo autor como evolução na pesquisa qualitativa, a etnografia passa a integrar a observação e a participação a uma variedade de procedimentos, tornando mais adaptável a diversos contextos de pesquisa.

> O etnógrafo participa pública e secretamente da vida diária das pessoas por um período prolongado de tempo, observando o que acontece, escutando o que é dito, fazendo perguntas; na verdade, coletando qualquer dado que esteja disponível, iluminando as questões com as quais ele se ocupa. (Hammersley; Atkinson, 1983, p. 2 *apud* Flick, 2004, p. 159)

Posteriormente, Flick destaca o pós-coleta de dados, explicando detalhadamente o processo que envolve essas análises qualitativas após o campo. É importante a codificação para a organização e interpretação dos dados coletados. A partir da codificação dos dados coletados no campo, podemos estruturar uma pesquisa qualitativa em padrões significativos para compor a pesquisa.

> A interpretação de textos pode buscar duas metas opostas. Uma é a revelação, exposição ou contextualização de enunciados no texto, a qual normalmente leva a um aumento do material textual; para trechos curtos no texto original, as vezes escrevem-se interpretações de uma página. A outra visa a redução do texto original através de paráfrase, resumo ou categorização. Essas duas estratégias são aplicadas tanto alternativa quanto sucessivamente. (Flick, 2004, p. 189)

A categorização representa uma ferramenta interpretativa de padrões nos dados coletados, destacando que essa ferramenta organiza as informações de maneira mais clara na identificação de temas recorrentes dentro do conjunto de dados, possibilitando uma melhor análise ao trabalho do pesquisador. Para tanto, Flick destaca o quanto é importante, no processo de codificação a reflexão do pesquisador sobre suas próprias influências e perspectivas durante

a interpretação dos dados. Lembrando que; “A codificação aberta tem por objetivo expressar dados e fenômenos na forma de conceitos”. (Flick, 2004, p. 189). Ele propõe que o pesquisador tome decisões para compor seu trabalho com base em escolhas metodológicas e considerações interpretativas, respeitando seus dados coletados como um todo.

Portanto, ao incorporar essa abordagem, estou seguindo uma prática metodológica, permitindo que a pesquisa avance gradualmente. Complementando Durkheim (1999), “cingindo” mais de perto as nuances e complexidades da sociabilidade das jovens dentro do contexto de Acolhimento Institucional. Esses fatos foram observáveis através de padrões de comportamento, práticas institucionais, rituais e outras manifestações coletivas.

Nesse contexto, compreendi que, dentro da instituição de acolhimento, onde coexistiam diferentes trajetórias individuais, foi possível analisar as influências e os efeitos da convivência diária entre as jovens. Busquei identificar os principais elementos que emergiram dessas interações e seu significado no contexto geral da pesquisa, especialmente por meio das entrevistas e de outros instrumentos que ofereceram suporte ao trabalho de campo (Babbie, 1999).

A partir da leitura preliminar das entrevistas para identificar os temas centrais que percorreram os relatos. Esses temas foram organizados em categorias que evidenciaram os principais eixos de análise: contexto familiar; estrutura familiar, abandono, rejeição familiar, negligência familiar, vulnerabilidade, condições socioeconômicas, estratificação social: dinâmicas de conflito; controle materno, comportamento autodestrutivo, envolvimento com o tráfico: intervenção e acolhimento institucional; intervenção acolhimento por conduta, acolhimento emergencial: vida no acolhimento e construção de novas perspectivas; a rotina, desejo de maternidade, desafios e estigmas na escolarização e sociabilidade. Cada uma dessas categorias foi analisada, permitindo uma visão mais detalhada das trajetórias das jovens antes e durante o acolhimento institucional.

3.2 – CONTEXTO FAMILIAR E TRAJETÓRIAS ANTES DO ACOLHIMENTO

3.2.1 – Estrutura Familiar: entre a fragmentação e a estabilidade

As entrevistas revelaram que muitas jovens vivenciaram situações de maus-tratos antes do acolhimento, frequentemente acompanhadas de agressões físicas em suas casas. Para Borges (2017), a violência contra crianças e adolescentes continua sendo um problema estrutural, especialmente em contextos de vulnerabilidade social. As jovens, apresentavam trajetórias marcadas por diferentes formas de maus-tratos. Os relatos evidenciaram casos de agressões

físicas severas, abandono emocional e material, exposição à violência doméstica e, em alguns casos, abuso sexual dentro do ambiente familiar. Essas experiências reforçaram a necessidade de compreender a violência como um fenômeno multifacetado, que se manifestava de diferentes maneiras e impactou profundamente a subjetividade das vítimas.

> A violência física que é o uso da força física contra a criança e ao adolescente, causando-lhes desde uma leve dor, passando por danos e ferimentos de média gravidade até a tentativa ou execução do homicídio. Em geral, as justificativas para tais ações vão desde a preocupação com a segurança, a educação, até a hostilidade intensa. O lar aparece como o local privilegiado para tal prática, embora as crianças que vivem nas ruas ou as institucionalizadas sejam também vítimas frequentes (Minayo, 2001, p. 96).

A compreensão desses maus-tratos exigiu um olhar crítico sobre o papel das instituições e das políticas públicas no enfrentamento da violência. O acolhimento institucional, ainda que representasse uma medida de proteção, não eliminou os impactos da violência vivenciada anteriormente. Pelo contrário, podia acentuar o sentimento de ruptura familiar e o estigma social, tornando-se um desafio para a reconstrução da identidade e da sociabilidade dessas jovens. Como Minayo (2001) destaca, a violência contra crianças e adolescentes não pode ser dissociada das estruturas sociais e econômicas que a sustentam, sendo necessário um olhar atento para as desigualdades que perpetuam esses ciclos de violação de direitos.

> Entendemos por violência estrutural, aquela que incide sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulnerável o seu crescimento e desenvolvimento. Por ter um caráter de perenidade e se apresentar sem a intervenção imediata dos indivíduos, essa forma de violência aparece “naturalizada” como se não houvesse nela a ação de sujeitos políticos. Portanto é necessário desvendá-la e suas formas de reprodução através de instrumentos institucionais, relacionais e culturais (Minayo, 2001, p. 93).

Diante disso, o Conselho Tutelar, em sua atuação antes de encaminha-las ao acolhimento buscou acompanhar essas jovens e suas famílias, com o propósito de resolver as problemáticas apresentadas sem recorrer imediatamente a institucionalização. Não obtendo sucesso devido à ausência de mudanças, que ocasionaram risco a essas jovens, permanecendo a existência de conflitos familiares intensos e pela ausência da figura paterna. E também surgiu o agravante, abandono por parte da mãe, muitas vezes em decorrência de dependência química, impossibilidade de ficar com seus filhos por estar sob custódia em unidade prisional ou de envolvimento com parceiros que rejeitavam seus filhos. Devido a essas dinâmicas familiares fragmentadas dificultavam o estabelecimento de vínculos afetivos seguros e reforçavam os desafios enfrentados pelas jovens na construção de relações de confiança com seus familiares e estabilidade no ambiente familiar. Segundo as jovens entrevistadas;

> (J) Porque tia, ele ficava em casa, esse meu padrasto, e ele batia nas crianças que não era filho dele.

> (J) Não gostava de morar com minha família, vou fugir e não vou pra casa deles, eu apanhava do meu pai direto, minha mãe está morta, eu tinha quatro anos, aí eu morava com meus avós e meu pai, eu não gosto do meu pai, eu só vivia apanhando.
>
> (J) Minha mãe não me quer mais, era ruim minha vida com minha mãe porque eu não gosto dela, ela me batia à toa, ela mandou bandido me ameaçar da cadeia.
>
> (J) Minha mãe não é tão ótima assim, quando eu era bem pequena minha mãe bateu minha cabeça no vaso e na parede, eu estou sem aprender nada até agora, tudo por causa dela, eu não quero nem vê ela e também o Juiz afastou agente de visitar ela e ela de visitar agente (uma irmã) tudo por culpa da minha mãe eu nem lembro, da minha infância ela me batia mesmo, ela me batia.
>
> (J) Porque eu moro em Rio das Ostras, aí mataram meu ex-marido, eu não falo com mamãe, aí vim bora pra cá. Mas só que ela não veio aqui trazer minhas coisas pra casa da minha tia. Mas só que eu não se dou por causa da guarda, aí eu peguei e vim pro abrigo. Porque minha tia pegou minha guarda. E porque minha mãe não quer mais.

3.2.2 – Alienação Parental e o Afastamento Materno no Acolhimento

No contexto das jovens acolhidas, a alienação parental assumiu contornos distintos dos casos tradicionais, a exemplo, sendo manifestada quando um dos responsáveis pela criança ou adolescente interfere na relação com o outro – pai ou mãe –, buscando afastá-los e minar os laços afetivos entre ambos (Lei n° 12.318/2010).

Perante as jovens a ausência da figura paterna era uma constante, sendo que, em muitos casos, o nome do pai sequer constava em suas certidões de nascimento. Dessa forma, a dinâmica de afastamento e ruptura familiar não ocorria, na maioria das vezes, entre pai e mãe, mas sim entre a jovem e sua mãe, que, ainda que negligente, representava sua principal referência afetiva e familiar.

Observei que, a partir das entrevistas e da análise documental, que muitas dessas jovens foram institucionalizadas após a constatação da negligência materna, e, em diversas situações, um outro parente, como avós, tios ou irmãos mais velhos, assumiu a responsabilidade por elas. Entretanto, ao ingressarem na Casa de Acolhimento, o distanciamento da mãe se intensificava, muitas vezes sem a compreensão total da jovem sobre os motivos desse afastamento. Em alguns casos, a permanência prolongada na instituição gerava sentimentos de abandono e ruptura afetiva, que poderiam ser interpretados como uma forma de alienação – não no sentido clássico do termo, mas como uma consequência do afastamento compulsório da família.

Além disso, era perceptível que algumas jovens idealizavam a relação com suas mães, nutrindo a esperança de que, em algum momento, poderiam retornar ao convívio materno, mesmo quando havia um histórico de negligência. Esse vínculo, mesmo fragilizado, se mantinham como uma referência, tornando a separação um fator para o distanciamento.

A alienação, nesse contexto, não se dava por um conflito entre os pais, mas sim pela intervenção institucional no vínculo familiar. Se, por um lado, o acolhimento representava uma medida protetiva prevista pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990), por outro, sua imposição podia ser interpretada como uma interferência externa que a privava do contato com a mãe.

> (J) Foi uma denúncia tia. Que a tia falou que uma moça vinha com o Conselho Tutelar, falou que minha mãe fumava, bebia...maltratava a gente. Aí, eu fui pro Rio. Teve outra denúncia lá, que o meu padraste batia na minha mãe, me maltrata aí eu vim pra cá.

3.2.3 – O Abandono: rupturas familiares e suas consequências

A relação conflituosa com a figura materna, ou a ausência da mesma foi apontada em várias entrevistas, a perda total de controle sobre o cotidiano de sua filha e pela negligência. Muitas jovens relataram sentir que suas mães perderam o controle sobre suas rotinas, o que contribuiu para situações de abandono.

Os dados coletados nas entrevistas, também revelaram diferentes formas de abandono. Em alguns casos, a ausência da figura paterna foi um fator agravante, contribuindo para a sensação de desproteção e vulnerabilidade. Havia também relatos de abandono emocional, em que, mesmo com a presença física da mãe ou de outros familiares, as jovens não se sentiam amparadas, sendo constantemente rejeitadas em relação a novos parceiros da mãe ou relegadas ao cuidado de terceiros.

O abandono, segundo Minayo (2001) enquanto fenômeno social, não se limita à ausência física dos responsáveis, mas reflete um processo contínuo de negligência emocional, material e afetiva. Nos relatos das jovens acolhidas, percebia-se que muitas delas não perderam apenas o vínculo com suas famílias biológicas, mas também enfrentaram períodos de instabilidade marcados por rejeição principalmente pela mãe, desamparo e a sensação de não pertencimento. Sendo mencionado; “Ela não sabe ser mãe”. A falta de amparo e cuidado por parte da mãe era algo recorrente na vida dessas jovens, facilitando a ausência para lugares incertos, falta de respeito por parte dos parentes próximos e, consequentemente, os abusos sexuais.

> (J) Com minha mãe não era né. Tia ela me botou pra fora de casa por causa do meu padrasto, preferiu botar padrasto pra dentro de casa do que eu. Eu e meu irmão, botou meu irmão pra fora e eu, entendeu!

A partir da reflexão de Minayo (2001), foi possível compreender que o abandono das jovens acolhidas não ocorria isoladamente, mas sim dentro de um contexto de violência estrutural, associado à pobreza e à exclusão social. O fato de a maioria das crianças e adolescentes institucionalizadas possuíssem família, mas ainda assim serem encaminhadas para

o acolhimento, evidenciava que o abandono não se limitava à ausência física dos responsáveis, mas poderia se manifestada de diversas formas, como negligência, rejeição emocional e falta de condições mínimas para garantir seu bem-estar.

Dessa maneira, o acolhimento institucional surgia, muitas vezes, como uma solução paliativa para famílias que não conseguiam prover suporte adequado, mas, ao mesmo tempo, reforçava a lógica de uma sociedade que transferia a responsabilidade do cuidado para instituições. Porém, para algumas das jovens acolhidas, a institucionalização foi a única alternativa diante da ausência de suporte familiar, enquanto outras experimentaram múltiplas rupturas antes do acolhimento definitivo.

> (...) a expressão da violência estrutural é a institucionalização de crianças e adolescentes, seja como meio de se contrapor ao abandono, seja por motivos considerados ressocializadores. Toda a história revela não só a ineficácia, mas a total incompetência dessas instituições, asilos, reformatórios, serviços de assistência e de "bem estar" entre os quais o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e as Fundações Estaduais do Bem-estar do Menor (FEBEMs) por exemplo, para prover o crescimento e o desenvolvimento desses seres discriminados (Minayo, 2001, p. 95).

Dessa forma, o abandono, como evidenciado nos relatos das jovens, não pode ser analisado de maneira simplista. Ele resultou de uma intersecção de fatores estruturais, emocionais e institucionais que impactavam diretamente a construção da identidade e da sociabilidade dessas jovens. "Há várias razões pelas quais experiências de subordinação interseccional não são adequadamente analisadas ou abordadas pelas concepções tradicionais de discriminação (...)" (Crenshaw, 2002, p. 174).

> (J) – (...) o marido dela abusou de mim ela não falou nada comigo, ela falou que preferia eu morta a que com ela, falou. Minha mãe não gosta de mim.
>
> (J) – Ela nunca soube respeitar os filhos, ela não sabe ser mãe, ela é minha mãe, eu amo minha mãe, mas, ela não sabe ser mãe não, só que eu não quis ficar lá por causa que ela fica falando pra todo mundo que eu não sou filha dela, que ela não botou filha no mundo pra gostar de mulher.
>
> (J) – Eu morava com meu tio e ele morava com uma mulher, eu considerava minha mãe, entende, aí eu fui pra lá ficar com ela em Cabo Frio pouco tempo. Aí eu achei que ia ser uma coisa acabou dando em outra, porque eu achei que ia ser legal e não foi, porque eu entrei na boca.
>
> (J) – É, e não tem lugar pra eu ficar, entendeu.

3.2.4 – Rejeição Familiar: rompimento afetivo e suas consequências

A rejeição familiar apareceu como elemento central na maioria das trajetórias das jovens acolhidas, evidenciando a fragilidade dos vínculos parentais.

A fragilidade dos vínculos parentais compreendeu-se como a dificuldade ou incapacidade dos responsáveis em estabelecer laços sólidos e afetivos com seus filhos,

comprometendo a construção de relações familiares baseadas no cuidado, na proteção, no amor dos pais pelos seus filhos e apoio emocional para cada necessidade das jovens. Essa fragilidade se manifestava de diferentes formas, desde a ausência física dos pais até a negligência em aspectos fundamentais do desenvolvimento infantil e juvenil, como também a atenção às necessidades materiais das crianças e adolescentes (Sarti, 1999).

A ausência de cuidados se traduz na falta de acompanhamento da rotina escolar, na ausência de diálogo, na negligência em relação à saúde e bem-estar dos filhos e na dificuldade de impor limites de forma equilibrada (ECA). O amor parental, que deveria ser um pilar para a segurança emocional das crianças, muitas vezes era substituído por rejeição, indiferença ou relações marcadas pelo autoritarismo e pela violência. Além disso, a responsabilidade dos pais em prover um ambiente minimamente estável e seguro era comprometida quando fatores como dependência química, instabilidade econômica e conflitos familiares intensos interferiam na criação dos filhos.

Para Sarti (1999) as crianças e adolescentes acabam crescendo sem referências sólidas de afeto e proteção, o que pode levá-las a desenvolver dificuldades emocionais e comportamentais. A ausência de um suporte familiar estruturado pode gerar sentimentos de abandono, insegurança e baixa autoestima, tornando essas jovens mais vulneráveis a situações de risco, como envolvimento com a criminalidade, evasão escolar e consequentemente a institucionalização.

Durante as entrevistas, foi possível identificar relatos recorrentes de distanciamento afetivo perante seus pais, abandono emocional e até mesmo expulsão do ambiente familiar. Muitas jovens relataram que, em diversos momentos de suas vidas, sentiram que não eram desejadas ou que suas presenças eram tratadas como um fardo, especialmente em situações de conflito com suas mães ou outros responsáveis.

> (J) – Olha, tudo começou quando minha tia, pegou meu dinheiro, quando eu vendi umas coisas lá, né, em casa, é... eu ganhei um trocado. Que era pra ir comprar o meu lanche da escola. Aí, minha tia falou assim: “me dá esse dinheiro aqui, que eu vou pegar e inteirar para a passagem”. Aí eu fiquei com muita raiva, ela me bateu... tentei matar ela, mas não consegui. Aí depois, ela pegou e veio me colocar aqui.

Essa rejeição nem sempre ocorria de forma explícita ou direta. Em alguns casos, manifestava-se por meio da negligência, da ausência de suporte emocional ou da priorização de outros relacionamentos, como novos parceiros das mães, que frequentemente rejeitavam a presença das filhas em casa. Também havia relatos de jovens que, após demonstrarem comportamentos considerados problemáticos, foram enviadas ao acolhimento como uma medida definitiva, sem que houvesse tentativas reais de reintegração ao ambiente familiar.

As relações familiares de acordo com Sarti (1999), são essenciais para o desenvolvimento emocional e social dos membros da família principalmente os filhos, oferecendo suporte afetivo e referências que moldam sua identidade. No entanto, as histórias das jovens acolhidas revelaram trajetórias marcadas por rejeição, abandono e fragilidade nos vínculos parentais. No entanto, para Sarti (1999), os conflitos familiares podem impactar significativamente a construção subjetiva dos jovens, dificultando seu desenvolvimento saudável, mas sem necessariamente determinar suas trajetórias de forma irreversível.

A ausência de uma rede de apoio familiar sólida criava um ambiente de instabilidade, no qual as jovens precisavam lidar com sentimentos de desamparo e deslocamento. O acolhimento institucional surgia, muitas vezes, como alternativa à desestruturação familiar, assumindo funções tradicionalmente atribuídas à família. Destaca Sarti (1999, p. 101), "um mau começo dificulta a vida adulta, mas não impede o crescimento, se novas possibilidades se abrirem no caminho". Essa perspectiva sugeria que, apesar dos desafios enfrentados, havia espaço para a reconstrução de vínculos e para a criação de novas oportunidades, seja por meio da escola, do acolhimento institucional ou de outras redes de suporte social.

No mundo contemporâneo, a responsabilidade pela formação das crianças e adolescentes não recaía exclusivamente sobre a família, mas era compartilhada com instituições públicas e sociais. No contexto das jovens acolhidas, essa ampliação do papel institucional era um fator determinante, uma vez que muitas dessas jovens encontravam no acolhimento um espaço que, apesar das limitações, poderia oferecer algum tipo de suporte emocional e estrutural. Como aponta Sarti (1999), o desenvolvimento dos jovens está em constante atualização, dependendo das oportunidades que se apresentam ao longo de suas trajetórias. Dessa forma, compreender a rejeição familiar não apenas como uma ruptura definitiva, mas como um processo que pode ser ressignificado.

3.2.5 – Negligência Familiar e Suas Implicações na Trajetórias das Jovens Acolhidas

A negligência familiar deve ser analisada em uma perspectiva mais ampla, que não se limita apenas à ausência de cuidados básicos, mas também envolve a fragilidade dos laços afetivos e a ruptura das responsabilidades parentais. Esse fenômeno não pode ser dissociado das condições socioeconômicas, mas vai além delas, refletindo a forma como as famílias experienciam e lidam com a vulnerabilidade social. Para Sarti (1994), a negligência não se resume à falta de recursos materiais, mas está relacionada à dificuldade em estabelecer e manter relações de cuidado e proteção.

Essa negligência manifestava-se de diferentes formas, desde a ausência de acompanhamento escolar e supervisão diária até a exposição das jovens a contextos de violência doméstica, abuso sexual e aliciamento pelo tráfico de drogas. Muitas dessas situações ocorreram pela naturalização de dinâmicas de abandono e desproteção. Assim, segundo Sarti (1994) a negligência não pode ser vista apenas como um desvio individual de conduta parental, mas também como um fenômeno estrutural.

Além disso, a negligência pode ser compreendida como um fenômeno intergeracional, pois muitas das mães dessas jovens também cresceram em contextos de negligência familiar, sem acesso a recursos que possibilitassem uma estrutura familiar estável. Souza (2009) argumenta que a reprodução da pobreza no Brasil está diretamente ligada à ausência de oportunidades e ao desamparo das classes sociais mais baixas, consolidando um ciclo de privação que impacta diretamente a infância e a adolescência.

Acrescenta Acosta e Vitale (2008), em uma análise multidimensional sobre as transformações nas configurações familiares e sua relação com as políticas públicas no Brasil. É explorado pelas autoras como as famílias, em suas múltiplas formas e dinâmicas, atuam como redes de apoio e enfrentam desafios impostos por contextos de vulnerabilidade socioeconômica e exclusão social.

> Falar em família neste começo do século XXI, no Brasil, como alhures, implica a referência a mudanças e a padrões difusos de relacionamentos. Com seus laços esgarçados, torna-se cada vez mais difícil definir os contornos que a delimitam. Vivemos uma época como nenhuma outra, em que a mais naturalizada de todas as esferas sociais, a família, além de sofrer importantes abalos internos tem sido alvo de marcantes interferências externas. (Acosta; Vitale, 2008, p. 31).

Também é destacado por Acosta e Vitale (2008), a diversidade das estruturas familiares, questionando modelos tradicionais que centralizam a figura do pai como provedor, algo que no mundo contemporâneo cada vez mais a figura do pai é inserta. “Embora a família continue sendo objeto de profundas idealizações, a realidade das mudanças em curso abala de tal maneira o modelo idealizado que se torna difícil sustentar a ideia de um modelo ‘adequado’” (Acosta; Vitale, 2008, p. 35). Para as autoras é importante compreender as tenções nas redes familiares como espaços de trocas materiais e simbólicas, nos quais os laços de afeto coexistem com tensões e desigualdades.

> Não se sabe mais, de antemão, o que é adequado ou inadequado relativamente à família. No que se refere às relações conjugais, quem são os parceiros? Que família criaram? Como delimitar a família se as relações entre pais e filhos cada vez menos se resumem ao núcleo conjugal? Como se dão as relações entre irmãos, filhos de casamentos, divórcios, recasamentos de casais em situações tão diferenciadas? Enfim, a família contemporânea comporta uma enorme elasticidade (Acosta; Vitale, 2008, p. 35).

Além disso, é questionado como as políticas públicas muitas vezes reforçam estigmas e reproduzem desigualdades ao tratar famílias pobres de forma homogênea, sem considerar suas especificidades e necessidades particulares.

> (...) O ECA dessacraliza a família a ponto de introduzir a ideia da necessidade de se proteger legalmente qualquer criança contra seus próprios familiares, ao mesmo tempo em que reitera "a convivência familiar" como um "direito" básico dessa criança. É importante destacar esse aspecto por contribuir para a "desidealização" do mundo familiar, ainda que se saiba que esse recurso legal é frequentemente utilizado para estigmatizar as famílias pobres, definidas como desestruturadas, "incapazes de dar continência a seus filhos", sem a devida consideração do lugar dos filhos no universo simbólico dessas famílias pobres (Acosta; Vitale, 2008, p. 35).

Reforça Acosta e Vitale (2008), as relações entre famílias e instituições públicas, como escolas, abrigos e programas de assistência social. Argumenta Acosta e Vitale (2008), que tais interações revelam tanto o potencial transformador quanto os limites das políticas públicas na redução das desigualdades sociais e no fortalecimento das redes familiares. "As mudanças familiares têm, assim, sentidos diversos para os diferentes segmentos sociais, e seu impacto incide de formas distintas sobre eles, porque o acesso a recursos é desigual numa sociedade de classes" (Acosta; Vitale, 2008, p. 36). Além disso, podemos refletir sobre como o acolhimento institucional interagia com essas redes, seja reforçando a exclusão ou atuando como uma ponte para a reconstrução de laços familiares e sociais.

3.2.6 – Vulnerabilidade: entre a instabilidade e a ausência de proteção

A vulnerabilidade se manifestava, sobretudo, na ausência de estabilidade e segurança emocional, sendo um fator determinante na trajetória das jovens acolhidas. "A vulnerabilidade social não se reduz apenas a carências econômicas, mas resulta da fragilização das redes de proteção e da perda de referências institucionais que garantem a inserção e a estabilidade dos indivíduos na sociedade" (Castel, 1998, p. 17), ou seja, se estendiam à falta de afeto, cuidado, vínculos significativos, acesso à educação e suporte familiar. A lacuna de relações consistentes e protetivas que possibilitassem a construção de referências seguras e de um senso de pertencimento.

Diante desse contexto, tornou-se essencial refletir sobre a importância da construção de laços afetivos e da criação de um ambiente institucional que possam ir além do caráter disciplinar, promovendo interações mais estáveis entre as jovens e os profissionais que as acompanhavam. Além disso, a convivência entre pares poderia ser um fator crucial na busca por pertencimento, desde que mediada por relações de respeito e apoio mútuo. Dessa forma, pensar a vulnerabilidade dessas jovens implicava compreender não apenas suas dificuldades individuais, mas também os limites e desafios da institucionalização.

A vulnerabilidade social, de acordo com Castel (1998) está associada a um processo de "desfiliação", no qual os indivíduos perdem progressivamente suas conexões com redes de proteção e pertencimento, ficando em uma condição de instabilidade e incerteza quanto ao futuro. "A desfiliação não significa uma exclusão total e definitiva, mas um processo progressivo de enfraquecimento dos laços sociais, no qual os indivíduos perdem as referências que lhes garantiam alguma estabilidade e pertencimento" (Castel, 1998, p. 16). Esse conceito permitiu compreender a vida dessas jovens, uma vez que suas histórias revelavam um percurso de rompimentos sucessivos, tanto com a família quanto com a escola e outros espaços de sociabilidade.

As entrevistas indicaram que muitas dessas jovens enfrentaram, desde a infância, situações de negligência, abandono e violência, elementos que reforçavam sua condição de vulnerabilidade, tornando difícil a construção de um sentimento de pertencimento a uma rede de apoio estável. Embora o acolhimento institucional tinha como princípio oferecer proteção e suporte, sua estrutura, por vezes, reforçava essa fragilidade, pois a convivência ocorria em um ambiente onde as relações são transitórias, instáveis e marcadas por uma lógica disciplinar. Além disso, a ausência de um planejamento efetivo para o futuro dessas jovens, sobretudo no que se refere à autonomia financeira e à construção de laços sociais duradouros, poderia levar à perpetuação desse estado de vulnerabilidade mesmo após deixarem a instituição.

Paugam (2003) sugere que a desfiliação ocorre gradualmente e pode se intensificar à medida que os indivíduos perdem referências estáveis, seja no âmbito familiar, educacional ou profissional. No caso das jovens, essa ausência de estabilidade se manifestava tanto nas dificuldades de inserção escolar quanto nas limitações para a construção de projetos de vida. O afastamento do convívio familiar, aliado à estigmatização social enfrentada dentro e fora da instituição, contribuía para um sentimento de isolamento que poderia dificultar sua reinserção social.

A vulnerabilidade social pode ser analisada para Zygmunt Bauman (1998) sobre a perspectiva da modernidade líquida, que se caracteriza pela fluidez das relações e pela ausência de estabilidade nas estruturas sociais. Esse cenário acentua a precarização da vida dos grupos marginalizados, intensificando as desigualdades. No contexto das jovens acolhidas, essa vulnerabilidade não se expressava apenas na fragilidade dos laços familiares, mas também na ausência de garantias de um futuro estável, tanto no âmbito da educação quanto na inserção social e econômica.

Bauman (1998) destaca que a fragmentação social e a individualização dificultam a construção de vínculos duradouros, tornando os indivíduos mais suscetíveis à exclusão e ao

abandono. “Testemunhamos hoje uma gradual, mas aparentemente inexorável, desintegração (ou, ao menos, considerável enfraquecimento) do outrora sacrossanto e imperturbável ninho familiar” (Bauman, 1998, p. 183).

Além disso, Bauman (1998) aponta o conceito de “medo social”, que pode ser aplicado à forma como a sociedade percebe e trata essas jovens. Muitas vezes, elas são vistas como uma ameaça à ordem social e institucional, sendo alvo de estigmatização e discriminação. “A ‘questão social’ cuja resposta eles procuravam sendo a questão da ‘poluição’, da obstinada presença de pessoas que ‘não se ajustavam’, que estavam ‘fora do lugar’, que ‘estragavam o quadro’” (Bauman, 1998, p. 13).

Essa visão contribuía para a “invisibilização” das dificuldades enfrentadas por essas jovens e para a manutenção de um sistema que, ao invés de oferecer suporte efetivo, acaba por reproduzir a exclusão.

3.2.7 – Condições Socioeconômicas e o Caminho para o Acolhimento

As entrevistas revelaram que todas as jovens residentes na Casa de Acolhimento eram provenientes de famílias em situação de pobreza. Além disso, foi possível identificar que todas as famílias acompanhadas recebiam algum tipo de auxílio governamental, como o bolsa família e o auxílio-moradia. O acesso a esses benefícios ocorria por meio de um processo de triagem, no qual foram constatadas as dificuldades socioeconômicas das famílias, possibilitando sua inclusão nos programas de assistência social.

É importante salientar a relação direta entre a condição socioeconômica e o processo de institucionalização de crianças e jovens na cidade. Para tanto, a condição da renda familiar foi levada em consideração, pois foi visto que as famílias eram dependentes de trabalhos informais. Além disso, residiam em bairros periféricos, que poderiam ter algum tipo de associação com o tráfico de drogas e à violência.

Ao longo das entrevistas, as jovens relataram um cotidiano marcado por longos períodos fora de casa, com pouca ou nenhuma supervisão familiar. Essa dinâmica, segundo elas, frequentemente envolvia o contato com namorados envolvidos no tráfico de drogas, o que contribuía para seu afastamento do ambiente escolar e prejudicava a rotina de estudos. Além disso, as documentações analisadas indicaram que a evasão escolar, aliada à vulnerabilidade socioeconômica e à ausência de acompanhamento familiar, estavam entre os principais fatores que levaram ao encaminhamento para o acolhimento institucional. Os relatos também evidenciaram como a falta de estrutura e controle familiar deixou as jovens expostas a situações de risco.

> (J) Aí tia eu fazia muita bagunça, não respeitava a minha avó. Fazia muita bagunça. Há tia, não respeitava ela, saia e não tinha hora pra voltar.
>
> (J) - (...) aí, minha mãe... minha mãe por causa de eu viver na rua, hum... eu achava ruim que ela reclamava da hora de entrar pra dentro. É por isso que ela botou a gente aqui.

Para refletir sobre essas dinâmicas, Fonseca (1999), discute como o abandono infantil no Brasil está frequentemente atrelado a fatores estruturais, como a pobreza e a instabilidade familiar, mas também a concepções culturais sobre cuidado e responsabilidade parental. Fonseca aponta que, muitas vezes, a decisão de afastar um filho do convívio familiar ocorre não por falta de afeto, mas pela ausência de condições materiais para prover sua subsistência. Dessa forma, a institucionalização pode ser vista, em certos contextos, como uma estratégia adotada por famílias em situação de extrema precariedade.

Levando as analises a Bourdieu (2002), ao abordar a reprodução das desigualdades sociais e a falta de acesso ao capital econômico, social e cultural, que impacta diretamente nas oportunidades dessas jovens. Muitas das entrevistadas relataram que suas famílias estavam inseridas em contextos de exclusão social, sendo marginalizadas tanto por outros familiares, devido à falta de responsabilidade e controle sobre as jovens, quanto por vizinhos, o que, em diversos momentos, resultou em denúncias ao Conselho Tutelar.

> (J) – Era bom tia, eu vivia na rua, Ai tia, eu ia para rua e não tinha hora para voltar, era tão bom. Aqui, agora, eu tenho hora para dormir, tenho hora para acordar. Essas horas eu queria estar na minha casa. Eu gostava mais tia. Ai, eu vivia na rua, com minhas amigas e amigos.

3.2.8 – Estratificação Social

A estratificação social pode ser compreendida como a forma pela qual a sociedade organiza hierarquicamente seus indivíduos, distribuindo recursos, oportunidades e prestígio de maneira desigual. No caso das jovens acolhidas, essa estrutura social desigual se refletia diretamente em suas trajetórias, influenciando desde as condições de vida antes do acolhimento até as perspectivas de futuro após a saída da instituição.

A condição de pobreza dessas jovens não podia ser dissociada da lógica capitalista de concentração de renda e exclusão social. Marx (2013) argumenta que a dinâmica mantém a classe trabalhadora em uma posição de subordinação, impossibilitando sua ascensão social e perpetuando a dependência das camadas mais baixas em relação ao Estado e às instituições de controle social.

Dessa forma, a institucionalização das jovens acolhidas não devia ser analisada isoladamente, mas sim inserida em um panorama mais amplo de desigualdade social e estratificação. A ausência de suporte familiar e econômico, o acesso precário à educação e a

marginalização dessas jovens dentro da sociedade seriam reflexos diretos de uma estrutura de classes que restringia suas possibilidades de escolha e desenvolvimento.

A precarização das condições de vida, a ausência de recursos básicos e a dependência de auxílios governamentais evidenciavam como a pobreza não era apenas uma questão econômica, mas um marcador estrutural que restringia as possibilidades de ascensão e reforça processos de exclusão. Nesse contexto, Jessé Souza (2009) discute o conceito de "ralé estrutural", referindo-se a um grupo social que, desde a infância, é condenado à marginalização devido à falta de acesso a capital econômico, social e cultural.

> Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de "indivíduos" carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real. (Souza, 2009, p. 21).

A inserção dessas jovens no acolhimento institucional poderia ser compreendida como parte desse sistema de exclusão que naturaliza a desigualdade e desumaniza determinados grupos sociais. Como enfatiza Souza (2009), a falta de acesso à educação de qualidade e a ausência de redes de apoio impossibilitam a mobilidade social desses indivíduos, reforçando o ciclo de marginalização. "Na verdade, tudo na realidade social é feito para que se esconda o principal: a produção de indivíduos diferencialmente aparelhados para a competição social desde seu 'nascimento'" (Souza, 2009, p. 22).

3.3 – DINÂMICAS DE CONFLITO E DE CONFLITO E RISCO

3.3.1 – Controle Materno e Conflitos na Autonomia Juvenil

Durante as entrevistas, percebi que, em diversos momentos, o controle materno foi apontado pelas jovens como excessivo, ocasionando insatisfação e resistência. Muitas relataram sentir "raiva" por não poder sair quando e para onde desejavam, evidenciando uma dificuldade em compreender as razões desse controle. O estabelecimento de horários e a imposição de restrições quanto a locais e companhias consideradas inadequadas pelas mães foram apontados como fatores de conflito recorrente dentro da dinâmica familiar.

Essa insatisfação das jovens em relação às limitações impostas refletia um embate entre diferentes expectativas geracionais. Os relatos das entrevistadas indicaram que, em muitos casos, esse controle não era apenas uma forma de proteção, mas também um meio de dominação, evidenciando relações de poder dentro da estrutura familiar. Foucault (2014)

discute como as práticas disciplinares moldam os sujeitos, destacando que a imposição de regras e restrições pode gerar tanto conformidade quanto resistência. Para o autor a disciplina passou a ser o foco central para alcançar a reabilitação, através do 'poder disciplinar', caracterizado por práticas que regulam o comportamento de indivíduos em instituições como escolas, prisões e fábricas seguem essa prática, disciplinadora.

Para tanto, as jovens resistiam a tais controles, pois, segundo elas, dentro de suas casas deveria haver mais flexibilidade e menos rigidez. No caso das jovens entrevistadas, essa resistência se manifestava na recusa em obedecer às normas impostas, levando a confrontos diretos com suas mães e, em alguns casos, até à decisão de fugir de casa.

Nesse sentido, o controle materno poderia ser entendido como uma forma de regulação da conduta, visando à proteção das jovens, mas que, para elas, era percebido como uma imposição que restringia sua autonomia.

Além disso, a noção de disciplina e controle dentro da família estava diretamente relacionada ao papel social atribuído às mães, frequentemente encarregadas de impor limites e garantir a segurança dos filhos. Bourdieu (2002) argumenta que a família opera como um espaço de reprodução de normas e valores sociais, onde as relações de autoridade e poder influenciam diretamente na formação das subjetividades. Nesse contexto, o embate entre mães e filhas poderia ser interpretado como parte de um processo mais amplo de construção da autonomia juvenil, em que as jovens buscavam maior independência, enquanto as mães tentavam protegê-las de riscos sociais.

A análise dos depoimentos demonstrou que o controle materno, quando percebido como excessivo ou arbitrário, poderia fragilizar os vínculos familiares e intensificar os conflitos. Enquanto algumas jovens relataram desejar mais liberdade para tomar decisões sobre sua vida, outras indicaram que o excesso de restrições as levou a se afastar de suas famílias e buscar alternativas externas, através de fugas para lugares incertos na companhia de pessoas também incertas.

3.3.2 – Comportamento Autodestrutivo: expressões de sofrimento e risco entre as jovens acolhidas

A análise das entrevistas revelou que muitas jovens acolhidas apresentavam comportamentos autodestrutivos que se manifestavam de diversas formas, como se cortarem superficialmente sua pele com qualquer coisa cortante. Reflexo de suas experiências anteriores ao acolhimento quanto as dificuldades vivenciadas dentro da instituição. A automutilação surgia como um dos sinais mais visíveis desse sofrimento, relatado por várias jovens como uma

maneira de lidar com a dor emocional, a sensação de abandono e as incertezas em relação ao futuro.

Além da automutilação, outro aspecto recorrente nos relatos das jovens era a negligência em relação ao próprio corpo. Muitas mencionaram que, antes do acolhimento, passavam longos períodos fora de casa, sem qualquer supervisão familiar, colocando-se em risco ao frequentar locais perigosos e se envolver com pessoas, dito por elas serem amigos ou namorados ligados ao tráfico de drogas. O envolvimento com essas pessoas não facilitou apenas a evasão escolar, mas também aumentou a exposição a situações de violência, brigas e conflitos dentro e fora da escola.

> (...) como nossa experiência de campo revelaram que a primeira causa de ida para a rua, por parte das crianças e adolescentes, é a miséria e absoluta falta de condições familiares para sua subsistência; e a segunda, que constitui o tópico seguinte de nossa reflexão, são os conflitos familiares. Nas ruas, eles convivem com ameaças a sua vida, indução ao crime, maus tratos praticados por policiais ou por outros, sendo explorados por comerciantes, seguranças, além de serem estigmatizados como "futuros bandidos" (Minayo, 2001, p. 94).

Outro ponto era a ausência de proteção nas relações sexuais. Muitas jovens relataram que, antes do acolhimento, não recebiam qualquer orientação e consequentemente não se protegiam, o que resultava em relações desprotegidas e, em alguns casos, em doenças sexualmente transmitidas e gestações precoces.

As dinâmicas de exclusão e marginalização podem ser compreendidas a partir da teoria do desvio de Howard Becker (2008). O autor argumenta que o desvio não é uma característica inerente ao indivíduo, mas sim um rótulo atribuído por grupos que detêm poder para definir normas e categorizar determinadas condutas como desviantes.

"Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamentos a ela apropriados, especificando algumas ações como 'certas' e proibindo outras como 'erradas'" (Becker, 2008, p. 15).

Muitos de seus comportamentos – como automutilação, evasão escolar, envolvimento com o tráfico e negligência com o próprio corpo – passavam a ser vistos como expressões de desvio e rebeldia. Essa perspectiva muitas vezes desconsiderava o contexto de vulnerabilidade e sofrimento que permeava suas trajetórias. O conceito de "carreira desviante" de Becker pode ser útil para compreender como essas jovens, ao longo de suas experiências institucionais, foram sendo progressivamente classificadas como problemáticas e, em alguns casos, acabavam por incorporar essa identidade. "O grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete e de quem se sente prejudicado por ele. Regras tendem a ser

aplicadas mais a algumas pessoas que a outras." (Becker, 2008, p. 25). Esse processo dificultava sua reinserção social e escolar, pois muitas vezes as próprias jovens internalizavam os rótulos que lhes eram impostos.

Além disso, os comportamentos autodestrutivos observados entre as jovens podiam ser vistos como respostas ao ambiente de controle e restrição em que viviam. De acordo com Becker, o desvio é frequentemente uma reação à imposição de normas rígidas e à falta de alternativas legítimas para a expressão da identidade. A automutilação, os conflitos internos e a resistência às regras institucionais podem ser compreendidas como tentativas de lidar com experiências de dor, rejeição e desamparo.

Assim, ao invés de serem tratadas apenas como transgressoras, era fundamental compreender as dimensões subjetivas e estruturais que moldavam o comportamento dessas jovens. A naturalização da marginalização dessas jovens no acolhimento institucional, na escola e a sociedade contribuíam para a reprodução de estigmas.

3.3.3 – Envolvimento com o Tráfico: trajetória marcada pelo risco e exclusão

O envolvimento com o tráfico de drogas apareceu nas entrevistas como fator recorrente na trajetória de várias jovens acolhidas. Em grande parte, essa inserção ocorria de maneira indireta, através de relações afetivas e de amizade com integrantes do tráfico, estabelecidas principalmente nas redondezas dos bairros de origem. A dinâmica das fugas frequentes de casa e da escola contribuía para esse contato, tornando-se um canal de aproximação com o mundo do crime. As jovens relataram que, em um primeiro momento, essa convivência era marcada pelo consumo de drogas, sendo comum o oferecimento de substâncias por parte dos namorados ou amigos envolvidos com o tráfico.

> (J) – Porque, eu meio que briguei com o meu ex-namorado, e ele é gerente de uma boca. Aí foi que... eu vim parar aqui dentro. (...) Aí, minha mãe... minha mãe por causa de eu viver na rua, hum... eu achava ruim que ela reclamava da hora de entrar pra dentro. É por isso que ela botou a gente aqui.

> (J) – Era um lixo, tia. Era um lixo. Eu fazia muita coisa de errado também. Uma parte eu acho que minha mãe, tá ligada, é certa, porque ela falava as coisas para meu bem. Mas outro lado eu tô também tô errada porque eu traficava, eu bati nos outros, andava com gente errada, eu fumava, droga, eu não quero isso pra minha vida, mas não. Quero parar com isso. Quero voltar meus estudos, trabalhar, ser dependente do meu próprio dinheiro, sem poder ninguém me criticar, justificar por nada.

Com o tempo, essa relação podia evoluir para uma participação ativa nas atividades criminosas. Algumas jovens passavam a exercer funções dentro da estrutura do tráfico, como transportar pequenas quantidades de drogas, repassar mensagens ou vigiar a movimentação policial. Outras acabavam participando de furtos e delitos considerados de menor gravidade

pela polícia, mas que evidenciavam um vínculo crescente com esse contexto. No entanto, essa proximidade também as expôs a situações de alto risco, como brigas territoriais e ameaças de morte, tanto contra elas quanto contra familiares que tentavam impedir essas relações. O envolvimento com o tráfico fragilizava mais suas trajetórias, também contribuía para um ciclo de vulnerabilidade, violência, risco de vida e instabilidade.

A inserção de jovens em redes criminosas é frequentemente associada a fatores estruturais, como vulnerabilidade social e ausência de suporte familiar. No entanto, conforme apontam Sento-Sé e Coelho (2014), não há uma linearidade causal entre pobreza, desestruturação familiar e criminalidade. Ao analisar os diferentes contextos de jovens em situação de vulnerabilidade, os autores demonstraram que a inserção no tráfico de drogas e outras práticas ilícitas ocorria por meio de relações sociais estabelecidas nos espaços que frequentavam, como a escola e a própria comunidade.

> Se cabe ao poder público e demais instâncias competentes "disputar" adolescentes e jovens com o crime, estamos autorizados a supor que a entrada implica graus de comprometimento e integração que devem ser evitados e/ou cortados de modo contundente e definitivo (Sento-Sé; Coelho, 2014, p. 342).

Por isso, compreender o envolvimento dessas jovens com o tráfico exigia uma análise que fosse além da categorização simplista de "família desestruturada" e considere os diferentes fatores que influenciaram essas trajetórias. Como ressaltam Sento-Sé e Coelho (2014), as experiências juvenis são complexas e não seguem um percurso fixo, sendo essencial adotar políticas públicas que levem em conta as especificidades desse grupo e ofereçam alternativas reais de inclusão.

3.4 – INTERVENÇÃO E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

3.4.1 – Intervenção: atuação do Conselho Tutelar na proteção de crianças e adolescentes

A intervenção do Conselho Tutelar nas famílias das jovens acolhidas tinha como base o cumprimento das diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), garantindo a proteção daqueles que se encontravam em situação de risco. Essa atuação ocorria em diferentes contextos, podendo incluir negligência familiar, violência doméstica, abandono, evasão escolar e envolvimento em situações de vulnerabilidade social, como o tráfico de drogas e criminalidade.

O Conselho Tutelar desempenhava o papel de identificar, monitorar e encaminhar casos para os serviços de assistência social, de modo a oferecer suporte tanto às jovens quanto às suas famílias. A intervenção podia se dar por meio de visitas domiciliares, encaminhamento para

programas sociais, suporte psicológico e acompanhamento contínuo da dinâmica familiar. Em alguns casos, quando as tentativas de reintegração familiar se mostravam inviáveis ou representavam risco para a integridade das jovens, a institucionalização em uma Casa de Acolhimento se tornava necessária como medida protetiva.

A atuação do Conselho Tutelar está fundamentada na garantia dos direitos das crianças e adolescentes, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). No entanto, conforme discutido por Fonseca e Cardarello (1999), a institucionalização de crianças e jovens tende a ser justificada pela vulnerabilidade socioeconômica, muitas vezes ignorando os fatores estruturais que levavam a essas situações.

As autoras apontam que, apesar das boas intenções da legislação, sua aplicação pode resultar em contradições e efeitos inesperados, reforçando um ciclo de exclusão social. O acolhimento institucional, que deveria ser uma medida excepcional e provisória, muitas vezes se prolonga por tempo indeterminado, funcionando mais como um mecanismo de contenção do que como uma estratégia efetiva de reintegração social. Para Fonseca e Cardarello (1999, p. 116), a multiplicação de categorias assistenciais pode servir mais para excluir do que incluir, erguendo barreiras simbólicas que dificultam a verdadeira inserção dessas jovens na sociedade.

No contexto do acolhimento, a atuação do Conselho Tutelar se dava por meio de encaminhamentos, acompanhamentos familiares e articulação com a rede de proteção social. Contudo, as próprias jovens acolhidas e suas famílias frequentemente percebiam essa intervenção como punitiva, reforçando um sentimento de impotência e afastamento. Além disso, Fonseca e Cardarello (1999) destacam que a categorização dessas jovens como “menores em risco” ou “desprotegidas” contribui para a construção de uma identidade social que pode dificultar ainda mais sua transição para a vida adulta.

A análise das autoras evidencia a complexidade da institucionalização como política de proteção e reforça a necessidade de uma abordagem mais crítica e transformadora, que vá além do assistencialismo e promova mudanças estruturais.

3.4.2 – Acolhimento por Conduta: medidas protetivas e ausência de Instituição Socioeducativa para jovens mulheres

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, estabelece diretrizes para a proteção integral de crianças e adolescentes, garantindo seus direitos e promovendo medidas de amparo quando estão em situação de vulnerabilidade ou risco social. Dentro desse contexto, o acolhimento institucional era previsto como uma medida protetiva aplicada em

casos que a permanência no ambiente familiar se mostrava prejudicial ao desenvolvimento da criança ou adolescente menores de dezoito anos.

Entretanto, no município, a ausência de uma unidade feminina do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) levando à inserção de jovens do sexo feminino para as Casas de Acolhimento, mesmo quando envolvidas em delitos considerados leves, como furtos, pequenos atos infracionais e envolvimento com o tráfico de drogas. Essa realidade refletia um descompasso na finalidade das Casas de Acolhimento. As Casas de Acolhimento, por sua natureza, não teriam como principal finalidade o cumprimento de medidas socioeducativas, mas sim a proteção e assistência social de crianças e adolescentes afastadas de seus lares.

O acolhimento dessas jovens por conduta levantou reflexões sobre a ausência de políticas específicas para o atendimento desse público. Diferentemente dos jovens do sexo masculino, que eram direcionados ao sistema socioeducativo (DEGASE), as meninas eram inseridas em um ambiente institucional que não foi projetado para lidar com demandas disciplinares e que, muitas vezes, não tinha estratégias eficazes para a ressocialização de adolescentes em conflito com a lei. Essa lacuna na rede de atendimento social poderia gerar desafios tanto para as jovens acolhidas quanto para a equipe técnica responsável por sua supervisão e acompanhamento.

Dessa forma, observou-se que a intervenção do Conselho Tutelar e do Judiciário, ao encaminhar essas adolescentes para as Casas de Acolhimento, ocorria como uma alternativa diante da inexistência de outras instituições voltadas para a reabilitação dessas jovens. No entanto, era necessário questionar até que ponto esse encaminhamento atendia às necessidades específicas dessas adolescentes e se as Casas de Acolhimento eram espaços adequados para promover sua reinserção social.

3.4.3 – Acolhimento Emergencial: proteção imediata e as Diretrizes do ECA

O acolhimento emergencial de crianças e adolescentes é uma medida excepcional prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990. De acordo com o artigo 101, inciso VII, essa medida protetiva é aplicada quando há risco iminente à integridade física, psicológica ou social do menor, sendo necessária sua retirada imediata do ambiente familiar ou comunitário. O artigo 93 do ECA também estabelece que o acolhimento deve ser temporário e reavaliado periodicamente, buscando sempre a reintegração familiar ou, quando isso não for possível, encaminhamentos alternativos adequados.

No município da pesquisa, o acolhimento emergencial ocorria em diversas circunstâncias. Muitas jovens eram encaminhadas à Casa de Acolhimento sem que houvesse

uma decisão judicial prévia, principalmente em situações de risco imediato, como denúncias de violência doméstica, abuso sexual, negligência extrema ou ameaças diretas à vida dessas jovens. Nesses casos, a retirada do ambiente familiar era realizada pelo Conselho Tutelar e posteriormente regularizada por meio do Judiciário. A agilidade nessa intervenção buscava evitar que as jovens permanecessem expostas a situações de perigo enquanto os trâmites legais eram realizados.

Além das questões de proteção contra a violência, havia também acolhimentos emergenciais decorrentes da presença dessas adolescentes no município no momento da denúncia. Isso ocorria, quando uma jovem em situação de risco vinha de outra localidade e não havia responsáveis legais identificados para assumir sua guarda imediata. Nessas circunstâncias, a Casa de Acolhimento se tornava um espaço de acolhimento temporário até que se encontrassem alternativas seguras para seu encaminhamento definitivo para a cidade de origem.

Outro fator relevante era o acolhimento de adolescentes que, devido ao envolvimento com condutas infracionais, eram retiradas de seus lares para evitar represálias, especialmente em contextos de violência e criminalidade. Como a cidade não tinha uma unidade do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) feminino, muitas jovens acabavam sendo acolhidas provisoriamente na Casa de Acolhimento, mesmo que sua situação exigisse medidas socioeducativas específicas. Essa realidade evidenciava a falta de estrutura na rede de proteção, que muitas vezes não dispõe de espaços e equipe técnica adequados para atender a diversidade de situações que envolviam o acolhimento emergencial.

Dessa forma, o acolhimento emergencial, embora fundamental para garantir a proteção imediata das adolescentes, também apresentava desafios institucionais e jurídicos, pois a Casa de Acolhimento nem sempre era o local mais apropriado para determinados casos. A complexidade das trajetórias dessas jovens exigia uma articulação eficiente entre os órgãos de proteção, como o Conselho Tutelar, Ministério Público e o Judiciário.

3.5 – VIDA NO ACOLHIMENTO E CONSTRUÇÃO DE NOVAS PERSPECTIVAS

3.5.1 – A Rotina e os Desafios do Acolhimento Institucional

O cotidiano na Casa de Acolhimento seguia uma rotina estruturada, com regras e normas que buscavam garantir a segurança das jovens e o funcionamento adequado da instituição. No entanto, os relatos coletados durante as entrevistas e na observação no campo evidenciaram um cotidiano de conflitos, insatisfações e desafios na sociabilidade entre as acolhidas. Embora

muitas reconheciam a importância do acolhimento como um espaço de proteção, destacavam também as dificuldades impostas pela convivência obrigatória com outras jovens, o controle rígido da equipe técnica e a falta de atividades.

Entre os principais desafios relatados estavam a constante tensão na interação entre as jovens. Os conflitos ocorriam por diferentes motivos, desde desentendimentos cotidianos até situações mais graves de agressões físicas e psicológicas. Muitas delas se queixavam da falta de respeito mútuo e da ausência de um ambiente harmonioso dentro da instituição. Além disso, a falta de privacidade foi uma questão bastante pontuada, uma vez que as jovens compartilhavam os quartos e espaços comuns sem a possibilidade de momentos individuais, o que gerava incômodos e potenciais desentendimentos.

Outro ponto de insatisfação relatado era a rigidez das regras e a constante supervisão da equipe técnica, o que reforçava a sensação de controle absoluto sobre suas vidas. As jovens relataram que não havia margem para negociação ou diálogo em relação às normas, tornando o acolhimento uma experiência, por vezes, opressiva. Esse contexto contribuía para a busca de alternativas de fuga, como a evasão da instituição ou a adoção de comportamentos de resistência às regras estabelecidas.

A falta de atividades estruturadas para o lazer e para a construção de um projeto de vida também era uma queixa recorrente. Algumas entrevistadas afirmavam que passavam grande parte do tempo ociosas, sem oportunidades de aprendizado ou desenvolvimento de habilidades que pudessem prepará-las para o futuro. A ausência de estímulos para a educação e para a profissionalização impactava diretamente na perspectiva dessas jovens em relação ao futuro, uma vez que muitas não visualizavam alternativas concretas para além do acolhimento.

Esses relatos evidenciaram que, embora a Casa de Acolhimento tivesse a função de proteção e cuidado, o ambiente institucional também apresentava desafios que podiam afetar o bem-estar e a adaptação das jovens. A convivência forçada com outras acolhidas, a falta de atividades que promovessem autonomia e o controle excessivo reforçavam pontos negativos expostos nesta pesquisa.

> (J) – Gostar, não gosto muito não tia, más, (...), assim, não tem nada para fazer, eu e ela sentamos aqui às vezes, e conversamos, para distrair minha mente, porque as meninas lá dentro ficam botando coisa na minha cabeça, aí elas ficam botando coisa, aí tem hora que eu vou lá, caio na pilha delas, né, aí quero fugir, aí eu prefiro ficar aqui sentada conversando com ela, do que ficar lá ouvindo conversa fiada delas.
>
> (J) – Aí, tia cada um tinha que respeitar a outra, por causa de que nenhuma dela respeitam ninguém, umas meninas ficam passando a mão nos outros e eu não gosto disso, elas tinham que cada uma respeitar a outra. Ninguém respeita, né tia.
>
> (J) – Tia, eu acho a casa boa, mas só que tem as meninas nojenta e antipática, e ninguém respeita ninguém aqui. Ontem eu dentro do banheiro, tia, ontem a menina

> empurrou a porta pegou as roupas e deixou pelada dentro do banheiro, ela vai, me vendo tomar banho, ela vai... (não completou a fala).
>
> (J) – Ontem, eu tava dormindo, ali na minha cama né, a menina tava onde dormi (outra jovem), dormi em cima e a menina dormi em baixo, eu e minha boneca que ganhei ontem, ela começou a me bater com minha boneca, eu acordei, e vim cá pra cozinha, pra não arranjar confusão, entendeu, tudo começou por isso. Olha, eu mudaria o quarto e as cuidadoras da gente.

3.5.2 – Desejo da Maternidade: sonho ou realidade

O desejo da maternidade entre as jovens acolhidas revelou a vontade de ter estabilidade e pertencimento, contrastando com as experiências de abandono e negligência vividas em suas famílias de origem antes do acolhimento. Durante o trabalho de campo, esse desejo tornou-se evidente em uma dinâmica conduzida pelo psicólogo da instituição, na qual as jovens foram incentivadas a colar em um mural imagens que representassem seus sonhos para o futuro. O resultado dessa atividade revelou uma presença marcante de fotos de mulheres grávidas, sorridentes, ao lado de seus parceiros e filhos, simbolizando um ideal de família estruturada e feliz.

Esse cenário demonstrou que, mesmo tendo vivido em lares marcados pela fragilidade dos vínculos parentais, instabilidade afetiva e ausência de cuidados básicos, essas jovens almejavam constituir suas próprias famílias. Para muitas delas, a maternidade era vista como uma possibilidade de ressignificação de suas histórias, como uma forma de suprir a falta de afeto que vivenciaram e garantir aos seus futuros filhos o cuidado e o carinho que não receberam. Esse desejo podia ser interpretado como um projeto individual, mas também como uma tentativa de romper com o ciclo de abandono e vulnerabilidade que marcou suas trajetórias. No entanto, essa perspectiva também levantava questionamentos sobre os desafios que essas jovens poderiam enfrentar ao se tornarem mães, especialmente considerando os obstáculos socioeconômicos e emocionais que ainda precisavam superar.

Para muitas jovens mães em situação de vulnerabilidade, a maternidade é percebida como um sinal de esperança, funcionando como um mecanismo de ressignificação de suas trajetórias de abandono e violência. Segundo Santos e Motta (2014), a experiência da maternidade permite a essas jovens reconstruírem sua identidade, estabelecendo um vínculo afetivo significativo que muitas vezes não tiveram com suas próprias famílias de origem. Esse desejo materno, portanto, não pode ser reduzido apenas a uma questão biológica ou impulsiva, mas deve ser compreendido pelas lacunas emocionais e afetivas que essas jovens vivenciaram.

A dinâmica realizada pelo psicólogo da Casa de Acolhimento, na qual as jovens colaram imagens de famílias e gestantes sorridentes, ilustrou essa busca por pertencimento e

estabilidade. Como apontado por Santos e Motta (2014), muitas adolescentes enxergam na maternidade uma oportunidade de criar laços afetivos genuínos, nos quais possam exercer o papel de cuidadoras e receber o amor que lhes foi negado ao longo da vida. “Há espaços no mundo interno dessas jovens que precisam ser preenchidos; há vazios criados pelo mundo adulto e pela sociedade, que falha em dar continência às demandas e às necessidades dos indivíduos” (Santos e Motta, 2014, p. 518). No entanto, a o risco de que essas jovens reproduzam ciclos de abandono e negligência, caso não recebam suporte adequado.

A maternidade pode ser tanto um ponto de transformação quanto um fator de vulnerabilidade. A experiência relatada por jovens mães no abrigo estudado por Santos e Motta (2014) indicou que o desejo da maternidade poderia estar relacionado a tentativas inconscientes de preencher vazios emocionais e buscar segurança afetiva. Porém, sem o devido suporte, o desafio da parentalidade poderia tornar-se um peso insustentável. Assim, a discussão sobre o desejo da maternidade entre jovens acolhidas deve considerar as condições estruturais e emocionais que envolvem esse fenômeno, garantindo que esse desejo não se torne mais um fator de exclusão, dificuldades e reprodução de comportamentos.

3.5.3 – Desafios e Estigmas na Escolarização das Jovens

A escolarização das jovens acolhidas revelou uma série de desafios que impactavam diretamente seu desenvolvimento educacional e social. As dificuldades eram além do ensino-aprendizagem, abrangendo também questões de sociabilidade dentro da Escola Formal. De acordo com as entrevistas, muitas jovens enfrentavam a evasão escolar, a distorção idade-série e conflitos constantes com colegas e professores, dificultando sua permanência e o progresso educacional.

Além disso, os relatos das entrevistas indicaram que essas jovens experimentaram o sentimento de exclusão no ambiente escolar, intensificado pelo estigma de serem acolhidas. Quando era sabido que residiam em uma Casa de Acolhimento fazia com que fossem frequentemente alvo de discriminação, dificultando sua interação com os demais alunos. Esse estigma, somado às dificuldades prévias no processo educativo, reforçavam barreiras à continuidade dos estudos.

Diante desse cenário, foi essencial compreender como a estrutura escolar podia atuar tanto como um espaço de inclusão quanto de exclusão para essas jovens. O acompanhamento pedagógico, o suporte emocional e estratégias para minimizar a discriminação eram fundamentais para garantir que a escolarização ocorresse, mas que também cumprisse seu papel de promover oportunidades e não reduzir desigualdades.

> (J) – Eu quero estudar tia, porque lá eu não estudo, mas só que até agora ninguém me colocou na escola.

Adicionalmente, a questão das facções foi importante considerar, porque também fazia parte do cotidiano das jovens mulheres na Escola Formal, e pelos relatos pode ser identificados os impactos tanto na sociabilidade quanto no ensino-aprendizagem das jovens.

> (J) – Quando eu tô na escola, eu me sinto bem, tô desmaiando, mas, eu sei que um dia eu vou superar isso tudo, e vou conseguir seguir em frente, eu não posso desistir não.

> (J) – Os outros anos, é por cadê que assim... eu não perdi por causa de... um ano fiquei com esse negócio de facção e os outros dois anos eu perdi quando era pequena, (...).

> (J) – Muita bagunça, não prestava atenção nas aulas, bagunça na escola. Queria fazer supletivo, mas não posso, né, porque aqui... você sabe, não posso sair.

> (J) – Ah tia, tinha um negócio de facção também, por causa de que eu morava em um lugar que era um e lá só tinha gente que era de outra facção. Aí ficava implicando comigo mesmo assim, eu não dava ideia, por causa de que, eu não sou de facção, não sou da boca. Eu continuava na minha, eu quietinha, quando eles vinham falar comigo que eu falava com eles também.

> (J) – Já, quatro vezes. Por cadê que...eu perdi... o último ano que eu perdi foi de tanto ou matar aula. Os outros anos, é por cadê que assim... eu não perdi por causa de... um ano fiquei com esse negócio de facção e os outros dois anos eu perdi quando era pequena, não sabia nada direito, então eu perdi.

> (J) – É bom tia, mas só que, assim, lá está muito com o negócio de facção, eu não gosto disso, entendeu. Porque aqui não pode ter e aonde que eu moro tem a facção. Aí eles perguntam, aí eu não gosto de responder, vai que um deles tem relação a outra facção, aí eu tenho medo.

A experiência escolar das jovens acolhidas era atravessada por processos de exclusão e estigmatização que influenciavam sua socialização e permanência na escola formal. Como apontado por Elias e Scotson (2000), a divisão entre os “estabelecidos” e os “outsiders” estrutura relações de poder que determinam quem pertence ou não a determinados espaços sociais. No contexto escolar, as jovens institucionalizadas frequentemente ocupavam a posição de outsiders, sendo vistas como diferentes e distantes da norma social esperada para os alunos da Escola Formal.

Essa categorização, segundo Elias e Scotson (2000) como outsiders se manifesta de diferentes formas, desde olhares de reprovação até comentários depreciativos e isolamento por parte dos colegas. Além disso, a própria identidade social das jovens era construída a partir desse olhar externo, impactando suas percepções sobre si mesmas e seu lugar na escola. Segundo os autores, “superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social que o par estabelecido - outsiders ilumina exemplarmente: as relações de poder” (Elias & Scotson, 2000, p. 8).

Na prática, isso significava que as jovens do acolhimento enfrentavam dificuldades em estabelecer laços dentro da escola, pois carregavam o estigma da institucionalização. Esse estigma não apenas as afastava dos colegas, mas também influenciava o modo como os professores e a equipe da escola as percebiam e tratavam. A associação entre acolhimento e problemas comportamentais, dificuldades de aprendizagem ou desinteresse pelos estudos reforçavam barreiras que dificultavam sua inclusão e o ensino-aprendizagem.

Além disso, a posição de "outsiders" poderia levar à evasão escolar, uma vez que a experiência na escola não era apenas um espaço de aprendizagem, mas também de convívio social. Quando essas jovens percebiam que não eram aceitas e enfrentavam dificuldades constantes na interação com colegas e professores, muitas acabavam se afastando da escola.

Dessa forma, a teoria de Elias e Scotson (2000) permitiu compreender como as dinâmicas escolares reproduziam relações de poder e exclusão que afetavam diretamente as jovens institucionalizadas. Seu pertencimento ao acolhimento se tornava um marcador social que as diferenciavam e as colocavam em uma posição de desvantagem, impactando sua trajetória educacional e consequentemente as perspectivas de futuro.

3.5.4 – Sociabilidade: dinâmicas de interação no Acolhimento e na Escola Formal

A sociabilidade das jovens acolhidas era marcada por desafios e dinâmicas próprias da institucionalização. Dentro da Casa de Acolhimento, as interações ocorriam em um ambiente de convivência obrigatória, onde diferentes histórias de vida, traumas e personalidades se encontravam e, por vezes, entravam em conflito. Já na escola, as jovens enfrentavam a difícil tarefa de se inserir em um espaço onde sua condição de acolhidas muitas vezes gerava estigmatização e exclusão social.

Na Casa de Acolhimento, a sociabilidade era atravessada por relações de proximidade e tensão. Algumas jovens relataram a importância dos laços criados dentro da instituição, considerando suas companheiras como uma espécie de "família alternativa". No entanto, a convivência também era marcada por disputas e dificuldades de adaptação às regras do acolhimento. Conflitos frequentes, disputas por espaço e poder dentro do grupo, além da presença de rivalidades e brigas, eram aspectos que tornavam a sociabilidade nesse contexto um processo complexo. As relações entre as acolhidas eram influenciadas por suas trajetórias pregressas, pelos estigmas que carregavam e pela necessidade de se afirmarem em um ambiente onde a vulnerabilidade emocional era uma constante.

Na escola, os desafios da sociabilidade se manifestavam de outras formas. O estigma de serem acolhidas levavam muitas jovens a evitarem expor sua condição para os colegas.

Algumas relataram que preferiam por não utilizar o transporte institucional identificado para evitar que descobrissem onde moravam, porém não se aplicava, porque o transporte era obrigatório. Havia também relatos de discriminação por parte de alunos e até mesmo de profissionais da escola, o que reforçava a sensação de não pertencimento. Essa exclusão acabava por impactar diretamente no desempenho escolar e na motivação para frequentar as aulas, contribuindo para a evasão e para dificuldades de aprendizagem.

A experiência das jovens acolhidas pode ser analisada a partir da teoria da estruturação de Anthony Giddens (1991), que propõe uma interdependência entre "estrutura e agência". Segundo o autor, a estrutura representa as normas, valores e instituições que moldam a vida social, enquanto a agência corresponde à capacidade dos indivíduos de agir e transformar sua realidade. No contexto do acolhimento institucional, essa relação se manifestava na forma como as jovens lidavam com as normas impostas pela Casa de Acolhimento e a Escola Formal, ora se adequando, ora resistindo e desafiando tais regras.

Para Giddens (1991), a modernidade trouxe profundas mudanças nas relações sociais, intensificadas pela separação entre tempo e espaço, bem como pela reflexividade das instituições. Esse cenário fez com que as jovens acolhidas enfrentassem desafios na construção de suas identidades e relações sociais, uma vez que precisavam constantemente ressignificar suas experiências diante das normas institucionais e das interações com a equipe técnica, colegas de acolhimento e da escola.

"O dinamismo da modernidade deriva da 'separação do tempo e do espaço' e de sua recombinação em formas que permitem o 'zoneamento' tempo-espacial preciso da vida social (...)" (Giddens, 1991, p. 25).

No ambiente escolar, a influência da estrutura social se fez presente nas dificuldades de integração das jovens, muitas vezes marcadas por estigmas e exclusão. Giddens (1991) destaca que as estruturas sociais, embora pareçam limitadoras, também oferecem possibilidades de transformação. Isso significa que, apesar das barreiras, as jovens possuíam agência para redefinir suas trajetórias, seja por meio da educação, seja pela ressignificação de suas vivências dentro da Casa de Acolhimento.

A flexibilidade das identidades e das relações sociais na modernidade também é um ponto central na análise do autor. A vida das jovens acolhidas refletia essa fluidez, pois elas transitavam entre diferentes espaços – a instituição, a escola e, eventualmente, suas famílias de origem – lidando com normas e expectativas distintas em cada uma delas. Essa dinâmica poderia gerar conflitos internos e dificuldades na construção de pertencimento, uma vez que suas identidades eram constantemente questionadas e renegociadas.

> A questão aqui não é primordialmente a de que muitas características sociais que faziam parte anteriormente da vida cotidiana ou do "mundo da vida" foram retiradas e incorporadas a sistemas abstratos. Pelo contrário, o tecido e a forma da vida cotidiana foram remodelados em conjunto com outras grandes mudanças sociais (Giddens, 1991, p. 100).

Era perceptível as dificuldades na construção de relações sociais positivas. Muitas jovens carregavam marcas de rejeição familiar e de experiências traumáticas que afetavam sua maneira de se relacionar com os outros. A necessidade de se autoafirmarem emocionalmente fazia com que algumas adotassem posturas defensivas, evitando vínculos mais próximos, enquanto outras buscavam nas amizades dentro da instituição uma forma de suprir a carência afetiva. A sociabilidade, portanto, se tornava um elemento central para a compreensão das trajetórias dessas jovens, influenciando suas experiências no acolhimento e suas perspectivas em relação ao futuro. A forma como construíam (ou não) vínculos, a maneira como percebiam o mundo ao seu redor e a relação que estabelecia com a sociedade eram atravessadas por suas vivências institucionais e pelos desafios impostos pela condição de acolhidas.

Diante disso, nas análises das entrevistas foi constatado que o contexto familiar surgia como um elemento estruturante nas narrativas das jovens, revelando uma complexa e conflitante rede de relações marcadas por ausências, violência física, psíquica, abuso sexual, perda de controle perante as jovens, rupturas familiares e conflitos.

A equipe técnica da Casa de Acolhimento observou que o envolvimento das jovens com pessoas ligadas ao tráfico de drogas, seja por meio de amizades ou relacionamentos amorosos, teve impactos em suas vidas e em suas relações familiares. Segundo os relatos analisados, essa proximidade resultou, inicialmente, no afastamento progressivo da família, pois os familiares frequentemente desaprovavam essas relações. Esse distanciamento se manifestava por meio de mudanças comportamentais perceptíveis, como a rebeldia, a recusa em seguir regras estabelecidas dentro de casa e o desinteresse por atividades escolares.

Além disso, ao priorizarem esses vínculos, muitas jovens começaram a faltar às aulas e, com o tempo, abandonaram completamente os estudos. A evasão escolar, combinada com a ausência prolongada de suas casas e a falta de notícias sobre seu paradeiro, aumentava as tensões familiares e agravava a sensação de vulnerabilidade dessas jovens. Em muitos casos, o envolvimento com o tráfico também gerava conflitos dentro da comunidade, expondo não apenas as próprias jovens, mas também seus familiares a riscos e ameaças.

Esse cenário culminava, em diversas situações, na fuga definitiva de suas casas, deixando-as ainda mais suscetíveis à exploração e ao ciclo de violência presente nesse meio.

Esses fatores contribuíam para a exclusão social das jovens, tanto no ambiente familiar quanto no institucional e na Escola Formal, influenciando diretamente sua sociabilidade.

Como resultado disso, os papéis fugiam do convencional e "natural" (Bilac, 1998), referindo-se à "responsabilidade dos pais", uma vez que esse papel de socializar seus filhos ficava a cargo da família, referência que essas jovens não tinham.

> Com tais resultados, pode-se refutar uma certa concepção apriorística, extremamente normatizadora, que contrapunha à um modelo ideal de família, os agrupamentos familiares empiricamente observáveis, como se, quanto mais estes últimos se afastassem do modelo ideal, mais seriam expressões de processos de desorganização social e de crise da instituição familiar, a demandar a intervenção corretora do trabalho social (Bilac, 1998, p.3).

De acordo com Norbert Elias (1990), as atividades sociais construídas historicamente, incluindo a educação das crianças pela família e, durante o período escolar, pelo "mestre-escola", eram moldadas para reproduzir comportamentos realizados por outras pessoas de seu convívio. Ao mesmo tempo, era imposto que esses comportamentos reproduzidos fossem naturalizados (Elias, 1990, p.142). Algo distante para a realidade das jovens institucionalizadas, tendo em vista que o máximo de referências eram extraídas das regras da instituição e do convívio com outras jovens, além das vivências que traziam antes do acolhimento.

O controle exercido pela equipe técnica e as dinâmicas cotidianas entre as próprias acolhidas geravam tensões que afetavam a formação de vínculos e a construção de identidades, pela diversidade de contextos que as levavam ao acolhimento. Esse contexto se estendia ao ambiente escolar, onde as jovens enfrentavam estigmas, conflitos e dificuldades de adaptação tanto ao conteúdo das disciplinas quanto à sociabilidade, agravados por experiências de exclusão e pela distorção idade-série.

Bourdieu argumenta que as condições estruturais de pobreza e marginalização não apenas definem as trajetórias individuais, mas também moldam os mecanismos institucionais que perpetuam a exclusão, mesmo sob a justificativa de proteção e inclusão social. É importante destacar que Bourdieu (1998), na sua obra, identificou uma dinâmica de desigualdade semelhante. Ao investigar o sistema de ensino na França, o autor observou que, por mais que fosse amplamente divulgado que a escola seguia em um contexto de democratização e um processo de ensino para todos, na prática, esse processo permanecia restrito a determinados grupos. Bourdieu argumenta que o discurso de democratização ocultava um mecanismo sofisticado de reprodução das desigualdades sociais, sob uma fachada de igualdade de oportunidades. Sendo assim para Bourdieu o sistema educacional promovia uma legitimação social que mascarava a exclusão. Essa reprodução das hierarquias ocorria de maneira mais sutil, apresentando-se como um mérito individual enquanto reforçava, de fato, as posições de

privilégio dos grupos dominantes. A relação entre os grupos dentro da Escola Formal, mesmo sendo uma escola pública, refletia uma dinâmica de exclusão.

Ou seja, a condição de exclusão na Escola Formal estava relacionada a múltiplos fatores, entre eles o acolhimento institucional e as desigualdades sociais que marcavam a trajetória dessas jovens. Embora a vulnerabilidade socioeconômica não seja, por si só, determinante para o acolhimento, as jovens que residiam na Casa de Acolhimento compartilhavam um histórico de dificuldades familiares e sociais que impactavam diretamente sua vivência escolar. O estigma e a invisibilidade social eram reforçados tanto pela posição que ocupavam no campo social quanto pelas restrições impostas pela institucionalização, como a limitação da autonomia, a vigilância constante e a impossibilidade de circular livremente nos espaços externos.

Podemos dizer que a Casa de Acolhimento, enquanto espaço institucional, desempenhava um papel ambíguo nesse contexto. Porque por um lado, buscava oferecer proteção absoluta às jovens, afastando-as das condições negativas, que as levaram ao acolhimento enquanto residiam com suas famílias de origem. Por outro, funcionava como um mecanismo disciplinar que, segundo Bourdieu e Champagne, contribuía para a reprodução das desigualdades ao reforçar práticas normativas e padrões de comportamento que privilegiavam a manutenção do “status quo”.

> Se fracassarem, o que continua sendo o destino mais provável para eles, estarão destinados a uma exclusão sem dúvida mais estigmatizante e total que no passado: mais estigmatizante na medida em que tiveram, na aparência, "suas chances", e que a instituição escolar tende a definir cada vez mais, a identidade social; (...) (Bourdieu; Champagne, 1999, p. 483).

Esse paradoxo reflete a tensão entre cuidado e vigilância, característica das instituições disciplinares modernas. A abordagem de Bauman (1998) sobre a “fábrica de ordem” ajuda a compreender como as normas e estruturas institucionais moldavam as experiências dessas jovens, muitas vezes sem oferecer alternativas para romper com o ciclo de exclusão. O autor sugere que a sociedade tende a classificar e separar os indivíduos em categorias rígidas, dificultando a construção de trajetórias mais fluidas e menos predeterminadas para aqueles que já se encontram em condições de vulnerabilidade. “O estabelecimento da ordem, acima de tudo, relaciona-se à tarefa de generalizar, classificar, definir e separar categorias” (Bauman, 1998, p. 53).

Cabe ressaltar que o aspecto abordado por Bourdieu com o conceito de “capital social”, que se refere aos recursos advindos das redes de relações e conexões sociais. Com as jovens acolhidas, ocorria a ruptura dos vínculos familiares e sociais, o que limitava seu acesso a esse tipo de capital, enfraquecendo suas possibilidades de mobilidade social na Escola Formal e fora

dela. A inserção em espaços mais inclusivos, como bate-papos na saída da escola do lado de fora, os encontros com amigos em lanchonetes, eventos, entre outros, todos articulados na maioria na escola. Com isso a ausência de um suporte familiar estável e a institucionalização reforçavam a dependência dessas jovens das estruturas institucionais, como a Casa de Acolhimento e a Escola Formal, que muitas vezes não conseguiam preencher completamente as lacunas deixadas pela exclusão social.

Além disso, para compreender as dinâmicas de poder presentes na relação entre as jovens e as instituições, foi fundamental considerar os estigmas que marcavam suas trajetórias. A institucionalização e o abandono familiar as colocavam em uma posição de subordinação tanto dentro quanto fora da Casa de Acolhimento, gerando processos de exclusão e marginalização. No entanto, as narrativas das jovens revelaram a experiência desses estigmas, e também suas formas de resistência e contestação às imposições institucionais e sociais, sendo refletidas nas fugas e brigas, tanto na casa quanto na escola.

Podemos destacar o impacto negativo do estigma nas pessoas estigmatizadas na relação à "identidade social". De acordo com Erving Goffman (1978) as tenções são geradas a partir das preconcepções das pessoas ditas normais. "As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com 'outras pessoas' previstas sem atenção ou reflexão particular" (Goffman, 1978, p.12), com isso, podemos identificar o impacto do estigma na construção da identidade social do estigmatizado, ressaltando como os "atributos estigmatizados" interferem nas interações sociais e no reconhecimento dos indivíduos perante a sociedade.

Nesse contexto, o conceito de estigma, desenvolvido por Goffman (1978), é particularmente relevante para analisar as vivências das jovens acolhidas, que carregavam marcas sociais decorrentes do abandono familiar, da negligência e da marginalização. Esses estigmas se manifestavam de diversas formas: na maneira como eram percebidas dentro da escola, sendo frequentemente associadas a comportamentos problemáticos; na dificuldade de estabelecer vínculos com pessoas fora da Casa de Acolhimento, uma vez que eram vistas como "diferentes" ou "desajustadas"; e até na forma como enxergavam a si mesmas, internalizando a sensação de não pertencimento ou de serem indesejadas. "O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos" Goffman (1978, p. 13), ou seja, o estigma não está apenas na experiência individual, mas na forma como essas jovens eram rotuladas e tratadas no meio social.

> (...) as culpas de caráter individual, percebidas como vontade, fraca, paixões tirânicas, ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, tentativa de suicídio (...) (Goffman, 1978, p. 14).

No contexto da Casa de Acolhimento, o conceito de identidade social de Goffman (1978) ajudou a compreender como essas jovens eram percebidas e como percebiam a si mesmas diante das dinâmicas institucionais e sociais, eram "desacreditáveis". O estigma se tornou evidente quando sua condição de institucionalizadas se tornava conhecida, afetando sua forma de interação nos espaços que frequentavam. Como aponta Goffman (1978, p. 14), "(...) assume o estigmatizado que a sua característica distintiva (...) não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles". Dessa forma, as jovens podiam transitar entre diferentes espaços sociais sem que sua identidade institucionalizada fosse imediatamente reconhecida, mas quando essa informação era revelada, tornavam-se alvo de estigmatização. Diferente da "violência simbólica", em que o indivíduo muitas vezes naturaliza sua posição de subordinação (2001), no caso do estigma havia uma consciência sobre a identidade deteriorada, permitindo que as jovens, em alguns contextos, buscassem ocultá-la ou ressignifica-lá.

Argumenta Goffman (1978) que a "identidade social virtual" representa as expectativas e estereótipos atribuídos a um indivíduo, enquanto a "identidade social real" reflete o que a pessoa "realmente" é. Para as jovens acolhidas, a identidade social virtual estava frequentemente associada a estigmas relacionados à institucionalização, como a ideia de que são problemáticas, desviantes ou socialmente inadequadas. Esse rótulo gerava distanciamento, medo e isolamento, tanto na instituição de acolhimento quanto na Escola Formal, criando barreiras para a construção e o fortalecimento de vínculos sociais e afetivos.

Esse processo de estigmatização se manifestava de diferentes formas. Durante o trabalho de campo, foi possível observar como algumas funcionárias da Casa de Acolhimento reproduziam esse estigma ao me aconselhar que não sentasse nos mesmos bancos que as jovens, justificando que algumas delas tinham sífilis. Essa atitude evidenciava como o estigma ultrapassa a percepção externa da sociedade e se reproduz dentro da própria instituição, reforçando a exclusão das jovens não apenas no ambiente escolar, mas também no espaço que deveria oferecer acolhimento e proteção. Além da identidade institucionalizada, essas jovens enfrentavam também o estigma relacionado à saúde, dificultando ainda mais sua integração social.

> Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando seu defeito de descredito é muito grande – algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem – e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real (Goffman, 1978, p. 12).

Essa atribuição refletia o impacto do estigma na identidade social real das jovens, que era constantemente confrontada com os rótulos impostos pelo meio social. Conforme argumenta Goffman (1978), o indivíduo estigmatizado busca reconciliar as discrepâncias entre a identidade social virtual – construída a partir das expectativas e julgamentos externos – e a identidade social real, que corresponde à sua experiência e percepção de si mesmo. Esse processo pode gerar sentimentos de inadequação, vergonha e exclusão, dificultando a construção de uma autoimagem positiva. "A presença próxima de normais provavelmente reforçará a revisão entre auto-exigências e ego, mas na verdade o auto-ódio e a autodepreciação (...)" (Goffman, 1978, p. 17).

Outro aspecto destacado por Goffman (1978) é o papel das interações sociais na perpetuação ou moderação do estigma. No caso das jovens acolhidas, as relações dentro da Casa de Acolhimento e na Escolar Formal funcionavam como arenas de reafirmação ou contestação de suas identidades, gerando nelas constantes conflitos internos.

A convivência na casa, apesar de oferecer suporte, era marcada por regras rígidas e por conflitos recorrentes entre as acolhidas, o que dificultava a formação de vínculos afetivos seguros e gerava sentimentos de solidão e rejeição. Já no ambiente escolar, as jovens enfrentavam diversas formas de discriminação e exclusão. Algumas eram evitadas por colegas que sabiam de sua condição de acolhidas. Outras relatavam serem alvo de comentários pejorativos e boatos que as associavam à delinquência ou à promiscuidade, reforçando a marginalização. Além disso, às dificuldades de adaptação, resultava em evasão escolar e baixo rendimento.

Segundo Goffman há pessoas estigmatizadas que utilizam estratégias para lidar com as normativas impostas pela sociedade, exemplo, como esconder o estigma ou reinterpretá-lo de maneira positiva. "O indivíduo estigmatizado pode, também, tentar corrigir a sua condição de maneira indireta, dedicando um grande esforço individual (...)" (Goffman, 1978, p. 19). Nas entrevistas, foi observado que algumas jovens tentavam melhorar seus comportamentos ou buscava aceitação, enquanto outras resistiam às normas institucionais, porém sem ter em nenhum dos casos o livre arbítrio nas decisões relacionadas a elas, pois eram menores de dezoito anos e compulsoriamente teriam que seguir as regras impostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propus delinear estas considerações finais desta pesquisa de mestrado para além dos relatos dos percursos desta trajetória, e sim busquei refletir sobre as perspectivas alcançadas para chegarmos em hipóteses consolidadas ao longo do estudo. As conclusões aqui foram fundamentadas na análise de documentos, entrevistas e observações diretas no campo pesquisado. Ao iniciar a pesquisa com as jovens residentes da Casa de Acolhimento, estabeleci como objetivo principal analisar parte de suas vivências e compreender como é viver sob um regime institucional em tempo integral. Além disso, busquei explorar o processo de institucionalização como um todo, considerando que essas jovens transitam entre a Instituição de Acolhimento e a Escola Formal. Em alguns casos, foram mencionadas atividades como cursos profissionalizantes, com o intuito, segundo a equipe técnica, preparar estas jovens para o mercado de trabalho, mas essa dinâmica não era recorrente a todas as jovens. Mesmo as poucas que participam desses cursos são constantemente acompanhadas por mediadoras e dependem do transporte fornecido pela Casa, o que reforça o monitoramento constante e a ausência de autonomia em suas rotinas.

De acordo com o exposto pela Casa de Acolhimento, que as regras estabelecidas pela instituição teriam como objetivo garantir a segurança e proteção das jovens. Por exemplo, não era permitida a evasão ou o contato com pessoas não autorizadas, seguindo protocolos definidos pela equipe técnica. Contudo, essas normas, ao mesmo tempo que visavam a proteção, reforçavam a vigilância integral e limitavam a construção de autonomia por parte das acolhidas.

Durante os quatro meses de trabalho de campo, que incluíram visitas diárias e convivência próxima com as jovens e a equipe técnica, foi possível observar a intensidade e a diversidade dos acontecimentos diários. Entre eles, destacaram-se as frequentes brigas entre as jovens e as questões familiares que emergiram de suas histórias, estas jovens estão na Casa de Acolhimento, porque seus familiares as negligenciaram de alguma forma. Essas dinâmicas foram exploradas no capítulo dois, a partir dos históricos de acompanhamento registrados pelo Conselho Tutelar, e analisadas de forma mais aprofundada com base nas entrevistas, nos relatos da equipe técnica e na observação direta realizada ao longo da pesquisa.

Pode-se considerar que, todas as jovens participantes haviam vivenciado alguma forma de negligência familiar, frequentemente acompanhada de maus-tratos, agressões físicas e psicológicas, e, em alguns casos, violência sexual sofrida antes do acolhimento. Também foi identificada a ausência de uma figura familiar de referência. A forma “naturalizada” com que essas jovens abordavam questões como a participação em pequenos delitos, homicídios ou

envolvimento com o tráfico de drogas, demonstrava, em seus relatos, um aparente descaso com suas próprias vidas.

Adicionalmente, observei que as jovens enfrentavam distorção idade-série, evasão escolar e problemas de indisciplina no ambiente escolar. Muitas relataram sentir-se indiferentes no espaço escolar, apontando essa desconexão como um dos motivos pelos quais não gostavam de frequentar a escola. Além disso, a dificuldades em estabelecer relacionamentos com outros alunos, agravadas pelas tensões oriundas de rixas entre facções criminosas presentes em diferentes bairros da cidade.

Entretanto, com a pesquisa realizada, foi possível refletir como era viver institucionalizada, explorando os motivos que levaram ao acolhimento a partir das histórias de vida dessas jovens, com o objetivo de compreender as causas e circunstâncias que culminaram nesse acolhimento.

Além disso, foram analisadas as condições de vida durante a institucionalização, com ênfase nas perspectivas das jovens sobre suas trajetórias, costumes e planos futuros. “Neste sentido, compreender melhor as questões específicas da juventude é também desvendar lógicas e dinâmicas societárias do mundo atual”. (Novaes, 2009, p. 11). Porque o Estado a partir deste ponto, assumia a responsabilidade sobre estas jovens mulheres. “Neste processo a ideia do ‘jovem como sujeito de direitos’ se constrói justamente na intercessão entre os Direitos da Cidadania e os Direitos Humanos”. (Novaes, 2009, p. 18).

É fundamental destacar que, ao completarem 18 anos e 11 meses[20], essas jovens mulheres deixavam a unidade institucional para seguir suas vidas de forma independente gradualmente. Nesse contexto, a preparação para o mercado de trabalho emergia como uma necessidade crucial. A falta de formação adequada e de habilidades que facilitassem sua inserção no mercado poderia limitar severamente suas possibilidades de construir uma vida digna e autônoma. Programas de qualificação profissional e iniciativas que estimulassem o desenvolvimento de competências específicas eram ferramentas indispensáveis para que essas jovens tivessem a oportunidade de superar os desafios impostos pela condição de vulnerabilidade social em que cresceram.

[20] Acolhimento em República para jovens egressos de outros Serviços de Acolhimento. Serviço de acolhimento indicado prioritariamente a jovens que passaram anteriormente por serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, que oferece apoio e moradia a jovens de 18 a 21 anos. Cada unidade tem até seis pessoas. O serviço tem como objetivo a gradual autonomia de seus residentes, incentivando sua independência ao funcionar num sistema que permite que seus moradores tomem as decisões com relação ao funcionamento da unidade de maneira conjunta. (https://www.gov.br).

Como proposto pela Casa de Acolhimento, os cursos profissionalizantes oferecidos, como corte de cabelo masculino, manicure e balconista, embora tinham seu valor, não preparavam adequadamente as jovens para competir em um mercado de trabalho altamente exigente no contexto contemporâneo. Sob a perspectiva marxista (2013), essa limitação refletia as contradições do sistema capitalista, no qual as oportunidades não são distribuídas de maneira equitativa, reproduzindo desigualdades estruturais. Para que essas jovens tenham acesso a uma inserção justa e significativa no mercado de trabalho, seria necessário um planejamento institucional que promovesse capacitações mais abrangentes e alinhadas às demandas atuais, visando não apenas atender às exigências do mercado, mas também proporcionar um verdadeiro empoderamento social e econômico.

Refletindo sobre o mercado de trabalho, destacou-se a importância dos estudos e os reflexos que esses poderiam gerar para as jovens fora da instituição. Tendia-se a imaginar que o desenvolvimento econômico automaticamente resultaria em desenvolvimento social. No entanto, ao realizar uma crítica, tornou-se evidente que o sistema era falho. No contexto do sistema capitalista, baseado no princípio da "mais-valia", percebeu-se que, quanto mais o trabalhador produzia, menos acesso tinha aos lucros dessa produção. Nessa dinâmica, o capitalista se beneficiava da apropriação do excedente da força de trabalho, enquanto a remuneração ao trabalhador não correspondia proporcionalmente ao esforço empregado durante a jornada de trabalho.

Nesse cenário, Marx (2013) descreveu dois tipos dominantes de "mais-valia". A "mais-valia absoluta" refere-se ao aumento do tempo de trabalho, impondo cargas horárias cada vez mais extensas, muitas vezes sob o risco de punições, incluindo a perda do emprego. Já a "mais-valia relativa" foi associada aos avanços tecnológicos, nos quais a introdução de máquinas visava aumentar a produção. Os produtos podem ser fabricados em escalas muito maiores do que a força de trabalho manual conseguiria, sendo gerenciados por uma mão de obra mais qualificada e em menor volume. Isso resultou na necessidade de trabalhadores mais capacitados, exigindo estudos avançados para operar as máquinas. No entanto, essa oportunidade de qualificação nem sempre esteve disponível para a maioria da população trabalhadora, destacando a importância da continuidade na educação formal.

Cabe ressaltar que de acordo com Richard Sennett (1999), o capitalismo desencadeou um processo de desgaste das qualidades humanas que promovem conexões interpessoais. Nesse contexto, o sistema capitalista moldava as ações individuais de forma a restringir a possibilidade de vivências significativas, dificultando a construção de uma percepção positiva de suas trajetórias de vida. Com isso, quem não acompanhava tais perspectivas do capitalismo, tendia

a ter suas vidas subjugadas a inferioridade nesse sistema opressor, demonstrando como esse modelo econômico impactava as relações e o sentido que atribuímos à nossa existência. Se analisarmos em relação as jovens da Casa de Acolhimento, a institucionalização não tratava da exclusão social, pelo contrário, favorece o estigma, direcionando a responsabilidade para as jovens, por um futuro fracasso, se isentando de uma responsabilidade que foi atribuído ao Estado. “Como acontece com qualquer coisa da qual tememos falar abertamente, a obsessão interior e a vergonha só por isso se tornam maiores. Sem tratamento fica a bruta frase interior: ‘Eu não sou bom o bastante’” (Sennet, 1999, p. 141).

Assim, reforçamos a importância no que dizia respeito em preparar essas jovens para um mercado de trabalho competitivo e qualificado, um desafio que só poderia ser superado com o apoio das duas instituições que as circundavam – Casa de Acolhimento e Escola formal.

Neste sentido contextualizando a respeito da equidade, Kimberlé Crenshaw (2002), conceituou como “interseccionalidade” para além das questões de gênero, e sim, uma ferramenta analítica para abordar problemas relacionados ao preconceito e à discriminação, uma vez que as demandas variavam de acordo com as especificidades individuais e coletivas de cada grupo social.

A pluralidade das vivências, influenciada pelo contexto social, racial e cultural, exigia um olhar diferenciado e específico para cada grupo. Como ela mesma afirmou: “O termo ‘superinclusão’ pretende dar conta da circunstância em que um problema ou condição imposta de forma específica ou desproporcional a um subgrupo (...)” (Crenshaw, 2002, p. 174).

A princípio não tomei a questão de gênero, apesar de compreender posteriormente que fosse uma temática relevante e presente nos contextos analisados, porém, nesta pesquisa de mestrado não a abordei, pois não foi o foco principal das análises. No entanto, reconheço a importância de ampliar em estudos futuros, agregando tais problemáticas para uma compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais relacionadas às jovens acolhidas.

As particularidades que permeavam a vida destas jovens, que viviam na Casa de Acolhimento, não se tratavam de uma única causa e efeito. Seus desafios estavam conectados e interligados, gerando preconceito, estigma e exclusão. Agravando-se pela institucionalização, pela condição de pobreza, muitas vezes por estarem associadas a bairros periféricos e contextos de criminalidade, somada à negligência familiar, o que as levaram à falta de oportunidades educacionais que pudessem melhor direciona-las para o mercado de trabalho, configurando um contexto de vulnerabilidade interseccional.

Entender essas sobreposições permitiu uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados por essas jovens e possibilitou o questionamento das políticas públicas e

práticas institucionais que, em vez de promoverem sua inclusão social, frequentemente reforçariam as barreiras que as mantinham à margem da sociedade. Ao considerar suas vivências e seu lugar social, o conceito de interseccionalidade é apresentado como um caminho para compreender suas demandas específicas, reconhecendo as múltiplas formas de exclusão e discriminação que enfrentavam.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as jovens institucionalizadas vivem em um contexto de restrição de autonomia, sem poder decidir sobre aspectos básicos de suas vidas, como o que vestir, para onde ir ou o que fazer, em razão de sua menoridade. Encaminhadas para a institucionalização, carregavam uma sobreposição de eventos negativos que as privavam de oportunidades e experiências comuns a jovens de sua idade. Fadadas a uma constante incerteza, enfrentavam o impacto de terem nascido em um contexto de vulnerabilidade.

As jovens que residiam na Casa de Acolhimento não eram estigmatizadas apenas pelos traumas físicos e psicológicos vivenciados no contexto familiar antes do acolhimento. Ao transitarem em seu cotidiano entre as instituições que as cercavam, o "rótulo" que carregavam, perceptível a olhos nus, estava associado ao fato de viverem em uma instituição de acolhimento. Esse espaço, para muitos de "fora", era visto como um lugar destinado a pessoas consideradas inaptas e indignas de viverem socialmente ou de circularem em espaços tradicionalmente reservados àqueles que se julgavam pertencentes a esses locais. Esse estigma refletia parte das consequências da institucionalização, marcas que as jovens carregavam e que, inevitavelmente, influenciariam suas vidas de forma permanente.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). Famílias: Redes, laços e políticas públicas. 4 ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/ PUC-SP, 2008. Editora Cortez.

BABBIE, E. Métodos de pesquisa de Survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, Fabrícia Santana. Trajetórias e Institucionalização: uma análise sobre o acolhimento de jovens mulheres em Campos dos Goytacazes. Monografia do curso de Ciências Sociais UFF. Campos dos Goytacazes; 2018.

BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECKER, H. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Bilac, E. D. Mãe certa, pai incerto: da construção social à normatização jurídica da paternidade e da filiação. In: Encontro Anual da Anpocs — GT Família e Sociedade, 10, Caxambu/MG, 1998. (Mimeo.)

BORGES, Lilian Faria Porto. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. Rev. Educ. 2017, vol. 55, n. 45, pp. 101-126.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção. Crítica social do julgamento, São Paulo, Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A Miséria do Mundo. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M.A.; CATANI, A. (Org.) Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998, 217-227.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 2008.

BRASIL, Constituição (1988): Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas Ementas Constitucionais. Ed. Atual. Em 2000. – Brasília: Senado Federal, Gabinete do 4° Secretário, 2000.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasília, DF, out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22, nov. 2024.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n° 8069. Rio de Janeiro: Auriverde, 1990.

BRASIL, LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasília, DF, jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm . Acesso em: 20, nov. 2024.

BRASIL. Lei n° 12.318, de 26 de agosto de 2010. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em: 12 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1990.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Traduzido por Iraci D. Poleti. 12. Ed. Vozes, 1998.

CRENSHAW K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Rev. Estudos Feministas. 2002. Jan, ano 10, n° 1, pp. 171–88.

DURKHEIM, Émile (1972). As Regras do Método Sociológico. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Émile. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizado: Uma História dos Costumes. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, vol.1, 1990.

ELIAS, Norbert.; SCOTSON, J. L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FLICK, Uwe. Uma introdução a Pesquisa Qualitativa / Uwe Flick; trad. Sandra Netz. – 2. Ed. – Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. Horizonte Antropológicos, v.5, n.10, p. 83-121, maio 1999.

FONSECA, Claudia Lee Wiliams. A Fabricação Estatal da Indiferença Parental: Agruras da Reintegração Familiar. Revista de Ciências Sociais, n° 43, julho/dezembro de 2015.

FONSECA, Claudia Lee Wiliams. A Fabricação Estatal da Indiferença Parental: Agruras da Reintegração Familiar. Revista de Ciências Sociais, n° 43, julho/dezembro de 2015.

FONSECA, Claudia Lee Wiliams. Direitos dos Mais e Menos Humanos. Porto Alegre, ano 5, n. 10, 1999.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (trad.) Rio de Janeiro: LTC, editora: Zahar, 1978.

GOFFMAN, Erving. Manicômios, Prisões e Conventos. Tradução de Dante Moreira Leite. 9ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2015.

JOAS, Hans; KNÖBL Wolfgang. Teoria social: vinte lições introdutórias. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.

MARCÍLIO, M. L. A história social da criança abandonada. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARCILIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. In: FREITAS, M. (Org.). História Social da Infância no Brasil. 1. Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARX, Karl. O Capital – Livro III- O Processo Global da Produção Capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MELO, Z. M. (2000). Estigma: espaço para exclusão social. Revista Symposium, 4(especial), 18-22. Recuperado de www.unicamp.br/Arte/ler.php?art_cod=1486.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) Violência Contra Crianças e Adolescentes: questão social, questão de saúde, rev. bras. Saúde Mater. Infant. 1 (2), 2001.

NOVAES, R. N. (2006). Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. Em Culturas Juvenis: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

NOVAES, Regina. Notas sobre a invenção social de um singular sujeito de direitos. Juventude, juventudes. REVISTA DE CIENCIAS SOCIALES, Departamento de Sociologia, Ano XXII / Nº 25, julho 2009.

OLIVEIRA, Régia Cristina. Adolescência, gravidez e maternidade: a percepção de si e a relação com o trabalho. Saúde soc. [online]. 2008, vol.17, n. 4.

PAUGAM, S. (2003). Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza (C. Giorgetti, T. Lourenço, Trad.). São Paulo: Educ. & Cortez.

PIMENTEL, Silvia et al (1998). Estupro: crime ou cortesia? Porto Alegre: Fabris. Pinto, Andréia Soares et al. (org.) (2015). Dossiê Mulher 2015. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública.

SANTOS, Kate Delfini; MOTTA, Ivonise Fernandes da. O significado da maternidade na trajetória de três jovens mães: um estudo psicanalítico. 2014.

SARTI, C. A. A família como um espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: USP, 1994.

SARTI, C. A. Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres (tese). São Paulo: USP, 1994.

SARTI, Cynthia. Família e jovens: no horizonte das ações. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 11, n.11, p. 99-109, 1999.

SCARABEL, Camila Alexandra. As características institucionais dos abrigados governamentais para crianças e adolescentes em Porto Velho. In: CEMIN, Arneide (org.) Violência doméstica e abrigos institucionais – O imaginário da violência e do acolhimento voltados para a infância e a adolescência/ Porto Velho/ RO: EDUFRO, 2001.

SENNET, R. *A corrosão do caráter*: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SENTO-SÉ, João Trajano; COELHO, Maria Claudia. Sobre Errâncias, Imprecisões e Ambivalências: Notas sobre as Trajetórias de Jovens Cariocas e sua Relação com o Mundo do Crime. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 327-357, jul./dez. 2014.

SOUZA, J. *A construção social da subcidadania*: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.

SOUZA, J. A. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, Marli P. Políticas de Proteção para a Infância e Adolescência; problematizando os abrigos. Revista Sociedade em debate. Pelotas: EDUCAT, vl. 12, n° 1, 2006, p. 139 - 161.

TEIXEIRA, Elizabeth. Terceira Metodologia. IN: As Três Metodologias. Petrópolis, RJ: Vozes,2005.

ANEXO

Roteiro de Perguntas durante o decorrer das entrevistas

- Como você veio para a casa de acolhimento?
- Porque você veio para casa de acolhimento?
- Como você definiria a casa de acolhimento?
- Se você pudesse mudar alguma coisa na casa, o que você gostaria que tivesse aqui e que não tem?
- Como era sua vida antes de morar aqui?
- Como você vê a sua vida agora? Morando aqui na casa?
- O que você mais gosta de fazer?
- Como é sua família?
- Você gostava de morar com eles?
- Como foi a sua infância?
- Quanto tempo você está na casa e qual é sua idade?
- Qual o familiar que você mais gosta?
- Como é a escola em que você estuda?
- Em que série você está?
- Quantas vezes você repetiu de série, ou abandonou o ano letivo?
- Você gosta de ir para a escola?
- Como você se sente quando está na escola? Porque você se sente assim?
- Quantos amigos você tem na escola?
- Como você acha que seus colegas de escola veem você? Porque você acha isso?
- Você se sente bem quando está na escola?
- Qual o funcionário que você mais gosta na escola? Qual a função que ele exerce?
- Você sente dificuldade no conteúdo aplicado durante as aulas?
- Qual a matéria que você mais se identifica? Explicação do motivo:
- Qual a matéria que você menos se identifica? Explicação do motivo:
- O que você gostaria que acontecesse na sua vida que você acha distante de acontecer?
- Quais são seus planos para o futuro? E porque deseja isso?
- Qual a profissão que você deseja desempenhar?
- Como você se vê daqui a dez anos?

Entrevistada – 1

Pergunta- Como você veio para a casa de acolhimento?

Resposta- *Ai, tia eu fazia muita bagunça, não respeitava a minha avó. Fazia muita bagunça. A tia não respeitava ela, saia e não tinha hora pra voltar.*

Pergunta- Foi sua avó que colocou você aqui na casa?

Resposta- *Foi.*

Pergunta- O que você acha da casa de acolhimento?

Resposta- *Legal, é Bom? Eu gostei tia.*

Pergunta- Se você pudesse mudar alguma coisa na casa de acolhimento, o que você mudaria?

Resposta- *Comportamento de todas as meninas*

Pergunta- É, além disso?

Resposta- *Sei lá tia. Ah, minhas roupas de volta, tia*

Pergunta- A respeito do comportamento das meninas. O que você acha inconveniente?

Resposta- *Ai, tia cada um tinha que respeitar a outra, por causa de que nenhuma dela respeitam ninguém, umas meninas ficam passando a mão nos outros e eu não gosto disso, elas tinham que cada uma respeitar a outra. Ninguém respeita, né tia*

Pergunta- Antes de você vir para a casa de acolhimento, como era sua vida lá fora?

Resposta- *Era bom tia, eu vivia na rua, Ai tia, eu ia para rua e não tinha hora para voltar, era tão bom. Aqui, agora, eu tenho hora para dormir, tenho hora para acordar. Essas horas eu queria estar na minha casa*.

Pergunta- O que você gosta de fazer?

Resposta- *Como assim, tia?*

Pergunta- Alguma coisa que você gosta de fazer? Por exemplo: vejo que você mexe em cabelo?

Resposta- *Gostar, não gosto muito não tia, más, eu e ela gostamos de fazer, assim, não tem nada para fazer, eu e ela sentamos aqui às vezes, e conversamos, para distrair minha mente, porque as meninas lá dentro ficam botando coisa na minha cabeça, aí elas ficam botando coisa, aí tem hora que eu vou lá, caio na pilha delas, né, ai quero fugir, ai eu prefiro ficar aqui sentada conversando com ela, do que ficar lá ouvindo conversa fiada delas.*

Pergunta- E fora da casa, o que você gostava de fazer?

Resposta- *Eu gostava mais tia? Ai, eu vivia na rua, com minhas amigas e amigos*

Pergunta- E sobre sua família, como é sua família?

Resposta- *Estão bem tia, eles são bom para mim tia, só que, uma hora eles têm que apertar para o meu lado, porque... eu não respeitava eles, eles não me dava o que eu queria, entendeu.*

Aí, pra mim eles estavam fazendo o certo, porque eu não estava respeitando eles. Aí...

Pergunta- E você gostava de morar com eles?

Resposta- *Sim*

Pergunta- Você teria recordações que marcaram a sua infância?

Resposta- *Sei lá tia*

Pergunta- Você lembra de alguma coisa, alguma brincadeira?

Resposta- *Eu acho que não. Ai, tem brincadeira que não gosto de falar*

Pergunta- Por quê? Pode falar o que você lembrar da infância.

Resposta- *Ai, eu não tia. Ai, tia era tão bom brincar com minhas primas, quando minha mãe, quando minha mãe era viva ainda, ela saía para trabalhar, ficava eu e minhas primas dente de casa, agente pintava muito.*

Pergunta- Sua mãe é falecida?

Resposta- *É*

Pergunta- A quanto tempo?

Resposta- *Ai, tia ela faleceu eu tava com... Eu tava com... sete anos. Tinha acabado de fazer sete anos.*

Pergunta- Ela faleceu de quê?

Resposta- *Diabetes.*

Pergunta- Como é a escola que você está estudando?

Resposta- *É bom tia, mas só que, assim, lá está muito com o negócio de facção, eu não gosto disso, entendeu. Porque aqui não pode ter e aonde que eu moro tem a facção. Aí eles perguntam, aí eu não gosto de responder, vai que um deles tem relação a outra facção, aí eu tenho medo.*

Pergunta- Mas você é de alguma facção?

Resposta- *Eu não.*

Pergunta- Você tem medo por que?

Resposta- *Vai saber, eles têm bronca dos ADAS, sei lá, alguns têm bronca*.

Pergunta- Você falou que não faz parte de nenhuma facção, por que eles teriam alguma bronca de você?

Resposta- *Tia, todos eles têm.*

Pergunta- Em que sentido?

Resposta- *Tia, um exemplo: Eu não sigo nenhuma facção, mas eles perguntam, aí vai lá, bota você de bola com os meninos, entendeu, aí fala da onde que a gente é.*

Pergunta- Eles direcionam as pessoas de acordo com o bairro de onde veio?

Resposta – *É*

Pergunta- Mesmo não sendo de nenhuma facção?

Resposta- *Mesmo não sendo de nenhuma facção.*

Pergunta- Que sério você está?

Resposta- *Eu tia, estou no sétimo ano.*

Pergunta- E você está com quantos anos?

Resposta- *quinze.* (quinze anos)

Pergunta- Você já repetiu de sério?

Resposta- *Aí, tia tô enjoada de repeti já*

Pergunta- Quantas vezes você repetiu de série?

Resposta- *Tia era para eu estar no nono ano, tia*

Pergunta- Por que você acha que repetiu?

Resposta- *Muita bagunça, não prestava atenção nas aulas, bagunça na escola. Queria fazer supletivo, mas não posso, né, porque aqui... você sabe, não posso sair.*

Pergunta- Você gosta de ir pra escola, gosta da rotina?

Resposta- *Eu gosto tia.*

Pergunta- Como você se sente na escola?

Resposta- *Ai, tia eu me sinto sozinha, porque... eu não conheço ninguém, não tenho intimidade com ninguém, eu me sinto sozinha.*

Pergunta- Isso acontece por você ser nova na escola?

Resposta- *É isso tia.*

Pergunta- Você não conseguiu fazer amizades?

Resposta- *Eu não tia. Eu vou querer amizade com aquelas meninas, pra que?*

Pergunta- Por que? O que tem as meninas da escola?

Resposta- *Aquele negócio que eu falei com você. Sobre as facções*

Pergunta- As meninas também?

Resposta- *São.*

Pergunta- O problema na sua escola é relacionado as facções?

Resposta- *Sim.*

Pergunta- Quais seus planos para o futuro?

Resposta- *Terminar meus estudos, fazendo meu curso, sair daqui ter minha casa e não morar mais com minha avó.*

Pergunta- Como você se vê daqui a dez anos?

Resposta- *Se eu não parar de estudar tia, acho que vou estar fazendo meu serviço.*

Pergunta- Qual serviço seria?

Resposta- *Trabalhando embarcada, tia. Trabalhando embarcado como mecânica.*

Entrevistada – 2

Pergunta- Por que você veio para a casa de acolhimento?

Resposta- *Porque, eu meio que briguei com o meu ex-namorado, e ele é gerente de uma boca. Aí foi que... eu vim parar aqui dentro*.

Pergunta- Qual foi o motivo da briga?

Resposta- *Eu tava na rua, conversando com uma menina lá, aí ele veio e me deu um tapa na cara do nada, aí eu devolvi. Aí, ele me ameaçou de morte. Aí, eu fiquei esperando ele voltar pra me matar, entendeu. Aí, minha mãe... minha mãe por causa de eu viver na rua, hum... eu achava ruim que ela reclamava da hora de entrar pra dentro. É por isso que ela botou a gente aqui.*

Pergunta- Você acha que veio para o acolhimento por causa dos horários?

Resposta- *Não, eu vim parar aqui por causa de um erro meu, devolver o tapa na cara do meu ex-namorado.*

Pergunta- Quem trouxe você para casa de acolhimento, foi sua mãe?

Resposta- *Foi*

Pergunta- Por causa da briga com seu ex-namorado?

Resposta- *É, e não tem lugar pra eu ficar, entendeu?*

Pergunta- Ela está com medo que ele vá atrás de você?

Resposta- *É*

Pergunta- O que você está achando da casa de acolhimento?

Resposta- *Tia, eu acho a casa boa, mas só que tem as meninas nojenta e antipática, e ninguém respeita ninguém aqui. Ontem eu dentro do banheiro, tia, ontem a menina empurrou a porta pegou as roupas e deixou pelada dentro do banheiro, ela vai, me vendo tomar banho, ela vai...* (não completou a fala)

Pergunta- Se você pudesse mudar alguma coisa na casa de acolhimento, o que você mudaria?

Resposta- *Mudaria o respeito dessas meninas. Meninas sem educação, são nojentas.*

Pergunta- Como era a sua vida antes do acolhimento?

Resposta- *Minha vida é assim, eu saía, minha mãe deixava, eu voltava a hora que ela deixava eu voltar, ficava na casa da amiga minha, namorava. Assim, eu não vivia, não voltava não voltava no outro dia pra dentro de casa, voltava a hora que minha mãe falava, voltava a hora certinha dentro de casa.*

Pergunta- Você disse que não respeitava muitos os horários?

Resposta- *Não, assim tia, é que assim, minha mãe, olha só, ela botava dez horas, agente entrar dez horas. Se a gente chegasse dez horas e três, ela reclamava. Ai eu não gostava.*

Pergunta- Em decorrência disso você discutiu com ela?

Resposta- *Não, não discuti com ela, chamava só ela de chata. Só por causa da hora.*

Pergunta- Você acha que o motivo de estar aqui no acolhimento também é esse?

Resposta- *É.*

Pergunta- Como está sua vida aqui na casa?

Resposta- *Ah tia, eu queria estar na minha vida, eu queria estar ainda na minha casa. Fazer tudo o que eu tinha que fazer.*

Pergunta- O que você gosta de fazer?

Resposta- *Ah, eu gosto de... eu gosto de sair. Eu mais ou menos, eu não gosto muito de... ah, essas coisas de brincadeira boba, essas coisas assim, eu não quero nada disso na minha vida. Eu quero estudar tia, porque lá eu não estudo, mas só que até agora ninguém me colocou na escola.*

Pergunta- O que você acha da sua família?

Resposta- *Ai, tia minha família eu se dou bem com ela.*

Pergunta- Você morava com quem?

Resposta- *Eu moro com a minha mãe, meus irmãos e meu padrasto.*

Pergunta- Quantos irmãos?

Resposta- *Total comigo, é sete, tenho sete irmãos.*

Pergunta- O que você acha da família toda?

Resposta- *Todo mundo, todo mundo é... se ninguém briga, todo mundo é certinho, todo mundo, todo mundo sabe respeitar seu espaço dentro da casa entendeu.*

Pergunta- Você gostava de morar com eles?

Resposta- *Sim, gostava.*

Pergunta- Você teria alguma recordação da sua infância?

Resposta- *Eu não tenho recordação não tia.*

Pergunta- Não lembra de nada que você gostava de fazer? Que não gostava? Alguma coisa que te marcou?

Resposta- *Não, não.*

Pergunta- Você está matriculada na escola?

Resposta- *Não.*

Pergunta- Sobre a última escola que você estudou. Como era?

Resposta- *Ah tia, tinha um negócio de facção também, por causa de que eu morava em um lugar que era um e lá só tinha gente que era de outra facção. Aí ficava implicando comigo mesmo assim, eu não dava ideia, por causa de que, eu não sou de facção, não sou da boca. Eu continuava na minha, eu quietinha, quando eles vinham falar comigo que eu falava com eles também*.

Pergunta- Você era namorada de um gerente da boca, confere? Eles sabiam?

Resposta- *Não, eles sabiam não.*

Pergunta- Qual sério você está?

Resposta- *Eu estou na sétima série.*

Pergunta- Oitavo ano?

Resposta- *É.*

Pergunta- Você já repetiu algum ano?

Resposta- *Já, quatro vezes.*

Pergunta- Por que você acha que repetiu?

Resposta- *Por cadê que...eu perdi... o último ano que eu perdi foi de tanto ou matar aula.*

Pergunta- E os outros anos?

Resposta- *Os outros anos, é por cadê que assim... eu não perdi por causa de... um ano fiquei com esse negócio de facção e os outros dois anos eu perdi quando era pequena, não sabia nada direito, então eu perdi.*

Pergunta- E essa influência da facção, foi por conta de bairro também?

Resposta- *Foi, foi por causa de bairro, porque eu morava em um lado e coisa... por isso eles tinham implicância*.

Pergunta- Você morava em um lado, (bairro)?

Resposta- *Que era um lado (uma facção) e o outro lado (outra facção) não era o mesmo lado que eu morava, aí ficava tudo de implicância.*

Pergunta- Fora isso, você gosta de ir pra escola?

Resposta- *Gosto*

Pergunta- Quando você estava na escola, como se sentia, em relação as outras coisas?

Resposta- *Eu me sinto bem, se tiver gente que eu conheço assim, eu fico bem na escola, mas depois a gente faz amizade depois...*

Pergunta- Você tem amigos na escola?

Resposta- *Ah, eu tenho muitos.*

Pergunta- Você está quanto tempo sem estudar?

Resposta- *Eu tô... já...a tia tá vendo ainda*. (não soube mencionar o tempo).

Pergunta- Você estava matriculada na escola, antes de vir para casa de acolhimento?

Resposta- *Não.*

Pergunta- No ano passado (2017), você estudou?

Resposta- *Aham, eu estudei.*

Pergunta- Quais são seus planos para o futuro?

Resposta- *Eu quero terminar meus estudos, fazer faculdade de direito.*

Pergunta- Como você se vê daqui a dez anos?

Resposta- *Formada, trabalhando né, trabalhando com as coisas que eu gosto de fazer, ter um futuro bom, não um futuro ruim.*

Pergunta- Como você vai conseguir conquistar esse futuro bom?

Resposta- *Estudando, dando o melhor, o melhor de mim pra fazer o possível, tia.*

Entrevistada – 3

Pergunta- Porque você veio para a casa de acolhimento?

Resposta- *Olha, tudo começou quando minha tia pegou meu dinheiro, quando eu vendi umas coisas lá, né, em casa, é... eu ganhei um trocado. Que era pra ir comprar o meu lanche da escola. Aí, minha tia falou assim: "Adriana, me dá esse dinheiro aqui, que eu vou pegar e inteirar para a passagem". Aí eu fiquei com muita raiva, ela me bateu... tentei matar ela, mas não consegui. Aí depois, ela pegou e veio me colocar aqui.*

Pergunta- Você mora só com essa tia?

Resposta- *Minha tia, minhas duas irmãs e minha prima. Mas agora eu estou realmente arrependida do que eu fiz. Eu não deveria ter feito aquilo. Eu peguei taquei pedra no portão. E isso não era o certo pra mim.*

Pergunta- Você acha então que veio para casa de acolhimento por isso, ou teria mais alguma coisa?

Resposta- *Só teria isso só.*

Pergunta- O que você está achando da casa de acolhimento?

Resposta- *Eu estou achando muito legal, as meninas são divertidas, tudo bem, más, tem algumas que gostam de me provocar.*

Pergunta- Provocar em que sentido?

Resposta- *Ontem, eu tava dormindo, ali na minha cama né, a menina tava onde Fabiana dormi, em baixo, Fabiana dormi em cima e a menina dormi em baixo, eu e minha boneca que ganhei ontem, ela começou a me bater com minha boneca, eu acordei, e vim cá pra cozinha, pra não arranjar confusão, entendeu, tudo começou por isso.*

Pergunta- Se você pudesse mudar alguma coisa aqui na casa de acolhimento, o que seria?

Resposta- *Olha, eu mudaria o quarto e as cuidadoras da gente.*

Pergunta- O que você mudaria no quarto?

Resposta- *O quarto eu pintaria de rosa, mas eu pintaria de rosa escuro, e uma cortina mais bonitinha, e as camas sem beliche, cada criança com um quarto, entendeu, mudaria assim.*

Pergunta- E as educadoras, o que você mudaria nelas?

Resposta- *Ah, elas teriam um quarto só pra elas, entendeu, pra elas dormirem e ficarem de olho na gente, entendeu, é só isso.*

Pergunta- Antes de vir para a casa de acolhimento, como era a sua vida?

Resposta- *Ah, era tudo bem, era ótima a minha vida lá em casa. Era muito boa a minha vida, minha tia me criava muito bem. Olha, eu tô realmente arrependida.*

Pergunta- Você só teve esse atrito com sua tia?

Resposta- *Não, não*

Pergunta- Você mora com sua tia há quantos anos?

Resposta- *Vou fazer quinze anos já.*

Pergunta- Como você vê sua vida agora?

Resposta- *Eu não sei, eu vejo minha vida de outra forma. Sem ver minhas irmãs, sem ver minha prima. Eu não gosto de ficar aqui, não.*

Pergunta- E o que você gosta de fazer?

Resposta- *Eu gosto de brincar, de tomar um banho de piscina.*

Pergunta- Você está com quantos anos?

Resposta- *quinze anos, vou fazer dezesseis.*

Pergunta- Como é a sua família?

Resposta- *A família é ótima, mas... minha mãe não é tão ótima assim. Quando eu era bem pequena, minha mãe bateu minha cabeça no vazo e na parede. Eu tô sem aprender nada até agora*.

Pergunta- Por causa da pancada?

Resposta- *Tudo por causa dela.*

Pergunta- Você tem notícias da sua mãe?

Resposta- *Não, eu não quero nem ter.*

Pergunta- Você perdeu o contato com ela há quanto tempo?

Resposta- *Vai fazer um mês. É, porque o juiz afastou agente de visitar ela e ela de ver a gente.*

Pergunta- E isso aconteceu há pouco tempo?

Resposta- *Faz.*

Pergunta- Há quanto tempo que ela fez isso com você?

Resposta- *Ah, nem sei, esqueci.*

Pergunta- Teria mais de um ano?

Resposta- sim.

Pergunta- Você era criança quando aconteceu?

Resposta- *Não, era grande.*

Pergunta- Você foi para o hospital, depois do ocorrido?

Resposta- *Não, era pequena*. (confusa na resposta, como se fosse algo recorrente)

Pergunta- Você era pequena? Então você não vê sua mãe há mais de um mês?

Resposta- *É.*

Pergunta- Depois do ocorrido você foi morar com sua tia?

Resposta- *Sim, eu gosto de morar mais com minha tia, minha tia me dá atenção, me dá carinho, dá amor, me dá tudo.*

Pergunta- Essa tia que você fala, é a mesma que você estava morando antes do acolhimento?

Resposta- *Não, porque eu moro muito tempo com ela.* (quis dizer que não mora recentemente). *É Helena.* (nome da tia antes do acolhimento)

Pergunta- Você lembra da sua infância?

Resposta- *Não.*

Pergunta- Por que você não lembra?

Resposta- *Tudo por causa da minha mãe, eu não lembro da minha infância, tô tentando lembrar da minha infância faz um bom tempo, mas eu não consigo lembrar, tudo por causa dela.*

Pergunta- Qual teria sido a influência da sua mãe?

Resposta- *Olha, a influência dela foi me bater mesmo, ela batia muito.*

Pergunta- Antes do acolhimento, você estudava?

Resposta- *Estudava.*

Pergunta- Você está matriculada na escola?

Resposta- *Não, ainda não.*

Pergunta- Sobre a última escola que você estudou, como era?

Resposta- *A escola é ótima, muito boa. Era legal!*

Pergunta- Em que série você estava?

Resposta- *quinto ano.*

Pergunta- Você tinha amigos na escola?

Resposta- *Tinha.*

Pergunta- Você já repetiu de série?

Resposta- *Já, esse é o segundo ano que eu repito o quinto ano, segundo ano.*

Pergunta- Por que você acha que está repetindo de série?

Resposta- *É por causa do laudo médico, eu passo de ano, tudo por causa do laudo médico, entendeu, aí fica essa confusão* (confusão na resposta, porque ela afirmou que repetiu dois anos sequentes, porém teria laudo médico pedindo a escola para aprova-la).

Pergunta- Você acha que isso acontece por que?

Resposta- *É dificuldade na aprendizagem, mesmo.*

Pergunta- Isso acontece em quantas disciplinas (matérias)?

Resposta- *Em todas*

Pergunta- Independente de tudo, você gosta de ir pra escola?

Resposta- *Gosto.*

Pergunta- Como você se sente, quando está na escola?

Resposta- *Quando eu tô na escola, eu me sinto bem, tô desmaiando, mas, eu sei que um dia eu vou superar isso tudo, e vou conseguir seguir em frente, eu não posso desistir não.*

Pergunta- Quais seus planos para o futuro?

Resposta- *Olha, o meu futuro é ser... cuidadora de abrigo, entendeu, é... mas cuidar de criança é demais não.*

Pergunta- Você gosta de cuidar de criança?

Resposta- *Eu gosto, amo muito cuidar de criança.*

Pergunta- Como você imagina seu futuro daqui a dez anos?

Resposta- *Olha, eu me via com uma filhinha e um filhinho na mão. Por causa de que eu adoro criança. Eu amo crianças mesmo.*

Pergunta- Que mais você estaria fazendo?

Resposta- *Olha, eu daria amor para crianças, daria carinho, daria amor, daria janta. Tudo que eles pedissem, eu ia dar, entendeu. De tanto que eu amo criança.*

Pergunta- E mais o que você queria fazer?

Resposta- *Ah, estudando também. Eu espero que quando... fazer 18 anos, eu já tenha aprendido alguma coisa, entendeu. Mas eu não sei se eu vou conseguir voltar a aprender. Mas eu tenho colocar na minha cabeça que eu vou conseguir voltar, não posso desistir não.*

Entrevistada – 4

Porque você veio para a casa de acolhimento?

Resposta- *Eu vim por causa de que eu não me dou bem com a minha mãe.*

Pergunta- Quem trouxe você para a casa de acolhimento?

Resposta- *Foi umas tias do Conselho tutelar, porque eu passei primeiro pelo Conselho, depois passei pela casa que eu tomo o banho pra se arrumar e depois vim pra cá, aí eu cheguei aqui, abalada, com medo, porque eu nunca tive num abrigo, eu cheguei aqui com medo. Depois eu fui me interagindo com todo mundo.*

Pergunta- Por que você acha que veio para o acolhimento?

Resposta- *Porque eu quero estudar, quero melhorar* (não entendeu a pergunta, perguntei novamente).

Pergunta- Por que você acha que veio para casa de acolhimento?

Resposta- *Eu não sei.*

Pergunta- Quem que te encaminhou para a casa de acolhimento, foi sua mãe?

Resposta- *Não! Eu quis vim por conta própria.*

Pergunta- Você quis vir por conta própria?

Resposta- *Sim*

Pergunta- Você morava com quem, antes de vir para a casa de acolhimento?

Resposta- *Com a minha mãe, mas eu era casada, eu era casada com um menino que... eu se fingi de mulé, porque eu não gosto de homem, mas aí eu decidi não ser uma pessoa que eu não sou mais, entendeu, eu decidi vim pra cá e ter minha vida própria.*

Pergunta- Então, você morava com esse rapaz na casa da sua mãe?

Resposta- *Não. Na casa dele, com os pais dele.*

Pergunta- Então, antes do acolhimento você não morava com sua mãe?

Resposta- *Não. Ele me levou pra casa dela. Só que eu não quis ficar lá. Porque ela fica falando pra todo mundo que eu não sou filha dela. Que não botou filha no mundo pra gostar de mulher. Fica me criticando, fala que eu não vou morar mais com ela. Me trata bem na frente dos outros, por trás, fica me julgando. Eu não gosto dessas coisas, eu não gosto de preconceito.*

Pergunta- Você acha que, ao expor sua orientação sexual modificou o tratamento da sua mãe com você?

Resposta- *Não. Nunca soube respeitar os filho, ela não sabe ser mãe, entendeu. Ela é minha mãe, amo minha mãe, mas ela não sabe ser mãe, não.*

Pergunta- Como você acha que sua mãe deveria ser?

Resposta- *Legal. Deveria mudar o comportamento, o jeito de se vestir, entendeu. Porque ela bota vestido pra falar que é da igreja, mas depois usa short curta. Não deveria falar mal dos outros, ser legal com os outros. Ela fala muito mal dos outros. Deveria tratar as pessoas bem, não ficar julgando as pessoas, eu não gosto disso. Eu odeio isso, e isso que eu queria que ela mudasse, que ela fosse verdadeira comigo.*

Pergunta- O que você está achando da casa de acolhimento?

Resposta- *É legal, ficar aqui nessa casa, mas isso aqui é muito... Eu não gosto de preconceito aqui dentro também tem. Aí eu tento me segurar, mas às vezes eu não consigo me segurar, dá vontade de bater nos outros. Aí eu fico me sentindo mal, dá vontade de se rasgar, essas coisas.*

Pergunta- Você acha que as meninas que teriam preconceito?

Resposta- *Tem uma aqui na casa que tem preconceito, entendeu. Algumas não tem o restante tem.*

Pergunta- Preconceito em que sentido, o que elas fazem com você?

Resposta- *Eu não gosto que falem coisas de homem aqui, que gostam de sentar, essas coisas, eu não gosto. Elas ficam falando isso, fico chorando, de raiva, fica desrespeitando, fica falando que não gostam de mulé, que é nojento ficar com mulé, as coisas, não gostam.*

Pergunta- Você acha que elas para te provocar?

Resposta- *Eu acho.*

Pergunta- Se você pudesse mudar alguma coisa na casa, o que você mudaria?

Resposta- *O preconceito, a falta de ética, à noite, as porcança que elas fazem, elas põem as coisas dos outros, escondem as coisas dos outros, e eu acho bom mudar isso. Falei isso com elas, mas nada, com nada, não quer nada, com nada. Fique pegando as coisas dos outros. Até agora elas não pegam nada das minhas coisas, porque se botar uma das minhas coisas vão arrumar problema.*

Pergunta- Como era sua vida antes de morar na casa de acolhimento?

Resposta- *Era um lixo, tia. Era um lixo. Eu fazia muita coisa de errado também. Uma parte eu acho que minha mãe tá ligada, é certa, porque ela falava as coisas que meu bem. Mas outro lado eu tô também tô errada porque eu traficava, eu bati nos outros, andava com gente errada, eu fumava, droga, eu não quero isso pra minha vida, mas não. Quero parar com isso. Quero voltar meus estudos, trabalhar, ser dependente do meu próprio dinheiro, sem poder ninguém me criticar, justificar por nada.*

Pergunta- Como está sua vida aqui na casa de acolhimento?

Resposta- *Tá indo, tá indo. Eu... eu violei uma regra que não era pra violar.*

Pergunta- Qual regra?

Resposta- *De ter ficado com meninas na casa.*

Pergunta- Ficou com meninas aqui na casa de acolhimento?

Resposta- *Fiquei quando eu cheguei. Mas, não tô ficando mais. Porque realmente é difícil viver dentro de uma casa com várias meninas sabendo que você gosta de mulher. É muito difícil pra me segurar e eu tô tendo que me segurar. Às vezes eu começo chorando. Essas coisas.*

Pergunta- O que você gosta de fazer?

Resposta- *Eu gosto de jogar bola, jogar videogame. Eu gosto de lutar, correr, malhar, conversar com meus amigos, conversar com alguém, poder desabafar com alguém. Gosto de fazer várias coisas.*

Pergunta- Como é sua família?

Resposta- *Minha família são todos da Bahia. Só quem veio pra cá só foi eu, meus dois irmãos, e minha irmã especial, minha mãe. Meu pai é falecido, mas são legais também, minha família são legal. Meu irmão tem uma filhinha.*

Pergunta- Você gostaria de voltar a morar com eles?

Resposta- *Gostaria, porque meu irmão é tudo por mim. Eu não consigo ficar sem meu irmão não. É muito pegado, eu e meu irmão somos muito pegados. Eu parei de fazer coisa errada por causa dele. De 14 anos, de 14 anos ele me dá conselho. Faz isso não, não é melhor para você, aí eu parei. Eu não quero mais ficar nessa vida não, quero melhorar. Quero fazer uma faculdade, poder fazer alguma coisa de bom.*

Pergunta- Você tem recordação da sua infância?

Resposta- *Mais ou menos.*

Pergunta- Alguma coisa que você consiga lembrar?

Resposta- *Que eu dei uma vassourada no padre, que ia me batizar, eu roubava poquinha (biscoito de polvilho) dos outros na padaria, eu brincava de bola com as crianças na rua, gostava muito de apertar campainha das vizinhas, ficava na casa da minha amiga, brincava de bonecas com ela e sei lá, legal, eu acho minha recordação legal da minha infância.*

Pergunta- Você disse que está sem estudar desde que ano?

Resposta- *2015.* (ano da entrevista 2018).

Pergunta- Por quê?

Resposta- *Por causa de Bullying na escola, porque eu batia nos outros por causa disso, eu não gosto de preconceito, detesto preconceito. Detesto que fica falando sobre parte íntima de homem na minha frente. E eu não gosto, aí eu estou sem estudar desde 2015.*

Pergunta- Você teria mais alguma recordação do período que estudou?

Resposta- *CEMSTIAC* (Centro Educacional Municipal do Sindicato dos Trabalhadores na Industria do Açucar de Campos). *Recordação eu tenho. Eu estudava com o meu irmão. Um menino... porque ele estava sentado na cadeira do menino, ele não sabia que era a cadeira do menino. Aí o menino chegou lá e falou assim..."Sai da minha cadeira, senão eu vou te bater." E ele não sabia que eu era irmã desse menino. O meu irmão falou que não ia sair. Ele deu três socos na cara do meu irmão. Nesses três socos que ele deu, eu quebrei a perna dele, o braço, quebrei o nariz dele. Poquei a boca dele, fiquei pagando remédio pra ele. Depois eu pedi perdão a ele e disse que não ia se repetir mais.*

Pergunta- Esse último ano que você estudou, estava em que série?

Resposta- *No sexto ano.*

Pergunta- Você já repetiu série?

Resposta- *Não.*

Pergunta- Então você somente parou de estudar a partir 2015?

Resposta- *sim*

Pergunta- Você gostaria de voltar a estudar?

Resposta- *Muito!*

Pergunta- Como você vê suas recordações na escola?

Resposta- *Foram legais mesmo, e não legais.*

Pergunta- E as legais? Você lembra de alguma?

Resposta- *Lembro que eu e meus amigos ficavam na sala, a gente gastava (conversando), depois ficava no pátio, e a gente zuava com a cara das meninas, ficava conversando com as meninas, fumava.*

Pergunta- Cigarro?

Resposta- *Cigarro, droga. Maconha também. Só esses dois. Bebia na escola, mas nunca faltava aula, mas é sempre essas coisas que eu... Ficava brincando, jogava bola na escola, brincava de um querer dar taludo no outro. Minhas escolas são muito legais.*

Pergunta- Você vai voltar para a escola, a Carmen vai resolver. (Carmen- pedagoga da instituição)

Resposta- *Tomara*

Pergunta- Quais seus planos para o futuro?

Resposta- *Ter minha casa própria, ser independente do que é meu, sem ninguém me julgar, justificar, nada. Ter minha família, ajudar minha mãe e meus irmãos no que for preciso, e ter uma nova vida com a pessoa que eu quero, um dia eu vou conseguir a pessoa que eu amo e ser feliz.*

Pergunta- Você está com quantos anos?

Resposta- *Dezesseis anos.*

Pergunta- Como você se vê daqui a dez anos?

Resposta- *Uma menina feliz, honesta, legal. Gosto de formar amizades e podendo ajudar alguém. Não sei. Só coisa boa.*

Entrevistada – 5

Pergunta- Como você veio para a casa de acolhimento? Quem te encaminhou?

Resposta- *Foi uma denúncia tia. Que a tia falou que uma moça vinha com o Conselho Tutelar, falou que minha mãe fumava, bebia...maltratava a gente. Aí, eu fui pro Rio. Teve outra denúncia lá, que o meu padraste batia na minha mãe, me maltrata aí eu vim pra cá.*

Pergunta- Então, você acha que não foi por sua causa? Por algum comportamento seu?

Resposta- *Não, foi por isso.*

Pergunta- O que você está achando da casa de acolhimento?

Resposta- *Ai, estranho, sei lá. Ai, tia, sei lá. Aqui não é ruim, não. É bonzinho isso aqui, só que a pessoa fica longe dos irmãos. Essa parte que é ruim.*

Pergunta- Se você pudesse melhorar alguma coisa aqui na casa de acolhimento, o que você mudaria?

Resposta- *Eu gostaria de eu ir pra a rua. Tipo assim tia, não é ficar o dia todo na rua, tipo assim um trabalho na escola, tipo assim, fosse de dois grupo, tipo assim, eu fosse na casa do meu amigo, acordar meu amigo e fazer um trabalho, ficar tipo assim, uma hora até quatro horas na rua, tipo assim, na casa de alguém, entendeu, na casa de meus amigos.*

Pergunta- Você gostaria de sair da casa de acolhimento sem supervisão?

Resposta- *É, era a única mudança.*

Pergunta- Antes de você vir para à casa, como era sua vida?

Resposta- *Era normal. Sem minha mãe estar com o meu padrasto. Era normal. Tinha igual a todas as crianças, tinha casa, ia a igreja, casa, igreja e escola. Às vezes eu podia brincar na rua, final de semana.*

Pergunta- E depois que chegou seu padrasto, como foi?

Resposta- *Aí, né tia, eu só vivia na rua.*

Pergunta- Por quê?

Resposta- *Porque eu não queria ficar dentro de casa com ele, porque ele não deixava minha mãe levar eu na pracinha, porque ele não deixava minha mãe fazer nada, porque era ciúmes de alguém, se alguém olhasse pra mamãe na rua ele queria bater em mamãe, entendeu, essas coisas.*

Pergunta- Como está sua vida aqui na casa de acolhimento?

Resposta- *Ah, não sei tia, é estranho. Porque eu nunca vim parar no acolhimento, primeira vez, aí eu acho estranho. Aí tia, eu não gosto daqui não. A verdade é que eu não gosto.*

Perguntas- O que você mais gosta de fazer?

Resposta- *É... ficar com meus irmãos. E aqui, conversar com Thaíssa* (outra menina acolhida pela instituição).

Pergunta- É a sua melhor amiga aqui?

Resposta- *Sim.*

Pergunta- Como você vê sua família agora?

Resposta- *Aí, sei lá, não vejo nada não.*

Pergunta- Você disse que está querendo sair da casa de acolhimento, para ir para casa. Então, como você vê sua família agora? Como você acha que estão te esperando lá fora?

Resposta- *Normal tia.*

Pergunta- O que é normal para você?

Resposta- *Porque minha mãe separou do meu padrasto, e voltou tudo normal de novo.*

Pergunta- Você gostava de morar com sua mãe, sem seu padrasto?

Resposta- *Sim*

Pergunta- Você tem alguma recordação da sua infância?

Resposta- *Boa. Eu ficava brincando com meus irmãos, né.*

Pergunta- Você tem quantos irmãos?

Resposta- *Quatro, eu tenho seis, mas só que, só quatro ficou vivo, né, só quatro. Mas ficava normal, eu e meu irmão Lucas, a gente ia pra pracinha, andava de skate, via vídeo no YouTube.*

Pergunta- O que mais você lembra de sua infância?

Resposta- *Lembro de uma ruim também. O pai do meu irmão eu chamava ele de pai, só que não era meu pai. Só porque ele me criou desde quatro anos. Desde três e quatro anos, aí eu lembro que quando ele morreu, que ele é morto agora, que ele foi lá em casa, levou bombom pra mim e pra meu irmão, aí na hora que ele voltou pra casa dele, ele foi morto na Penha* (bairro em Campos dos Goytacazes).

Pergunta- Você imagina o por que ele foi morto?

Resposta- *Porque ele fazia coisa, (não explicou) porque foi engano, pensava que ele era uma coisa, sendo que ele era outra pessoa*.

Pergunta- Ele foi confundido com outra pessoa?

Resposta- *Foi*

Pergunta- Você está matriculada na escola? Me fala um pouco sobre a escola.

Resposta- *Eu sempre estudei naquela escola. Desde os meus sete anos. É muito bom tia, porque eu vejo meus irmãos lá, eu vejo meus amigos. A gente fica lá. A hora que tem dever (atividade escolar) agente faz. Na hora do intervalo a gente faz junto.*

Pergunta- Seus irmãos estão na mesma sala que você?

Resposta- *Sim*

Pergunta- Em que série você está?

Resposta- *Sexto ano.*

Pergunta- Você já repetiu de sério?

Resposta- *Eu repeti, eu repeti porque eu estudava no Vilmar (Escola Municipal Professora Wilmar Cava Barros; Bairro Jockey Club), eu ia pra José do Patrocínio (Escola Municipal), porque minha mãe morava na Penha, só que o Vilmar era muito longe eu estudava a tarde, e sol quente, aí minha mãe foi lá me tirou no meio do ano, aí eu perdi uma vez e a outra vez eu perdi, porque eu perdi.*

Pergunta- Na segunda vez, você acha que perdeu de série por que?

Resposta- *Preocupação com meu irmão.*

Pergunta- Qual era sua preocupação?

Resposta- *Porque tia ele ficava em casa com esse meu padrasto, e ele batia nas crianças que não era filho dele*.

Pergunta- E você gostava de ir pra escola?

Resposta- *Gosto.*

Pergunta- Como você se sente na escola?

Resposta- *Eu sinto... aí sei lá tia, normal, feliz normal, porque vejo meu irmão.*

Pergunta- Como é sua comunicação com as pessoas na escola?

Resposta- *Todas as funcionárias me conhecem, desde quando eu era pequena, elas me tratam como uma pessoa normal.*

Pergunta- Quais seus planos para o futuro?

Resposta- *Eu não tenho plano não tia. Nada.*

Pergunta- Nem em relação a escola?

Resposta- *Nem na parte de escola*.

Pergunta- Algum sonho, alguma profissão?

Resposta- *Não. Nenhum plano não. Não, tia, eu queria voltar pra minha mãe. Eu queria voltar pra minha mãe e meus irmãos também*.

Pergunta- Como você se vê daqui a dez anos?

Resposta- *Sei lá, isso eu nem penso tia. Eu nem sei se eu vou estar vivo até lá.*

Entrevistada- 6

Pergunta- Porque você veio para a casa de acolhimento?

Resposta- *Foi o Conselho Tutelar, Por causa de bagunça. Não me dava bem com minha família.*

Pergunta- Foi pelo seu comportamento?

Resposta- *Não, por causa de que não tava dando certo na minha casa.*

Pergunta- Você morava com quem?

Resposta- *Eu morava com a minha tia e minha prima.*

Pergunta- Como você vê a casa de acolhimento?

Resposta- *É legal.*

Pergunta- Você está aqui a quanto tempo?

Resposta- *Eu entrei aqui em 2016* (entrevista realizada em 2018).

Pergunta- O que você acha da casa de acolhimento?

Resposta- *Acho, só as vezes quando tem briga fica chato, mas...* (não concluiu a fala)

Pergunta- Se você pudesse mudar alguma coisa aqui na casa de acolhimento, o que você mudaria?

Resposta- *O jeito das adolescentes, no sentido de ser mais calma, parar de xingar, xinga muito, sei lá é isso*.

Pergunta- Como era sua vida antes do acolhimento?

Resposta- *Era meio chato, porque eu não morava com a minha mãe, então era chato.*

Pergunta- Por que você não morava com sua mãe?

Resposta- *Não sei.* (não quis falar)

Pergunta- Como é sua vida agora?

Resposta- *Agora é legal, porque eu conheci gente nova. É bom sempre conhecer gente nova, gente boas.*

Pergunta- O que você mais gosta de fazer aqui na casa de acolhimento?

Resposta- *Dançar.*

Pergunta- Como é sua família?

Resposta- *É calma de igreja.*

Pergunta- Você gostava de morar com eles?

Resposta- *Mais ou menos. Aí, você tá fazendo muita pergunta! Não gostava, porque eu não tava me sentindo bem, eu não morava com a minha mãe, eu não me sentia bem morando lá.*

Pergunta- Com sua tia?

Resposta- *Sim.*

Pergunta- Você morou com a sua tia quanto tempo?

Resposta- *Um ano.*

Pergunta- Você tem recordação da sua infância?

Resposta- *Mais ou menos. A lembrança é... que já sofri muito. Ai, tia não quero falar sobre isso não.*

Pergunta- Quer esquecer?

Resposta- *Sim.*

Pergunta- Como é a escola que você está estudando?

Resposta- *Tipo é bom, só que tem muita gente, adolescentes tipo, assim, adolescente meio fora de si, sei lá. A escola é boa, por causa de que quem tem que fazer a escola somos nós, entende. Eu gostava de estudar lá, mas, não dá, mas pra ficar, não dá...* (saiu da escola, sem estudar no momento 2018).

Pergunta- Você acha que precisou sair da escola por causa da convivência com os outros alunos?

Resposta- *Isso também, isso também.*

Pergunta- Você não conseguiu fazer amizades?

Resposta- *Consegui uma amizade, com uma menina lá.*

Pergunta- Você está em qual série?

Resposta- *Eu tô fazendo a sexta e sétima série* (refere-se ao sexto e sétimo ano, modalidade EJA).

Pergunta- Você já repetiu de série?

Resposta- *Repeti. Eu repeti uma vez.*

Pergunta- Você acha que repetiu de ano, por quê?

Resposta- *Porque... acho que é porque eu não prestava muita atenção na aula, por isso.*

Pergunta- Você gosta de ir pra escola?

Resposta- *Não. Eu vou porque é preciso. Eu não sinto nada quando vou pra escola, só penso em focar só em uma coisa, que é estudar mais nada.*

Pergunta- Quais são seus planos para o futuro?

Resposta- *Bem, eu tô aqui dentro, agora é saí daqui. Trabalhando, estudando e seguir minha vida.*

Pergunta- Como você se vê daqui a dez anos?

Resposta- *Eu se vejo já formada, um trabalho, como enfermeira.*

Entrevistada – 7

Pergunta- Como você veio para a casa de acolhimento?

Resposta- *O Conselho Tutelar. Há coisa de família, problema de família, um negócio aí que eu fiz na rua. Situação de rua.*

Pergunta- O que você acha da casa de acolhimento?

Resposta- *É bom né, o que estraga é as meninas, briga, entendeu.*

Pergunta- Se você pudesse mudar alguma coisa na casa, o que mudaria?

Resposta- *O que eu mudaria... não sei tia. Por causa das meninas, essas coisas, briga né, tinha que mudar esse negócio de briga, todo mundo fazer as pazes, respeito com o outro, é assim que eu penso.*

Pergunta- Como era a sua vida antes de morar na casa de acolhimento?

Resposta- *Era boa, né. Porque eu mesmo estraguei ela.*

Pergunta- Porque você acha que estragou?

Resposta- *Porque eu cometi vários erros, entendeu. Fiz cada coisa que não tem como voltar a trás.*

Pergunta- O que, por exemplo?

Resposta- *Ah tia, essa é pessoal, coisa minha. Eu não gosto de ficar desabafando. Não gosto de falar, não gosta de falar.*

Pergunta- Isso ocorreu na época que você morava com seus país?

Resposta- *Era, isso também, né. Quando eu casei, morei junto.*

Pergunta- Antes de você vir para a casa de acolhimento, você morava com seus país?

Resposta- *Não, tava morando com minha irmã, e antes de morar com minha irmã tava morando com o meu marido, que tinha casado com ele e minha irmã separou, e separei eu e ele, entendeu.*

Pergunta- Sua irmã foi a causa da sua separação?

Resposta- *É*

Pergunta- Como é sua vida agora?

Resposta- *Horrível, ridícula. Tia eu não tenho mais motivo pra viver, eu tô perdendo a vontade de viver, é sério, tô perdendo, eu não quero viver mais, estraguei tudo, rejeição de mãe, de vó, de família não tem ninguém por mim não, tia não tem.*

Pergunta- O que você mais gosta de fazer aqui na casa de acolhimento?

Resposta- *Não sei, ficar ouvindo música, ler... só.*

Pergunta- Me fala um pouco da sua família?

Resposta- *Minha família é boa, da igreja, a maioria, né, é boa normal.*

Pergunta- A interação com sua mãe é harmoniosa?

Resposta- *Com minha mãe não. Era né. Tia ela me botou pra fora de casa por causa do meu padrasto, preferiu botar padrasto pra dentro de casa do que eu. Eu e meu irmão, botou meu irmão pra fora e eu, entendeu.*

Pergunta- Depois que você saiu de casa, foi morar com quem?

Resposta- *Com um tio.*

Pergunta- Você gostava de morar com ele?

Resposta- *Era bom.*

Pergunta- Foi antes de vir para a casa de acolhimento?

Resposta- *Antes daqui tava morando com minha irmã tia.*

Pergunta- Você tem alguma recordação da sua infância?

Resposta- *Tenho, que quando saia na rua né, eu saia apertando campainha dos outros, quando eu era menorzinha, pequenininha. Saia apertando campainha dos outros, aí eu ficava na esquina esperando os outros abrir o portão, aí eu e meu irmão baixava as calças e mostrava a bunda e saia correndo.*

Pergunta- E a escola, como era?

Resposta- *Tia, horrível, horrível, eu não gosto daquela escola, eu não gosto, eu odeio aquela escola. Escola podre, nojenta, Rotery III* (Escola Municipal Rotery III, estrada do açúcar; Donana)

Pergunta- Em que sério você está?

Resposta- *Eu estou na quinta, entendeu? Eu tô repetindo essa série eu não sei quantas vezes, porque eu fiquei dois anos sem estudar, quando estava em Cabo Frio, aí eu voltei e tô repetindo todo ano, eu odeio aquela escola. Só criança, entendeu.*

Pergunta- Você acha que essa série não é adequada para a sua idade e por isso não está se sentindo bem (distorção idade-série)?

Resposta- *Isso.*

Pergunta- Independente disso, você gosta de ir à escola?

Resposta- *Não. Odeio ir pra escola. Assim, se fosse outra escola, se eu tivesse em outro série, tivesse amigo, claro que eu gostava pra estudar, só que eu não gosto da minha escola por causa disso, criança, é ruim aquela escola.*

Pergunta- E como você se sente com tudo isso?

Resposta- *Eu me sinto uma criancinha, Tia você tem que ver, eu sento na sala, na cadeira, eu fico paradinha no meio de um monte de criancinha, fazendo um monte de coisa, eu não entendo tia... aí você tem que ver as criancinhas cantando não sei o que... tudo largado.*

Pergunta- Quais são seus planos para o futuro?

Resposta- *Mudar. Ter uma boa profissão. Porque eu tipo, não o que quero ter. Ter filhos, filhos com marido, né, entendeu? É isso que eu penso. Eu penso em mudanças na minha vida.*

Pergunta- Como você se vê daqui a dez anos?

Resposta- *Não sei. Eu não sei o que eu quero ser ainda, eu não sei. Me vejo com marido,*

casadinha na minha casa, com meus filhos, trabalhando, entendeu.

Entrevistada – 8

Pergunta- Como você veio para a casa de acolhimento?

Resposta- *Minha avó e meu avô. Eu quis vir. Porque eu não queria ficar lá fora mais.*

Pergunta- Porque?

Resposta- *Sei lá, não sei.*

Pergunta- Qual a sua impressão da casa de acolhimento?

Resposta- *Tá legal.*

Pergunta- Se você pudesse mudar alguma coisa aqui na casa de acolhimento, o que você mudaria?

Resposta- *Ah, sei lá. Ter internet toda hora. Agente poder ir pra rua, ir na pracinha, só isso.*

Pergunta- Como era sua vida antes do acolhimento?

Resposta- *Sei lá. Ah! Eu fazia muita merda, eu só vivia na rua, usando droga, tudo de ruim.*

Pergunta- Você frequentava a escola?

Resposta- *Não. Eu ia, mas matava aula.*

Pergunta- E agora como está sua vida?

Resposta- *Não sei, não mudou nada, tá a mesma coisa.*

Pergunta- Como a mesma coisa, se aqui você não vai pra rua e nem usa droga?

Resposta- *Eu vou fugir.*

Pergunta- O que você mais gosta de fazer?

Resposta- *eu não gosto de fazer nada, eu gosto de dormir.*

Pergunta- Como é a sua família?

Resposta- *Não sei.*

Pergunta- Você gostava de morar com eles?

Resposta- *Não.*

Pergunta- Você pensa em fugir para onde?

Resposta- *Não sei, menos pra casa deles.* (refere-se a família).

Pergunta- Você tem alguma lembrança da sua infância?

Resposta- *Lembro que apanhava do meu pai direto, minha mãe é morta.*

Pergunta- Sua mãe é falecida a quanto tempo?

Resposta- *Tem quatro anos.*

Pergunta- Você passou a morar só com seu pai?

Resposta- *Com meus avós. Eu não gosto do meu pai.*

Pergunta- O que mais você lembra da sua infância?

Resposta- *Dessas coisas, só vivia apanhando.*

Pergunta- Como é a última escola que você estudou?

Resposta- *Wilmar Cava Barros* (Escola Municipal Professora Wilmar Cava barros, Jockey Club)

Pergunta- E como era a escola?

Resposta- *Cheia de favelado, droga dentro da escola, faz o que quiser dentro da escola, a escola é tudo largado.*

Pergunta- Em que série você está?

Resposta- *Sexto ano.*

Pergunta- Você está com quantos anos?

Resposta- *Quinze.*

Pergunta- Você já repetiu de série?

Resposta- *Várias vezes.*

Pergunta- Por que você acha que repetiu de série?

Resposta- *Porque eu não ligo pra estudar, não presto atenção em nada.*

Pergunta- Você gosta de ir pra escola?

Resposta- *Gosto.*

Pergunta- Então na escola você não gosta de que?

Resposta- *De estudar.*

Pergunta- Como você se sente na escola?

Resposta- *Aí, melhor do que aqui dentro.*

Pergunta- Por que?

Resposta- *Aí, lá é mais legal. Lá meus amigos todos estão lá.*

Pergunta- Você disse que a escola não é legal, Por que?

Resposta- *Porque eu não gosto de estudar. Tudo que tá lá eu gosto, menos estudar.*

Pergunta- Quais são seus planos para o futuro?

Resposta- *Sei lá, ainda não pensei nisso.*

Pergunta- Como você se vê daqui a dez anos?

Resposta- *Nem penso nisso.*

Entrevistada – 9

Pergunta- Como você veio para a casa de acolhimento?

Resposta- *Porque eu moro em Rio das Ostras, aí mataram meu ex-marido, eu não falo com mamãe, aí vim bora pra cá. Mas só que ela não veio aqui trazer minhas coisas pra casa minha tia. Mas só que eu não se dou por causa da guarda, aí eu peguei e vim pro abrindo.*

Pergunta- Qual foi o motivo do acolhimento?

Resposta- *Porque minha tia pegou minha guarda. E porque minha mãe não quer mais.*

Pergunta- Porque sua mãe não quer mais sua guarda?

Resposta- *É porque eu tenho medo, aconteceu algo comigo em Rio das Ostras por causa do meu ex-marido, que mataram ele.*

Pergunta- Por que mataram ele?

Resposta- Por *causa de facção, porque ele é do COMANDO* (facção criminosa Comando Vermelho*) e foi no outro lado do ADA* (facção rival) *aí mataram ele.*

Pergunta- Como era a interação entre você e sua mãe?

Resposta- *Não*

Pergunta- O que você está achando da casa de acolhimento?

Resposta- *Bom.*

Pergunta- Se você pudesse mudar alguma coisa aqui na casa, o que você mudaria?

Resposta- *As meninas, elas são muito atentadas, tipo se as meninas não fizesse bagunça.*

Pergunta- Como era sua vida antes de vir pra cá?

Resposta- *Boa. Com a minha tia e minha avó era.*

Pergunta- Antes de você morar com a sua tia e avó, era como?

Resposta- *Era ruim.*

Pergunta- O que você gostava de fazer antes do acolhimento?

Resposta- *Escrever.*

Pergunta- E aqui, na casa de acolhimento, o que você mais gosta de fazer?

Resposta- *Só arrumar o quarto, e falar como agente foi.*

Pergunta- Como é sua família?

Resposta- *Boa, muito boa.*

Pergunta- Você gosta da sua família?

Resposta- *Eu gosto muito.*

Pergunta- Você está se referindo a quem da sua família?

Resposta- *Meus tios.*

Pergunta- E sua mãe?

Resposta- *Não. Porque eu não gosto dela.*

Pergunta- Por que você não gosta dela?

Resposta- *Eu não gosto dela. Ela me batia à toa, ela mandou um bandido me ameaçar da cadeia, o marido dela me abusou de mim, ela falou que preferia eu morta do que com ela.*

Pergunta- Você tem alguma recordação da sua infância?

Resposta- *Não.*

Pergunta- Como é a sua escola?

Resposta- *Boa.*

Pergunta- Você está em que série?

Resposta- *Sexto*. (sexto ano)

Pergunta- Você está com quantos anos?

Resposta- *Quinze anos.*

Pergunta- Você já repetiu de série?

Resposta- *Já.*

Pergunta- Por que você acha que repetiu de série?

Resposta- *É porque a escola que eu estudava aqui, eu não ia muito pra escola. Eu dizia que sentia dor de cabeça.*

Pergunta- Você acha que repetiu de série pelas faltas?

Resposta- *Sim*

Pergunta- Você gosta de ir pra escola?

Resposta- *Gosto.*

Pergunta- Por que você mentia que estava com a cabeça ruim (dor)?

Resposta- *Mas lá, não gostava não.*

Pergunta- Por que?

Resposta- *Sei lá tia, os alunos ficavam mexendo com os outros. As meninas de lá.Me chamava de feia, essas coisas.*

Pergunta- E agora na escola que você está?

Resposta- *Não. É tranquilo.*

Pergunta- Você já fez amizades?

Resposta- *Fiz.*

Pergunta- Quais são seus planos para o futuro?

Resposta- *Terminar meus estudos, arranjar um trabalho e fazer uma faculdade.*

Pergunta- Como você se vê daqui a dez anos?

Resposta- *Melhor, na vida mesmo.*

Pergunta- O que está ruim agora?

Resposta- *Tô aqui dentro, sem família.*